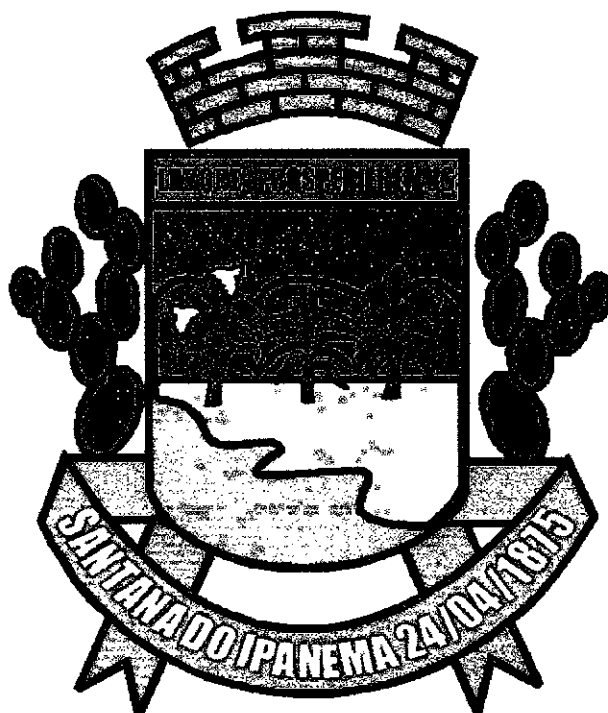


2017

Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema/AL



Processo nº	<b>3430.03.20.010/17</b>
Procedimento:	<b>PREGÃO PRESENCIAL 04/2017 - SRP</b>
Objeto:	<b>AQUISIÇÃO DE PEIXE E COMPONENTES PARA SEMANA SANTA.</b>

PROCESSO  
3430.03200/0117

DATA  
20/03/2017



ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA



ELEMENTOS DO PROCESSO

INTERESSADO:

Secretaria Municipal de Trabalho,  
Assistência Social e Defesa Civil.

ANEXOS

Aquisição de kits para a semana  
Santa destinado as famílias em  
situação de vulnerabilidade Social.

OBSERVAÇÕES

ANDAMENTO

DESTINO

DATA

Gabinete

ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICIPIO DE SANTANA DO IPANEMA  
Relatório de Comprovante de Abertura de Processos

Página 1 / 1

Data: 20/03/2017

Filtros aplicados ao relatório

Número do processo: 3430.0320010

Número do processo: 3430.0320010 / 2017

Número único: 537.1TS.83M-00

Solicitação: 350 - AQUISIÇÃO DE COMPRAS

Beneficiário:

CPF do beneficiário:

Requerente: 124 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DO TRABALHO,

CPF do requerente:

Endereço:

Bairro:

Complemento:

Loteamento:

Condomínio:

Município:

Telefone:

Celular:

Fax:

E-mail:

Local da protocolização: 005.009.000 - SETOR DE PROTOCOLO

Protocolado por: Leonia Silva dos Santos

Situação: Em trâmite

Procedência: Interna

Prioridade: Normal

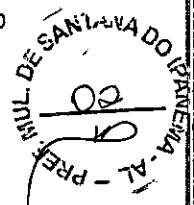
Protocolado em: 20/03/2017 11:11

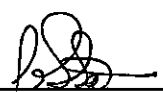
Previsto para: 20/03/2017 11:11

Concluído em:

Súmula: MEMORANDO Nº:0320001/2017 -SMAS

Observação: AQUISIÇÃO DE KITS PARA A SEMANA SANTA DESTINADOS AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL



  
\_\_\_\_\_  
Leonia Silva dos Santos  
(Protocolado por)

  
\_\_\_\_\_  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DO TRABALHO,  
(Requerente)

Hora: 11:12:05

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO,  
ASSISTENCIA SOCIAL E DEFESA CIVIL



Memo. nº. 03.20.001/2017

Santana do Ipanema - AL, 20 de março de 2017.

Da: Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência Social e Defesa Civil.  
Para: Gabinete do Prefeito

Assunto: **Solicitação para aquisição de peixe e componentes para a Semana Santa, destinados as famílias em situação de vulnerabilidade social.**

Senhor Prefeito,

Solicitamos a abertura de procedimento licitatório objetivando o registro de preços de **peixe e componentes para a Semana Santa**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência anexo, bem como estimativa de preços constante no Mapa Comparativo de Preços igualmente anexado.

Outrossim, informamos que os recursos para a eventual aquisição do objeto possuem dotação orçamentária própria e serão certificados por ocasião de cada contratação, nos termos do §2º do art. 6º do Decreto Municipal nº **28/2017**.

Atenciosamente,

*Maria Verônica de Araújo*  
**MARIA VERÔNICA DE ARAÚJO**

Secretária Municipal do Trabalho, Assistência Social e Defesa Civil.

*20/03/17*



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Registro de preços para aquisição de **peixe e componentes para a Semana Santa, destinados as famílias em situação de vulnerabilidade social**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos abaixo:

LOTE 01 – PEIXE			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO(S) PRODUTO(S)	UNID. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA
1.1	<b>PEIXE FRESCO</b> – peixe fresco de rio ou de cativeiro do tipo corvina, tamanho mínimo de acordo com a legislação vigente (IBAMA) e peso mínimo de 1kg.	UNID	5.000

LOTE 02 – COMPONENTES			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO(S) PRODUTO(S)	UNID. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA
1.2	<b>LEITE DE COCO</b> – natural, obtido do fruto íntegro, pasteurizado e homogeneizado, obedecendo a legislação sanitária vigente, contendo procedência e validade. <b>Embalagem em vidro com 500ml.</b>	UNID	5.000
1.3	<b>ARROZ POLIDO BRANCO</b> – tipo 1, longo constituído de grãos inteiros, isento de sujidades e materiais estranhos, acondicionado em embalagem plástica apropriada, contendo validade e procedência. <b>Embalagem com 01kg.</b>	KG	5.000
1.4	<b>FARINHA DE MANDIOCA:</b> Apresentação industrial, aspecto físico pó, com identificação do fabricante, prazo de validade e peso líquido na embalagem, validade mínima de 06 meses. <b>Embalagem com 1kg.</b>	KG	5.000

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

*Marcos*

## **2. JUSTIFICATIVA**

2.1. A presente licitação servirá para a aquisição dos bens acima elencados, necessários à execução das atividades desenvolvidas pelos órgãos que compõem esta Administração. Outrossim, optou-se pela adoção do Sistema de Registro de Preços por se tratar de bens com necessidade de aquisições frequentes, previsão de entregas parceladas e sem possibilidade de definição prévia, com segurança, do quantitativo a ser demandado no período, nos termos do Decreto Municipal nº 28/2017.

2.2. Justifica-se o agrupamento dos itens a serem contratados, pois cada lote é composto por itens que possuem mesma natureza e guardam relação direta entre si, não ocasionando assim restrições na concorrência, na medida em que as empresas pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, potenciais contratadas, possuem plena capacidade para realizar o fornecimento total dos itens reunidos nos lotes. Dessa forma, busca-se a redução nos valores individuais dos produtos para a obtenção de menor preço global por lote, além de evitar que a adjudicação do objeto da licitação a um número grande de fornecedores afete a eficiência das atividades administrativas desenvolvidas, bem como a continuidade dos serviços prestados pela administração, por vezes comprometidas pelos eventuais descompassos na entrega dos produtos que resultam ainda em prejuízo aos usuários da rede pública de serviços.

## **3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

## **4. FORMA DE FORNECIMENTO**

4.1. O fornecimento será efetuado em parcela única, com entrega em 48 (quarenta e oito) horas, a partir da solicitação.

4.2. Os bens deverão ser entregues de acordo com as exigências do órgão solicitante, ou nos locais indicados pelo mesmo, no horário de funcionamento do órgão solicitante.

## **5. AVALIAÇÃO DO CUSTO**

5.1. O custo estimado foi apurado a partir da média aritmética de orçamentos recebidos de empresas pertencentes ao ramo de atividade relacionado com o objeto.

5.1.1. A estimativa de custo do objeto constará apenas nos autos do procedimento da licitação, podendo ser informada aos interessados mediante solicitação encaminhada à Comissão Permanente de Licitação, através dos

*Marcos*

endereços físico e eletrônico constantes no respectivo Edital, nos termos do Acórdão 1153/2013 do Plenário do TCU.

## **6. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

6.1. Os bens serão recebidos:

a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua conseqüente aceitação, que se dará até 24 (vinte e quatro) horas do recebimento provisório.

6.1.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1. A Contratada obriga-se a:

7.1.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente, no que couber, as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

7.1.1.1. Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

7.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.2.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o produto com avarias ou defeitos;

*Marcio*

7.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

7.1.4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

7.1.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

7.1.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato..

## **8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

8.1. A Contratante obriga-se a:

8.1.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

8.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

8.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

8.1.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

## **9. CONTROLE DA EXECUÇÃO**

9.1. A fiscalização da contratação será exercida pelo servidor: **TANILLA PEREIRA DE ALMEIDA**, Coordenadora do Programa Bolsa Família, CPF nº 095.882.064-

*mauricio*

30, designado gestor, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **10. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que, no decorrer da contratação:

10.1.1. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

10.1.2. Apresentar documentação falsa;

10.1.3. Comportar-se de modo inidôneo;

10.1.4. Cometer fraude fiscal;

10.1.5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no Contrato.

10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b. Multa:

b.1. Moratória de até 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

*Murilo*

b.2. Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o **Município de Santana do Ipanema**, pelo prazo de até dois anos;

c.1. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal.

d. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos;

e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

10.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

10.3. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

10.3.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

10.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

10.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

*Muniz*

SECRETARIA MUNICIPAL DO **TRABALHO,**  
**ASSISTENCIA SOCIAL E DEFESA CIVIL**



10.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Contratante, ou deduzidos da garantia, se houver, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

10.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

10.8. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da licitação estão previstas no Edital.

Santana do Ipanema /AL em 20 de março de 2017

10-14-AR-1

*Maria Verônica de Araújo*  
**MARIA VERÔNICA DE ARAÚJO**

Secretária Municipal do Trabalho, Assistência Social e Defesa Civil.



ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

LOTE 01 - PEIXE		ESPECIFICAÇÕES	UND. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA	FAVORITA	TE. DISTRIBUIDORA	CF. CONFIANÇA	PREÇO MÉDIO	PREÇO MÉDIO TOTAL
1.1		PEIXE FRESCO - peixe fresco de rio ou de cativeiro do tipo carvina, tamanho mínimo de acordo com a legislação vigente (IBAMA) e peso mínimo de 1kg.	UND.	5.000,00	R\$ 9,60	R\$ 9,00	R\$ 12,00	R\$ 10,20	R\$ 51.000,00
TOTAL									R\$ 51.000,00

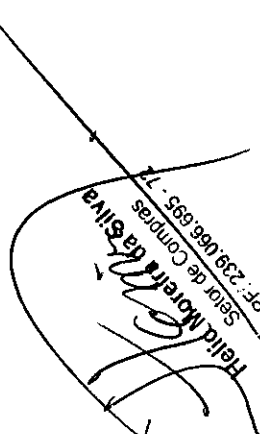
11/03/2011

*Heitor Moreira de Silva*  
Heitor Moreira de Silva  
Setor de Compras  
CPF: 239.046.695 - 72

11  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA - AL



LOTE 02 - COMPONENTES									
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA	FAVORITA	IT DISTRIBUIDORA	CF-CONFIANÇA	PREÇO MÉDIO	PREÇO MÉDIO TOTAL	
2.1	LEITE DE COCO - natural, obtido do fruto íntegro, pasteurizado e homogeneizado, obedecendo a legislação sanitária vigente, contendo procedência e validade. <b>Embalagem em vidro com 500ml.</b>	UND.	5.000,00	R\$ 4,24	R\$ 3,50	R\$ 6,20	R\$ 4,65	R\$ 23.250,00	
2.2	ARROZ POLIDO BRANCO - tipo 1, longo constituído de grãos íntegros, isento de sujidades e materiais estranhos, acondicionado em embalagem plástica apropriada, contendo validade e procedência. <b>Embalagem com 01kg.</b>	KG	5.000,00	R\$ 4,48	R\$ 2,90	R\$ 2,95	R\$ 3,44	R\$ 17.200,00	
2.3	FARINHA DE MANDIOCA: Apresentação industrial, aspecto físico pó, com identificação do fabricante, prazo de validade e peso líquido na embalagem, validade mínima de 06 meses. <b>Embalagem com 1kg.</b>	KG	5.000,00	R\$ 6,72	R\$ 5,30	R\$ 4,50	R\$ 5,51	R\$ 27.550,00	
TOTAL								R\$ 68.000,00	

  
 Helio Moreira da Silva  
 Senhor de Compras  
 CPF: 239.066.695 - 71





ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

COTAÇÃO DE PREÇOS

1 - DADOS DA EMPRESA

Razão social: - THAIS DOS SANTOS FERREIRA-ME "T F DISTRIBUIDORA"	CNPJ:14.973.034/0001-77
Endereço completo: RODOVIA AL 130 - KM 03, Nº 05 SANTA CRUZ- PÃO DE AÇÚCAR, ALAGOAS	
E-mail: tfdistribuidora@outlook.com	Fone/fax: (82)3624-1779
Responsável: Givanildo Lisboa Pereira	Celular: (82) 9975-1487

2 - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

LOTE 01 - KIT PARA SEMANA SANTA					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.1	PEIXE FRESCO - peixe fresco de rio ou de cativeiro do tipo corvina, tamanho mínimo de acordo com a legislação vigente (IBAMA) e peso mínimo de 1kg.	UNID.	5.000,00	R\$ 9,00	R\$ 45.000,00
1.2	LEITE DE COCO - natural, obtido do fruto íntegro, pasteurizado e homogeneizado, obedecendo a legislação sanitária vigente, contendo procedência e validade. Embalagem em vidro de 500ml.	UND.	5.000,00	R\$ 3,50	R\$ 17.500,00
1.3	ARROZ POLIDO BRANCO - tipo 1, longo constituído de grãos inteiros, isento de sujidades e materiais estranhos, acondicionado em embalagem plástica apropriada, contendo validade e procedência. Embalagem com 01kg.	KG	5.000,00	R\$ 2,90	R\$ 14.500,00
1.4	FARINHA DE MANDIOCA: Apresentação industrial, aspecto físico pó, com identificação do fabricante, prazo de validade e peso líquido na embalagem, validade mínima de 06 meses. Embalagem com 1kg.	KG	5.000,00	R\$ 5,30	R\$ 26.500,00

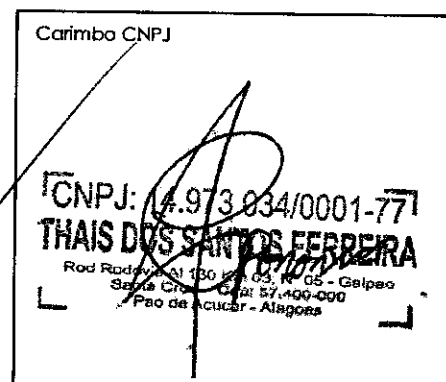
3 - CONDIÇÕES

Validade da proposta: <b>60 DIAS</b>	Prazo de entrega: <b>A COMBINAR</b>	Forma de pagamento: <b>EMPENHO</b>
---	--	---------------------------------------

PÃO DE AÇÚCAR, ALAGOAS 17 DE MARÇO DE 2017.

CNPJ:14.973.034/0001-77 INSC. ESTADUAL 242608787  
RODOVIA AL 130 KM 03 STº CRUZ Nº 05 PÃO DE AÇÚCAR ALAGOAS CEP:57.400.000  
EMAIL: tfdistribuidora@outlook.com

*Handwritten signature: Hemir*





ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA



COTAÇÃO DE PREÇOS

1 - DADOS DA EMPRESA

Razão social: <b>C F CONFIANÇA DIST.DE ALIMENTOS</b>	CNPJ: <b>03.602.654.0001.83</b>
Endereço completo: <b>RUS PADRE DANIEL BEZERRA</b>	
E-mail: <b>carlinhokibarato@hotmail.com</b>	Fone/fax: <b>(82)3531-1428</b>
Responsável: <b>CARLOS</b>	Celular: <b>(82)99664-2727</b>

2 - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

*Cotação nº 01/2011*

LOTE 01 - KIT PARA SEMANA SANTA					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.1	<b>PEIXE FRESCO</b> - peixe fresco de rio ou de cativado do tipo corvina, tamanho mínimo de acordo com a legislação vigente (IBAMA) e peso mínimo de 1kg.	UND.	5.000,00	12,00	60.000,00
1.2	<b>LEITE DE COCO</b> - natural, obtido do fruto inteiro, pasteurizado e homogeneizado, obedecendo a legislação sanitária vigente, contendo procedência e validade. <b>Embalagem em vidro com 500ml.</b>	UND.	5.000,00	6,20	31.000,00
1.3	<b>ARROZ POLIDO BRANCO</b> - tipo 1, longo constituído de grãos inteiros, isento de sujidades e materiais estranhos, acondicionado em embalagem plástica apropriada, contendo validade e procedência. <b>Embalagem com 01kg.</b>	KG	5.000,00	2,95	14.750,00
1.4	<b>FARINHA DE MANDIOCA:</b> Apresentação industrial, aspecto físico pó, com identificação do fabricante, prazo de validade e peso líquido na embalagem, validade	KG	5.000,00	4,50	22.500,00

*Hem*



15  
M  
PREF. MUN. DE SANTANA DO IPANEMA - AL

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

	mínima de 06 meses. Embalagem com 1kg.				
--	--	--	--	--	--

3 - CONDIÇÕES

TOTAL

128.250,00

Validade da proposta: <b>60 DIAS</b>	Prazo de entrega: <b>A COMBINAR</b>	Forma de pagamento: <b>EMPENHO</b>
---	--	---------------------------------------

Local e data:

BATALHA, 16 / 03 / 2017

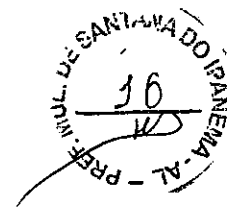
CARLOS FERNANDES DA SILVA

Carimbo e assinatura do responsável

Carimbo CNPJ  
INSC. ICMS  
21.39506-8  
C. F. CONFIANÇA DISTRIBUIDORA  
DE ALIMENTOS LTDA - EPP  
Rua: Padre Daniel, 07  
CEP: 87420-000 - Centro  
Batalha - AL  
CNPJ: 03.602.654/0001-83

03/03/2017

Henri



ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

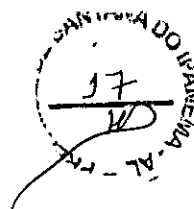
COTAÇÃO DE PREÇOS

1 - DADOS DA EMPRESA

Razão social: DGM DISTRIBUIDORA EIRELI- EPP	CNPJ:21268789000136
Endereço completo: RUA CRISTOVAO COLOMBO, 137, JARAGUÁ, MACEIÓ/AL	
E-mail: favorittadistribuidora@gmail.com	Fone/fax:82 3436-0585
Responsável: DAVID MARTIN	Celular:82 9 9978-9597

2 - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

LOTE 01 - KIT PARA SEMANA SANTA					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.1	PEIXE FRESCO - peixe fresco de rio ou de cativeiro do tipo corvina, tamanho mínimo de acordo com a legislação vigente (IBAMA) e peso mínimo de 1kg.	UND.	5.000,00	9,60	48.0000
1.2	LEITE DE COCO - natural, obtido do fruto íntegro, pasteurizado e homogeneizado, obedecendo a legislação sanitária vigente, contendo procedência e validade. <b>Embalagem em vidro com 500ml.</b>	UND.	5.000,00	4,24	21.200,00
1.3	ARROZ POLIDO BRANCO - tipo 1, longo constituído de grãos inteiros, isento de sujidades e materiais estranhos, acondicionado em embalagem plástica apropriada, contendo validade e procedência. <b>Embalagem com 01kg.</b>	KG	5.000,00	4,48	22.400,00
1.4	FARINHA DE MANDIOCA: Apresentação industrial, aspecto físico pó, com identificação do fabricante, prazo de validade e peso	KG	5.000,00	6,72	33.600,00



ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

líquido na embalagem, validade mínima de 06 meses. <b>Embalagem com 1kg.</b>				
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>125.200,00</b>


**3 - CONDIÇÕES**

Validade da proposta: <b>60 DIAS</b>	Prazo de entrega: <b>A COMBINAR</b>	Forma de pagamento: <b>EMPENHO</b>
---	--	---------------------------------------

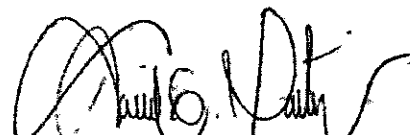
Local e data:

MACEIÓ 17 DE MARÇO DE 2017

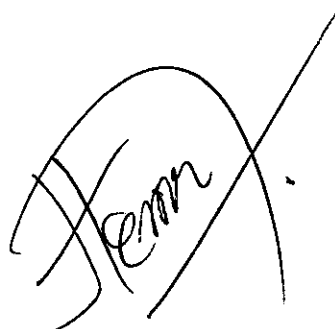
00/11/58 ME

  
CNPJ: 21.268.789/0001-36  
DAVID GUIMARAES MARTIN - EIRELI - EPP  
FAVORITTA DISTRIBUIDORA  
Rua Cristovão Colombo, 137  
Jaraguá - Maceió / AL  
CEP: 57.022-030

Carimbo CNPJ

  
CNPJ: 21.268.789/0001-36  
DAVID GUIMARAES MARTIN - EIRELI - EPP  
FAVORITTA DISTRIBUIDORA  
Rua Cristovão Colombo, 137  
Jaraguá - Maceió / AL  
CEP: 57.022-030

Carimbo e assinatura do responsável



GABINETE DO PREFEITO



PROCESSO Nº 3430.03.20.010/17

Interessado: Secretaria Municipal Do Trabalho, Assistência Social e Defesa Civil

Assunto: Registro de Preços para aquisição de Peixe e Componentes para Semana Santa.

## DESPACHO DE AUTORIZAÇÃO

Considerando a **carência de aquisição de Peixe e Componentes para Semana Santa**, necessária para o exercício das atribuições desta municipalidade, DETERMINO que a Comissão Permanente de Licitações adote todas as providências necessárias à realização de licitação para formalização de registro de preços, pelo que, desde já, AUTORIZO a deflagração do certame, na forma do Termo de Referência apresentado.

Outrossim, ratifico o entendimento exposto na inicial, no sentido de que não há necessidade de indicação da dotação orçamentária, a qual será devidamente indicada quando da formalização do contrato (Art. 6º, §2º do Decreto Municipal nº 28/2017).

Sigam os autos à CPL para as providências de praxe.

Santana do Ipanema/AL, 21 de março de 2017.

**ISNALDO BULHÕES BARROS**

Prefeito



**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA  
GABINETE DO PREFEITO**

**Portaria nº 01, de 06 de janeiro de 2017.**

**DESIGNA A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E O  
PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA  
(AL) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito do Município de Santana do Ipanema, Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que dispõe as Leis Federais 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002,

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Designar a Comissão Permanente de Licitação deste Poder Executivo, nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme descrição a seguir:

**I – PRESIDENTE DA CPL**

Carlos Thomaz Accioly Fernandes (Chefe de Setor de Material) – CPF: 008.061.364-05

**II – MEMBROS DA CPL**

Kelyson Henrique de Oliveira Defensor (Assistente em Serviço de Assistência Social) – CPF: 102.892.144-67

Welkison Barbosa Vilela Ferreira (Auditor Fiscal Municipal) – CPF: 010.251.314-79

**III – MEMBRO SUPLENTE DA CPL**

Amanda Costa Maciel (Chefe de Setor de Arquivo) – CPF: 096.629.974-40

**Art. 2º.** Fica designado como Pregoeiro, nos termos da Lei nº 10.520/2002, o servidor Carlos Thomaz Accioly Fernandes (Chefe de Setor de Material) – CPF: 008.061.364-05;

**Art. 3º.** Os membros da Comissão Permanente de Licitação – CPL atuarão como Equipe de Apoio do Pregoeiro, nos termos da Lei nº 10.520/2002;

**Art. 4º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Santana do Ipanema/AL, em 06 de janeiro de 2017.

**Isabela Balthazar Barros**  
Prefeito

Publicado no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema/AL, em 06 de janeiro de 2017.

**Antônio de Pádua Nunes Batista**  
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos



**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



PROCESSO Nº: 3430.03.20.010/17

INTERESSADO: **Secretaria Municipal Do Trabalho, Assistência Social e Defesa Civil**

ASSUNTO: **Licitação para registro de preços de Peixe e Componentes para Semana Santa**

**Termo de Abertura de Procedimento Licitatório**

Por este Termo, AUTUA-SE o presente processo, da inicial aos documentos que a seguem, pelo que, certifica-se conter nos autos todos os elementos necessários ao pleno atendimento do disposto nos artigos 15 e 38 da Lei nº 8.666/1993, art. 3º da Lei nº 10.520/2002, bem como no Decreto Municipal nº 28/2017.

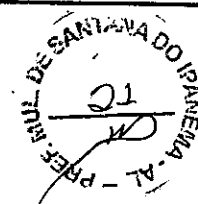
Ato contínuo, abre-se o procedimento licitatório **Pregão Presencial nº 04/2017-SRP** (Art. 1º da Lei 10.520/2002), para **registro de preços de aquisição de Peixe e Componentes para Semana Santa**, que se regerá pela Lei Federal nº 10.520/2002, pelo Decreto Municipal nº 28/2017, e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, assim como pela legislação correlata.

Outrossim, **JUSTIFICA-SE** a não utilização do pregão na forma eletrônica pela indisponibilidade de eficiente serviço de internet na estrutura administrativa desta municipalidade, razão que impossibilita o regular trâmite do processo, além de acarretar vulnerabilidade na condução das sessões.

Isto posto, encaminhamos os autos à Procuradoria Jurídica para proceder ao exame e aprovação da minuta de edital anexa, nos termos do parágrafo único do art. 38, da Lei 8.666/93.

CPL, em 22 de março de 2017.

  
**CARLOS THOMAZ ACCIOLY FERNANDES**  
Presidente da CPL



# EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 004/2017-SRP

OBJETO:

**Registro de preços de peixe  
e componentes para  
semana santa**

SESSÃO PÚBLICA:

**xx/xx/20xx  
xx:xx hs**

  
Pregoeiro

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017-SRP  
PROCESSO Nº 3430.03.20.010/2017**

Razão Social: \_\_\_\_\_

Nome Fantasia: \_\_\_\_\_ CNPJ Nº: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Fone(s)/Fax: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

Contato: \_\_\_\_\_ Celular(es) contato: \_\_\_\_\_

Recebemos, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada, bem como seus respectivos anexos.

Local e data: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura

Obs: Preenchimento com "letra de forma"

Senhor Licitante,

Caso este Edital tenha sido adquirido por meio eletrônico, solicito a V. Sª preencher o recibo de entrega acima e remetê-lo à **Comissão Permanente de Licitação do Município de Santana do Ipanema/AL**, através do e-mail: **santanadolpanemacplal@outlook.com**.

A não remessa de recibo exime a Comissão da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Pregoeiro

  
Pregoeiro

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**PROCESSO Nº 3430.03.20.010/2017**

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2017**

O **MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA/AL**, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS**, na forma **PRESENCIAL**, do tipo menor preço, conforme descrição contida neste Edital e seus Anexos. O procedimento licitatório obedecerá à Lei nº 10.520, de 2002, ao Decreto Municipal nº **28/2017**, à Lei Complementar nº 123, de 2006, à Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e subsidiariamente à Lei nº 8.666, de 1993, bem como à legislação correlata, e demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos.

Data da abertura da sessão pública: **XX de XXXXXX de 2017**

Horário: **XX:XX (XXXX horas e XXXX minutos - horário local)**

Endereço: **Sede da Prefeitura localizada na rua Coronel Lucena Maranhão, nº 141, Bairro Centro, Cidade Santana do Ipanema/AL, CEP 57.500-000.**

**1. DO OBJETO**

**1.1.** O objeto desta licitação é o registro de preços para aquisição de **peixe e componentes para a semana santa, com exclusivamente, dos interessados qualificados como microempresa ou empresa de pequeno porte, inclusive cooperativas assim qualificadas, aptos a se beneficiarem do tratamento diferenciado e favorecido estabelecido pela Lei Complementar nº 123/2006**, visando atender as necessidades do **Município de Santana do Ipanema**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos.

**1.2.** A licitação será subdividida em lotes, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse; deverá, porém, oferecer proposta para todos os itens que compõem cada lote em que pretende competir.

**1.3.** O critério de julgamento adotado será o menor preço TOTAL por lote, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

**1.4.** Justifica-se o agrupamento dos itens a serem contratados, pois cada lote é composto por itens que possuem mesma natureza e guardam relação direta entre si, não ocasionando assim

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



restrições na concorrência, na medida em que as empresas pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, potenciais contratadas, possuem plena capacidade para realizar o fornecimento total dos itens reunidos nos lotes. Dessa forma, busca-se a redução nos valores individuais dos produtos para a obtenção de menor preço global por lote, além de evitar que a adjudicação do objeto da licitação a um número grande de fornecedores afete a eficiência das atividades administrativas desenvolvidas, bem como a continuidade dos serviços prestados pela administração, por vezes comprometidas pelos eventuais descompassos na entrega dos produtos que resultam ainda em prejuízo aos usuários da rede pública de serviços.

**1.5. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:**

**1.5.1. ANEXO I - Termo de Referência**

**1.5.2. ANEXO II - Minuta de Ata de Registro de Preços**

**1.5.3. ANEXO III - Minuta de Contrato**

**1.5.4. ANEXO IV - Modelo de declaração relativa à proibição do trabalho do menor (Lei nº 9.854/99)**

**1.5.5. ANEXO V - Modelo de declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (inciso VII do artigo 4º da Lei nº 10.520, de 2002)**

**1.5.6. ANEXO VI - Modelo de declaração de microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007**

**1.5.7. ANEXO VII - Modelo de ficha de credenciamento**

**2. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

**2.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos.**

**2.2. São participantes os seguintes órgãos:**

**2.2.1. Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência Social e Defesa Civil.**

**2.3. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto Municipal nº 28/2017, e na Lei nº 8.666, de 1993.**

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**2.3.1.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

**2.3.2.** As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

**2.3.3.** O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

**2.3.4.** Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

**3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**3.1.** Poderão participar deste Pregão **exclusivamente os interessados qualificados como microempresa ou empresa de pequeno porte, inclusive cooperativas assim qualificadas, aptos a se beneficiarem do tratamento diferenciado e favorecido estabelecido pela Lei Complementar nº 123/2006**, pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.

**3.2.** Não será admitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas:

**3.2.1.** Com falência, recuperação judicial, concordata ou insolvência, judicialmente decretadas, ou em processo de recuperação extrajudicial;

**3.2.2.** Em dissolução ou em liquidação;

**3.2.3.** Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com a Administração, nos termos do artigo 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993;

**3.2.4.** Que estejam impedidas de licitar e de contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

**3.2.5.** Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605, de 1998;

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**3.2.6.** Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

**3.2.7.** Que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

**3.2.8.** Estrangeiras que não funcionem no País;

**3.2.9.** Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

**3.3.** O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

**4. DO CREDENCIAMENTO**

**4.1.** O licitante, ou o seu representante, deverá, no local, data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, apresentar-se ao Pregoeiro para efetuar seu credenciamento como participante deste Pregão, munido da sua carteira de identidade, ou de outro documento equivalente, e do documento que lhe dê poderes para manifestar-se durante a sessão pública em nome do licitante, juntamente com a ficha de credenciamento devidamente preenchida e em papel timbrado do licitante (conforme modelo anexo).

**4.1.1.** O licitante ou o seu representante que não se credenciar ou não comprovar seus poderes estará impedido de apresentar lances, formular intenção de recurso ou manifestar-se, de qualquer forma, durante a sessão.

**4.2.** Considera-se como representante do licitante qualquer pessoa habilitada, nos termos do estatuto ou contrato social, do instrumento público de procuração, ou particular com firma reconhecida, ou documento equivalente.

**4.2.1.** O estatuto, o contrato social ou o registro como empresário individual devem ostentar a competência do representante do licitante para representá-lo perante terceiros.

**4.2.2.** O instrumento de procuração público, ou particular com firma reconhecida, deve ostentar os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, devendo vir acompanhado dos documentos de constituição da empresa ou do registro como empresário individual.

**4.3.** Cada credenciado poderá representar apenas um licitante.

**4.4.** Os documentos poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente ou para ser autenticada pelo Pregoeiro ou Membro da Equipe de Apoio no início

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



da sessão, mediante a apresentação do respectivo original, ou ainda por meio de publicação em órgão da imprensa oficial.

**5. DA ABERTURA DA SESSÃO**

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital, quando o licitante, ou o seu representante, após a fase de credenciamento, deverá apresentar ao Pregoeiro os seguintes documentos:

5.1.1. Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (conforme modelo anexo);

5.1.2. Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte ou de cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, quando for o caso (conforme modelo anexo), sob pena de não usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006;

5.1.2.1. O licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrar em qualquer das vedações do artigo 3º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá usufruir do tratamento diferenciado previsto em tal diploma e, portanto, não deverá apresentar a respectiva declaração.

5.1.3. Em se tratando de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), deverá ser apresentada também a certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de ME ou EPP, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação, sob pena de não usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006;

5.1.3.1. As declarações de que tratam os itens 5.1.1 e 5.1.2 poderão ser produzidas de próprio punho, na sessão do certame, ou reduzida a termo em ata, desde que o representante credenciado possua outorga de poderes para tanto.

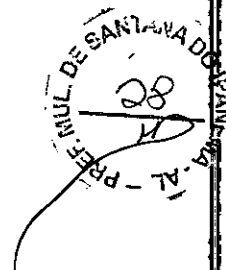
5.1.4. Envelopes da proposta de preços e da documentação de habilitação, separados, fechados e rubricados no fecho, opacos, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 1 - PROPOSTA DE PREÇOS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA  
PREGÃO PRESENCIAL - Nº 04/2017 - SRP  
**(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE)**  
**CNPJ Nº XXXX**

ENVELOPE Nº 2 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA



**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017 - SRP  
(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE)  
CNPJ Nº XXXX**

**5.2.** Será admitido o encaminhamento dos envelopes por via postal ou outro meio similar de entrega, mediante recibo ou aviso de recebimento, desde que entregues até 1 (uma) hora antes da abertura da sessão pública.

**5.2.1.** Nessa hipótese, os dois envelopes deverão ser acondicionados em invólucro único, endereçado diretamente à Comissão, com a seguinte identificação:

**À COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017 - SRP  
SESSÃO EM XX/XX/20XX ÀS XX:XX HORAS**

**5.2.2.** Os envelopes que não forem entregues nas condições acima estipuladas não gerarão efeitos como proposta.

**5.3.** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

**6. DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**6.1.** A proposta de preços, emitida por computador ou datilografada, redigida em língua portuguesa, com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricadas todas as suas folhas pelo licitante ou seu representante, deverá conter:

**6.1.1.** As características do objeto de forma clara e precisa, indicando marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e demais dados pertinentes, observadas as especificações constantes do Termo de Referência.

**6.1.2.** Preços unitários e total do lote, bem como valor GLOBAL da proposta em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência;

**6.1.2.1.** No preço cotado deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto.

**6.1.3.** Prazo de entrega, conforme parâmetro máximo do Termo de Referência.

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**6.1.4.** Prazo de garantia do produto, conforme parâmetro mínimo do Termo de Referência.

**6.1.5.** Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

**6.2.** A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

**7. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**7.1.** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

**7.2.** A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata.

**7.3.** O Pregoeiro classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, para participação na fase de lances.

**7.3.1.** Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

**8. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES**

**8.1.** Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o Pregoeiro dará início à etapa de apresentação de lances verbais, pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

**8.1.1.** O lance deverá ser ofertado pelo valor TOTAL do lote.

**8.2.** O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

**8.3.** A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances e a manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

**8.4.** Encerrada a etapa de lances, na hipótese de participação de licitante microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488,

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



de 2007 (COOP), será observado o disposto nos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**8.4.1.** O Pregoeiro identificará os preços ofertados pelas ME/EPP e COOP participantes que sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço, desde que a primeira colocada não seja uma ME/EPP/COOP.

**8.4.2.** As propostas ou lances que se enquadrarem nessa condição serão consideradas empatadas com a primeira colocada e o licitante ME/EPP/COOP melhor classificado terá o direito de apresentar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos.

**8.4.3.** Caso a ME/EPP/COOP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes ME/EPP/COOP participantes que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, segundo o estabelecido no subitem anterior.

**8.4.4.** Caso sejam identificadas propostas de licitantes ME/EPP/COOP empatadas, no referido intervalo de 5% (cinco por cento), será realizado sorteio para definir qual das licitantes primeiro poderá apresentar nova oferta, conforme subitem acima.

**8.4.5.** Havendo êxito neste procedimento, a ME/EPP/COOP assumirá a condição de melhor classificada no certame para fins de aceitação. Não havendo êxito, ou tendo sido a melhor oferta inicial apresentada por ME/EPP/COOP, ou ainda não existindo ME/EPP/COOP participante, prevalecerá a classificação inicial.

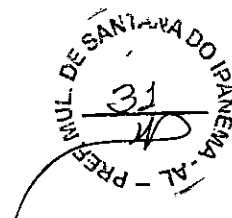
**8.4.6.** Somente após o procedimento de desempate fictício, quando houver, e a classificação final dos licitantes, será cabível a negociação de preço junto ao fornecedor classificado em primeiro lugar.

**8.5.** Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

**8.5.1.** Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público, para o qual os licitantes serão convocados.

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



8.6. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

8.7. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

**9. DA ACEITAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

9.1. O Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação e sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

9.2. O licitante deverá apresentar a planilha de preços, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

9.3. O Pregoeiro poderá solicitar ao licitante que apresente imediatamente documento contendo as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.4. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos no subitem anterior, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de **24** (vinte e quatro) horas contados da solicitação.

9.4.1. No caso de não haver entrega da amostra, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

9.4.2. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise.

9.5. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.6. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável, ou for desclassificada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

9.6.1. Nessa situação, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**9.7.** No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua substância, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

**9.8.** Aceita a proposta classificada em primeiro lugar, o licitante deverá comprovar sua condição de habilitação, na forma determinada neste Edital.

**10. DA HABILITAÇÃO**

**10.1.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá verificar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

**10.1.1.** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**10.2.** Não ocorrendo inabilitação, a documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar será verificada.

**10.2.1.** Os documentos poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente ou para ser autenticada pelo Pregoeiro ou Membro da Equipe de Apoio na própria sessão, conforme forem sendo abertos os envelopes de habilitação, mediante a apresentação do respectivo original, ou ainda por meio de publicação em órgão da imprensa oficial.

**10.3.** Para a habilitação, o licitante deverá apresentar os documentos a seguir relacionados:

**10.3.1. Relativos à Habilitação Jurídica:**

**a. No caso de empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de todas as eventuais alterações;

**a.1.** Os documentos acima deverão estar acompanhados do documento de identificação do titular da empresa;

**b. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhados de todas as eventuais alterações ou da consolidação respectiva;

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**b.1.** Os documentos acima deverão estar acompanhados do(s) documento(s) de identificação de seu(s) administrador(es);

**c. No caso de sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação do(s) seu(s) administrador(es);

**d. No caso de cooperativa:** ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

**e. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País:** decreto de autorização;

**f.** Autorização para funcionamento expedida pela Vigilância Sanitária Municipal e/ou Estadual, relativa a sede do estabelecimento;

**10.3.1.1.** Quando os documentos acima, cabíveis conforme a natureza do licitante, já tenham sido todos devidamente apresentados e juntados no credenciamento, não se fará necessária nova apresentação;

**10.3.2. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

**a.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

**b.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

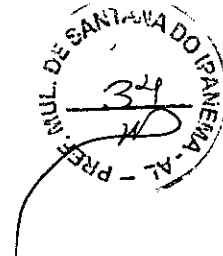
**c.** Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante certidão conjunta negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive a regularidade das contribuições previdenciárias e de terceiros;

**d.** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante;

**e.** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;

**f.** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS;

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**g.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou certidão positiva com efeitos de negativa.

**10.3.2.1.** Sob pena de inabilitação, as certidões relativas à regularidade fiscal deverão ter sido expedidas a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação, quando estas não tiver prazo de validade estabelecido pelo órgão competente expedidor;

**10.3.2.2.** Caso o licitante seja microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de ser inabilitado.

**10.3.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:**

**a.** Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação;

**b.** Comprovação de que possui capital social mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total ofertado, através de certidão expedida pela Junta Comercial da respectiva sede.

**10.3.4. Relativos à Qualificação Técnica:**

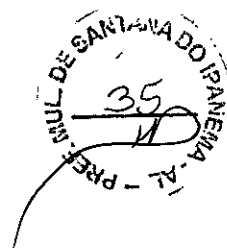
**a.** Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

**10.3.5. Documentos Complementares:**

**a.** Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme Lei nº 9.854, de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 2002, conforme modelo anexo a este Edital.

**10.4.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**10.4.1.** No caso de inabilitação, o Pregoeiro retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**10.5.** Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**10.6.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**10.7.** No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

**10.8.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

**10.8.1.** Caso o licitante seja microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal, será-lhe assegurado o prazo de **05 (cinco)** dias úteis, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**10.8.2.** A prorrogação do prazo a que se refere o subitem anterior deverá sempre ser concedida pela Administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho devidamente justificados.

**10.8.3.** A declaração do vencedor de que trata este subitem acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

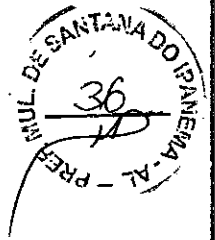
**10.8.4.** A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

**10.9.** Da sessão pública do Pregão será lavrada Ata, que mencionará todos os licitantes presentes, os lances finais oferecidos, bem como as demais ocorrências que interessarem ao julgamento, devendo a Ata ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes.

**11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**



**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**11.1.** A proposta final do licitante declarado vencedor, deverá ser encaminhada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro.

**11.1.1.** A proposta final deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

**11.1.2.** Não serão aceitos, quando da readequação dos preços, que estes se apresentem superiores àqueles inicialmente ofertados em sua proposta escrita, contida no Envelope nº 1.

**11.1.3.** A proposta final deverá conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

**11.2.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e no momento de aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

**11.2.1.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

**12. DOS RECURSOS**

**12.1.** Declarado o vencedor, e depois de decorrida a fase de regularização fiscal, caso o licitante vencedor seja microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, qualquer licitante poderá, ao final da sessão pública, de forma imediata e motivada, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

**12.2.** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

**12.3.** Cabe ao Pregoeiro receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando-os à autoridade competente quando mantiver sua decisão.

**12.3.1.** A análise quanto ao recebimento ou não do recurso, pelo Pregoeiro, ficará adstrita à verificação da tempestividade e da existência de motivação da intenção de recorrer.

**12.4.** O acolhimento de recurso, pelo Pregoeiro, ou pela autoridade competente, conforme o caso, importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



12.5. Não serão conhecidos os recursos cujas razões forem apresentadas fora dos prazos legais.

**13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

**14. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

14.1. Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para, no prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da convocação, proceder à assinatura da Ata de Registro de Preços, a qual, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento, nas condições estabelecidas.

14.1.1. O prazo previsto poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo licitante convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador.

14.2. No caso de o licitante vencedor, após convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações previstas neste Edital e seus Anexos, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, assinar a Ata.

14.3. O órgão gerenciador encaminhará cópia da Ata aos órgãos participantes, se houver.

**15. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

15.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de até 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

15.1.1. É admitida a prorrogação excepcional da vigência da Ata nos termos do Decreto Municipal nº 28/2017, desde que o prazo total de vigência, computada a prorrogação, não ultrapasse 01 (um) ano.

**16. DA ALTERAÇÃO E DO CANCELAMENTO**

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**16.1.** A alteração da Ata de Registro de Preços e o cancelamento do registro do fornecedor obedecerão à disciplina do Decreto Municipal nº **28/2017**, conforme previsto na Minuta de Ata anexa ao Edital.

**17. DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES**

**17.1.** A contratação com fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666, de 1993, e obedecidos os requisitos pertinentes do Decreto Municipal nº **28/2017**.

**17.1.1.** As condições de fornecimento constam do Termo de Referência anexo ao Edital e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

**17.2.** O órgão convocará a fornecedor com preço registrado, em Ata para, a cada contratação, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

**17.2.1.** Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

**17.3.** A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**17.3.1.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

**17.4.** É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

**17.4.1.** É vedada a subcontratação parcial, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

**17.5.** A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**17.6.** Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços, de tudo dando ciência à Administração.

## **18. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO**

**18.1.** Cada contratação firmada com a fornecedora terá vigência de acordo com as disposições definidas na minuta de contrato ou instrumento equivalente, ou, na omissão deste, pelo prazo de até 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura ou retirada do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

**18.1.1.** A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar.

## **19. DO PREÇO**

**19.1.** Durante a vigência de cada contratação, os preços são fixos e irredutíveis.

## **20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

**20.1.** As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, no Edital, na Ata de Registro de Preços e na minuta do instrumento de Contrato.

## **21. DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**21.1.** Os critérios de recebimento e aceitação do objeto estão previstos no Termo de Referência e na minuta do instrumento de Contrato, quando for o caso.

## **22. DO PAGAMENTO**

**22.1.** O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada.

**22.2.** O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.

**22.2.1.** O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

**22.3.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**22.4.** Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

**22.5.** O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

**22.6.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**22.7.** A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

**22.8.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

**23. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**23.1.** Os recursos para a aquisição do objeto do presente registro de preços, de acordo com os quantitativos efetivamente contratados, possuem dotação orçamentária própria e serão certificados por ocasião de cada contratação.

**24. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

  
Pregoeiro

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**24.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

**24.1.1.** Não assinar a Ata de Registro de Preços, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta ou da Ata de Registro de Preços;

**24.1.2.** Apresentar documentação falsa;

**24.1.3.** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

**24.1.4.** Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;

**24.1.5.** Comportar-se de modo inidôneo;

**24.1.6.** Cometer fraude fiscal;

**24.1.7.** Fizer declaração falsa;

**24.1.8.** Ensejar o retardamento da execução do certame.

**24.2.** A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**a.** Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

**b.** Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos;

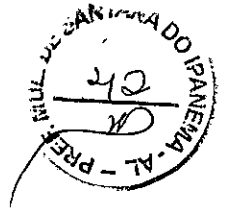
**24.2.1.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**24.3.** As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

**24.4.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

**24.5.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**24.6.** As multas serão recolhidas em favor da Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa e cobradas judicialmente.

**24.7.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**25.1.** Até dois dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer licitante poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

**25.1.1.** Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, observando-se as exigências quanto à divulgação das modificações no Edital.

**25.2.** Não serão admitidos recursos e impugnações enviados através de e-mail, devendo os mesmos serem apresentados por escrito, instruídos com os documentos necessários ao seu conhecimento devidamente anexados, e protocolados no protocolo geral do órgão.

**25.3.** Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**25.4.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

**25.5.** É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

**25.6.** No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**25.7.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**25.7.1.** A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**25.8.** A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.

**25.9.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**25.10.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**25.11.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**25.12.** A ausência de apresentação de qualquer das declarações constantes deste Edital e seus anexos, poderá ser sanada na própria sessão, na fase correspondente, mediante a emissão da(s) mesma(s) pelo representante da licitante devidamente credenciado, de próprio punho ou reduzida a termo na ata da sessão pública;

**25.13.** As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**25.14.** Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documentos" em substituição aos documentos requeridos no presente Edital, salvo em virtude de força maior ou caso fortuito, aceitável a juízo do Pregoeiro;

**25.15.** Em caso de divergência entre disposição do Edital e das demais peças que compõem o processo, prevalece a previsão do Edital.

**25.16.** O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e/ou obtidos no órgão, situado no endereço constante no preâmbulo, nos dias úteis, no horário das **08:00** horas às **13:00** horas.

**25.16.1.** O Edital também poderá ser disponibilizado por meio eletrônico, através de solicitação enviada ao e-mail **santanadoipanemacplal@outlook.com**, que será atendida em até 24 (vinte e quatro) horas, devendo a referida solicitação conter todos os dados necessários para identificação da licitante interessada.



**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**25.17.** Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no órgão, situado no endereço constante no preâmbulo, nos dias úteis, no horário das **08:00** horas às **13:00** horas.

**25.18.** Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra do edital e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos, nos termos do artigo 5º, III, da Lei nº 10.520, de 2002.

**25.19.** Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, da Lei Complementar nº 123, de 2006, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.

**25.20.** O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de **Município de Santana do Ipanema**, Estado de Alagoas, com exclusão de qualquer outro.

Santana do Ipanema – AL, xx de xxxxxx de xxxx.

  
Pregoeiro

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx  
Pregoeiro

COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO



**ANEXO I**

TERMO DE REFERÊNCIA

**1. OBJETO**

1.1. Registro de preços para aquisição de **peixe e componentes para a Semana Santa, destinados as famílias em situação de vulnerabilidade social**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos abaixo:

LOTE 01 – PEIXE			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO(S) PRODUTO(S)	UNID. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA
1.1	<b>PEIXE FRESCO</b> – peixe fresco de rio ou de cativeiro do tipo corvina, tamanho mínimo de acordo com a legislação vigente (IBAMA) e peso mínimo de 1kg.	UNID	5.000

LOTE 02 – COMPONENTES			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO(S) PRODUTO(S)	UNID. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA
1.2	<b>LEITE DE COCO</b> – natural, obtido do fruto íntegro, pasteurizado e homogeneizado, obedecendo a legislação sanitária vigente, contendo procedência e validade. <b>Embalagem em vidro com 500ml.</b>	UNID	5.000
1.3	<b>ARROZ POLIDO BRANCO</b> – tipo 1, longo constituído de grãos inteiros, isento de sujidades e materiais estranhos, acondicionado em embalagem plástica apropriada, contendo validade e procedência. <b>Embalagem com 01kg.</b>	KG	5.000
1.4	<b>FARINHA DE MANDIOCA:</b> Apresentação Industrial, aspecto físico pó, com identificação do fabricante, prazo de validade e peso líquido na embalagem, validade mínima de 06 meses. <b>Embalagem com 1kg.</b>	KG	5.000

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Pregoeiro

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**2. JUSTIFICATIVA**

2.1. A presente licitação servirá para a aquisição dos bens acima elencados, necessários à execução das atividades desenvolvidas pelos órgãos que compõem esta Administração. Outrossim, optou-se pela adoção do Sistema de Registro de Preços por se tratar de bens com necessidade de aquisições frequentes, previsão de entregas parceladas e sem possibilidade de definição prévia, com segurança, do quantitativo a ser demandado no período, nos termos do Decreto Municipal nº 28/2017.

2.2. Justifica-se o agrupamento dos itens a serem contratados, pois cada lote é composto por itens que possuem mesma natureza e guardam relação direta entre si, não ocasionando assim restrições na concorrência, na medida em que as empresas pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, potenciais contratadas, possuem plena capacidade para realizar o fornecimento total dos itens reunidos nos lotes. Dessa forma, busca-se a redução nos valores individuais dos produtos para a obtenção de menor preço global por lote, além de evitar que a adjudicação do objeto da licitação a um número grande de fornecedores afete a eficiência das atividades administrativas desenvolvidas, bem como a continuidade dos serviços prestados pela administração, por vezes comprometidas pelos eventuais descompassos na entrega dos produtos que resultam ainda em prejuízo aos usuários da rede pública de serviços.

**3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

**4. FORMA DE FORNECIMENTO**

4.1. O fornecimento será efetuado em parcela única, com entrega em **48** (quarenta e oito) horas, a partir da solicitação.

4.2. Os bens deverão ser entregues de acordo com as exigências do órgão solicitante, ou nos locais indicados pelo mesmo, no horário de funcionamento do órgão solicitante.

**5. AValiação DO CUSTO**

5.1. O custo estimado foi apurado a partir da média aritmética de orçamentos recebidos de empresas pertencentes ao ramo de atividade relacionado com o objeto.

5.1.1. A estimativa de custo do objeto constará apenas nos autos do procedimento da licitação, podendo ser informada aos interessados mediante solicitação encaminhada à Comissão Permanente de Licitação, através dos endereços físico e eletrônico constantes no respectivo Edital, nos termos do Acórdão 1153/2013 do Plenário do TCU.

**6. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

  
Pregoeiro

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**6.1.** Os bens serão recebidos:

**a.** Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

**b.** Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua conseqüente aceitação, que se dará até 24 (vinte e quatro) horas do recebimento provisório.

**6.1.1.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**6.2.** A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

**7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**7.1.** A Contratada obriga-se a:

**7.1.1.** Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicadas pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhada da respectiva nota fiscal, constando detalhadamente, no que couber, as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

**7.1.1.1.** Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

**7.1.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**7.1.2.1.** O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o produto com avarias ou defeitos;

**7.1.3.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

**7.1.4.** Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

  
Pregoeiro

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**7.1.5.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**7.1.6.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

**7.1.7.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**7.1.8.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato..

**8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**8.1.** A Contratante obriga-se a:

**8.1.1.** Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

**8.1.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

**8.1.3.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

**8.1.4.** Efetuar o pagamento no prazo previsto.

**9. CONTROLE DA EXECUÇÃO**

**9.1.** A fiscalização da contratação será exercida pelo servidor: **TANILLA PEREIRA DE ALMEIDA, Coordenadora do Programa Bolsa Família**, CPF nº **095.882.064-30**, designado gestor, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

**9.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

  
Fiscal

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**9.3.** O fiscal do contrato anotarã em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**10. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**10.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que, no decorrer da contratação:

**10.1.1.** Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

**10.1.2.** Apresentar documentação falsa;

**10.1.3.** Comportar-se de modo inidôneo;

**10.1.4.** Cometer fraude fiscal;

**10.1.5.** Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no Contrato.

**10.2.** A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**a.** Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

**b.** Multa:

**b.1.** Moratória de até 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

**b.2.** Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

**c.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o **Município de Santana do Ipanema**, pelo prazo de até dois anos;

**c.1.** Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal.

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



d. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos;

e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

**10.2.1.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**10.3.** Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

**10.3.1.** tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

**10.3.2.** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**10.3.3.** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**10.4.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

**10.5.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observando o princípio da proporcionalidade.

**10.6.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Contratante, ou deduzidos da garantia, se houver, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

**10.6.1.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**10.7.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**10.8.** As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da licitação estão previstas no Edital.

Pregoeiro

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**ANEXO II**

**MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PP04/2017-X**

**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2017**

PROCESSO Nº 3430.03.20.010/17

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos **XX** dias do mês de **XXXXXX** do ano de **XXXX**, o **MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA/AL** com sede administrativa na Rua Coronel Lucena Maranhão, nº 141, Bairro Centro, Santana do Ipanema, Alagoas, CEP 57.500-000, inscrito no CNPJ sob o nº **12.250.916/0001-89**, neste ato representado por seu Prefeito Sr. **ISNALDO BULHÕES BARROS** CPF Nº 026.236.684-34 e RG Nº 103.403 SSP/AL, no uso de suas atribuições legais;

Nos termos da Lei nº 10.520, de 2002; do Decreto Municipal nº **28/2017**, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 1993, e as demais normas legais correlatas;

Em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial para Registro de Preços nº 04/2017-SRP**, conforme resultado homologado em **XX/XX/XXXX**;

Resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a contratação dos itens constantes na proposta vencedora transcrita em Anexo desta Ata, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa **XXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº **XXXXXXXX**, com sede na **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CEP **XXXX**, no Município de **XXXXXX**, neste ato representada pelo(a) Sr(a). **XXXXXXXX**, portador(a) da Cédula de Identidade nº **XXXX** e CPF nº **XXXXXXXX**, cuja proposta foi classificada em 1º lugar no certame.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O objeto desta Ata é o registro de preços para aquisição de **Pelxe e Componentes para Semana Santa (LOTE(S) VENCIDO(S) PELA EMPRESA)**, visando atender às necessidades do **Município de Santana do Ipanema/AL**, conforme descrição, quantidades e preços descritos em Anexo(s).



**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR**

2.1. O valor global desta Ata é de R\$ **XXXX (XXXXXXXXXXXX)**, distribuídos da seguinte forma:

Nº LOTE	DESCRIÇÃO DO LOTE	VALOR TOTAL
XXX	NOME DO LOTE VENCIDO PELA EMPRESA	R\$ XXXXXX

**3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

3.1. O órgão gerenciador será a **Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos**.

3.2. São participantes os seguintes órgãos:

**3.2.7. Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência Social e Defesa Civil.**

3.3. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto Municipal nº **28/2017**, e na Lei nº 8.666, de 1993.

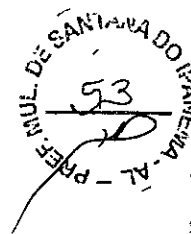
**3.3.1.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

**3.3.2.** As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

**3.3.3.** O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

  
Pregoeiro

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**3.3.4.** Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

**4. CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**4.1.** A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura.

**4.1.1.** É admitida a prorrogação excepcional da vigência da Ata nos termos do Decreto Municipal nº **28/2017**, desde que o prazo total de vigência, computada a prorrogação, não ultrapasse 01 (um) ano.

**5. CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**5.1.** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1998.

**5.2.** O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

**5.3.** Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

**5.3.1.** Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

**5.3.2.** Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

**5.3.3.** Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

**5.4.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

**5.4.1.** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

**5.4.2.** Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**5.5.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**5.6.** Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

**6. CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO**

**6.1.** O fornecedor terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

**6.1.1.** Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

**6.1.2.** Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**6.1.3.** Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

**6.1.4.** Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

**6.1.5.** Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

**6.2.** O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

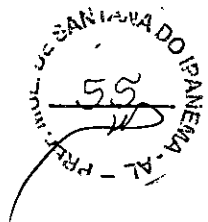
**6.3.** Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES**

**7.1.** A contratação com fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666, de 1993, e obedecidos os requisitos pertinentes do Decreto Municipal nº 28/2017.

**7.1.1.** As condições de fornecimento constam do Termo de Referência anexo ao Edital e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**7.2.** O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

**7.2.1.** Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

**7.3.** A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**7.3.1.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

**7.4.** É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

**7.4.1.** É vedada a subcontratação parcial, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

**7.5.** A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**7.6.** Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, de tudo dando ciência à Administração.

**8. CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO**

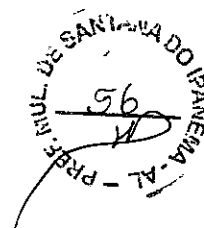
**8.1.** Cada contrato firmado com a fornecedora terá vigência de acordo com as disposições definidas na minuta de contrato ou instrumento equivalente, ou, na omissão deste, pelo prazo de até 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura ou retirada do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

**8.1.1.** A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar.

**9. CLÁUSULA NONA - DO PREÇO**

  
Pregoeiro

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



9.1. Durante a vigência de cada contratação, os preços são fixos e irrevogáveis.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

10.1. A Contratada obriga-se a:

10.1.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

10.1.1.1. Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

10.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.2.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;

10.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

10.1.4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

10.1.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.1.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**10.2.** A Contratante obriga-se a:

**10.2.1.** Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

**10.2.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

**10.2.3.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

**10.2.4.** Efetuar o pagamento no prazo previsto.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**11.1.** Os bens serão recebidos:

**a.** Provisoriamente, a partir da entrega para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

**b.** Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará no prazo máximo fixado no Termo de Referência.

**11.1.1.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**11.2.** A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO**

**12.1.** O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada.

**12.2.** O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.

**12.2.1.** O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**12.3.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**12.4.** Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

**12.5.** O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

**12.6.** Será considerada data do pagamento a data em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**12.7.** A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordado no contrato.

**12.8.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

  
Pregoeiro

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**13.1.** A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

**13.1.1.** O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

**13.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

**13.3.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INERÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**14.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

**14.1.1.** Não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta ou da Ata de Registro de Preços;

**14.1.2.** Apresentar documentação falsa;

**14.1.3.** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

**14.1.4.** Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;

**14.1.5.** Comportar-se de modo inidôneo;

**14.1.6.** Cometer fraude fiscal;

**14.1.7.** Fizer declaração falsa;

**14.1.8.** Ensejar o retardamento da execução do certame.



**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**14.2.** A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a.** Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- b.** Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos;

**14.2.1.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**14.3.** Comete infração administrativa, ainda, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que, no decorrer da contratação:

- 14.3.1.** Inexecutar total ou parcialmente o contrato;
- 14.3.2.** Apresentar documentação falsa;
- 14.3.3.** Comportar-se de modo inidôneo;
- 14.3.4.** Cometer fraude fiscal;
- 14.3.5.** Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no instrumento de contrato.

**14.4.** A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**a.** Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

**b.** Multa:

**b.1.** Moratória de até 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

**b.2.** Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

Pregoeiro

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



62  
PREF. MUN. DE SANTANA DO IPANEMA - AL

c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o **Município de Santana do Ipanema/AL**, pelo prazo de até dois anos;

d. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos;

e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

**14.4.1.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**14.5.** Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

**14.5.1.** tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

**14.5.2.** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**14.5.3.** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados;

**14.6.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

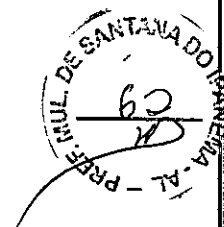
**14.7.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**14.8.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Órgão, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

**14.8.1.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**14.9.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**15.1.** Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital e Anexos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº **04/2017-SRP** e a proposta da empresa.

**15.2.** Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto Municipal nº **28/2017**, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.

**15.3.** O foro para dirimir questões relativas à presente Ata será o da Comarca de **Santana do Ipanema**, Estado de Alagoas, com exclusão de qualquer outro.

Santana do Ipanema/AL, **XX** de **XXXXXX** de **XXXX**.

\_\_\_\_\_  
Representante da Empresa

\_\_\_\_\_  
Representante do Órgão

\_\_\_\_\_  
Gestor da ata

  
Pregoeiro

COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO



ANEXO I DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PP04/2017-X

Este documento é parte da Ata de Registro de Preços acima referenciada, celebrada entre o **MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA/AL** e a empresa **XXXXXXXXXX**, cujos itens e respectivos preços estão a seguir descritos na proposta de preços anexada, em face da realização do Pregão Presencial nº **04/2017-SRP**.

**MANU**

**COMISSÃO**

**PREGOEIRO**

**ANEXO III**

MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO Nº 3430.03.20.010/17

CONTRATO Nº PP04/2017-X

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE PEIXE E COMPONENTES  
PARA SEMANA SANTA (LOTE(S) A SER(EM)  
CONTRATADO(S)) QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO  
DE SANTANA DO IPANEMA/AL, E A EMPRESA  
XXXXXXXXXXXX

O MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA, com sede na rua Coronel Lucena Maranhão, nº 141, Bairro Centro, Cidade Santana do Ipanema/AL, CEP 57.500-000, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 12.250.916/0001-89, neste ato representado por seu Prefeito o Sr. ISNALDO BULHÕES BARROS, CPF Nº 026.236.684-34 e RG Nº 103.403 SSP/AL, no uso de suas atribuições legais, doravante denominado(a) simplesmente CONTRATANTE, e a empresa XXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXX, CEP XXXX, no Município de XXXXXX, denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr(a). XXXXXX, portador(a) da Cédula de Identidade nº XXXX e CPF nº XXXXXX, tendo em vista o que consta no Processo nº 3430.03.20.010/17, e o resultado final do Pregão Presencial nº 04/2017, com fundamento na Lei nº 8.666, de 1993, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O contrato tem como objeto a aquisição de **Peixe e Componentes para Semana Santa (LOTE(S) A SER(EM) CONTRATADO(S))**, visando atender às necessidades do **Município de Santana do Ipanema/AL**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e no Edital e seus Anexos, de acordo com os valores ofertados pela Contratada, constantes em Anexo deste Instrumento.

1.1.1. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão Presencial nº 04/2017-SRP, com seus Anexos, e a Proposta da CONTRATADA.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO LOCAL, DA QUANTIDADE E DO PRAZO DE ENTREGA DO MATERIAL**

2.1. O material deverá ser entregue conforme local e quantidades discriminados nos pedidos de

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



fornecimento.

**2.2.** O prazo de entrega do material será de **48 (quarenta e oito) horas** consecutivos ao recebimento da solicitação.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**3.1. A CONTRATADA obriga-se a:**

**3.1.1.** Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

**3.1.1.1.** Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

**3.1.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**3.1.2.1.** Este dever implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;

**3.1.3.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

**3.1.4.** Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**3.1.5.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**3.1.6.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

**3.1.7.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**3.1.8.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

**4. CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**4.1. A CONTRATANTE obriga-se a:**

**4.1.1.** Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

**4.1.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

**4.1.3.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado;

**4.1.4.** Efetuar o pagamento no prazo previsto.

**5. CLÁUSULA QUINTA - DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**5.1. Os bens serão recebidos:**

**a.** Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

**b.** Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará no prazo fixado no Termo de Referência.

**5.1.1.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**5.2.** A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

**6. CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR DO CONTRATO**

**6.1.** O valor do contrato é de R\$ **XXXX (XXXXXXXXXXXXX)**.

**6.1.1.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

**7. CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA**

**7.1.** O prazo de vigência do contrato será até 31 de dezembro de **XXXX**, a partir da data da assinatura do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

**7.1.1.** A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar.

**8. CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

**8.1.** O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA.

**8.2.** O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA.

**8.2.1.** O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

**8.3.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

**8.4.** Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

**8.5.** O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

**8.6.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**8.7.** A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

  
Pregoeiro



**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



8.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da Parcela em atraso.

**9. CLÁUSULA NONA – DO PREÇO**

9.1. Os preços são fixos e irredutíveis.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados em orçamento próprio para este exercício, na dotação abaixo discriminada:

Funcional(is) Programática(s): XXXXXXXXXXXXXXXX

Elemento(s) de Despesa: XXXXXXXXXXXXXXXX

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO**

11.1. A fiscalização do presente Contrato será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração.

11.1.1. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

11.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da

CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES**

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

12.2.1. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, e da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que, no decorrer da contratação:

13.1.1. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

13.1.2. Apresentar documentação falsa;

13.1.3. Comportar-se de modo inidôneo;

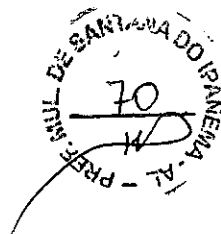
13.1.4. Cometer fraude fiscal;

13.1.5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital e no contrato.

13.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**b. Multa:**

**b.1.** Moratória de até 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

**b.2.** Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

**c.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o **Município de Santana do Ipanema/AL**, pelo prazo de até dois anos;

**d.** Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos;

**e.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

**13.2.1.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**13.3.** Também ficam sujeitas as penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

**13.3.1.** tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

**13.3.2.** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

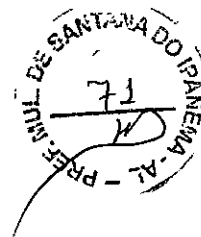
**13.3.3.** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**13.4.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

**13.5.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

  
Pragoelro

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**13.6.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Órgão, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

**13.6.1.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**13.7.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**14.1.** São motivos para a rescisão do presente Contrato, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993:

**14.1.1.** o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

**14.1.2.** o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

**14.1.3.** a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;

**14.1.4.** o atraso injustificado no início do fornecimento;

**14.1.5.** a paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

**14.1.6.** a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Contrato;

**14.1.7.** o desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

**14.1.8.** o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

**14.1.9.** a decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;

**14.1.10.** a dissolução da sociedade, ou falecimento da CONTRATADA;

  
Pregoeiro

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**14.1.11.** a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;

**14.1.12.** razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

**14.1.13.** a supressão, por parte da Administração, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993

**14.1.14.** a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

**14.1.15.** o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de fornecimentos ou parcelas destes, já recebidos, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;

**14.1.16.** a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

**14.1.17.** o descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

**14.2.** Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

**14.3.** A rescisão deste Contrato poderá ser:

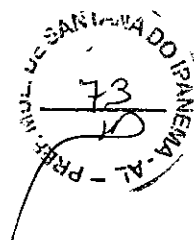
**14.3.1.** determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nas cláusulas **14.1.11 a 14.1.12, 14.1.16 e 14.1.17;**

**14.3.2.** amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;

**14.3.3.** judicial, nos termos da legislação.

**14.4.** A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



fundamentada da autoridade competente.

**14.5.** Quando a rescisão ocorrer com base nas cláusulas **14.1.12 a 14.1.16**, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

**14.5.1.** pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

**14.6.** A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

**14.7.** O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:

**14.7.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**14.7.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**14.7.3.** Indenizações e multas.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

**15.1.** Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 10.520, de 2002, na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, na Lei Complementar nº 123, de 2006, e na Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas correlatas, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO**

**16.1.** Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO**

**17.1.** Fica eleito o foro da Comarca de **Santana do Ipanema**, Estado de Alagoas, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

Pregoeiro

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Santana do Ipanema/AL, **XX** de **XXXXXX** de **XXXX**.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Pela CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Pela CONTRATADA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Gestor Contratual

  
Pregoeiro

COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO



ANEXO DO CONTRATO Nº PP04/2017-X

Este documento é parte do Contrato acima referenciado, celebrado entre o **Município de Santana do Ipanema/AL** e a empresa **XXXXXXXXXX**, cujos itens e respectivos preços estão a seguir descritos na proposta de preços anexada, em face da realização do Pregão Presencial nº 04/2017-SRP.

**MANUTENÇÃO**

**PREÇO**

**Quantidade**

**Valor Unitário**

**Valor Total**

**Descrição**

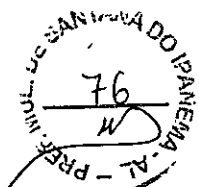
**Observações**

**Assinatura**

**Pregoeiro**



**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**ANEXO IV**

MODELO DE DECLARAÇÃO – LEI Nº 9.854/99  
(colocar em papel timbrado da licitante)

**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2017-SRP**

PROCESSO Nº **3430.03.20.010/17**

**DECLARAÇÃO**

..... (identificação da licitante) com sede na  
..... (endereço) inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., vem  
através de seu representante legal abaixo assinado, em atenção à Lei n. 9.854, de 27  
de outubro de 1999, declarar expressamente, sob as penas da lei, que cumpre  
integralmente a norma contida na Constituição da República Federativa do Brasil de  
1988, artigo 7º, inciso XXXIII, a saber: "(...) proibição de trabalho noturno, perigoso ou  
insalubre a menores de dezoito anos e qualquer trabalho a menores de dezesseis  
anos, exceto na condição de aprendiz a partir de quatorze anos", para fins de  
habilitação no Pregão Presencial para Registro de Preços nº **04/2017-SRP** do **Município  
de Santana do Ipanema/AL**.

Local e data

\_\_\_\_\_  
(assinatura)

Pregoeiro

**ANEXO V**

MODELO DE DECLARAÇÃO – ART. 4º, INC. VII, DA LEI Nº 10.520/2002  
(colocar em papel timbrado da licitante)

**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2017-SRP**

PROCESSO Nº **3430.03.20.010/17**

**DECLARAÇÃO**

..... (identificação da licitante) com sede na  
..... (endereço) inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., vem  
através de seu representante legal abaixo assinado, declarar expressamente, sob as  
penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, com os  
documentos devidamente atualizados na forma da legislação vigente, que se  
encontram dentro do Envelope de nº 02 – Documentos de Habilitação, em  
conformidade com o Inciso VII, Art. 4º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para  
participação no Pregão Presencial para Registro de Preços nº **04/2017-SRP** do  
**Município de Santana do Ipanema/AL.**

Local e data

\_\_\_\_\_  
(assinatura)

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE  
OU COOPERATIVA ENQUADRADA NO ART. 34 DA LEI Nº 11.488, DE 2007

(colocar em papel timbrado da licitante)

**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2017**

PROCESSO Nº **3430.03.20.010/17**

**DECLARAÇÃO**

..... (identificação da licitante) com sede na  
..... (endereço) inscrita no CNPJ/ME sob o nº ....., por  
intermédio de seu representante legal, abaixo assinado, DECLARA, expressamente, sob  
as penas da lei, que é considerada:

☐ microempresa ou empresa de pequeno  
porte, nos termos da Lei Complementar nº  
123, de 14 de dezembro de 2006, não se  
incluindo nas hipóteses de exclusão previstas  
no §4º do artigo 3º do mesmo diploma;

OU

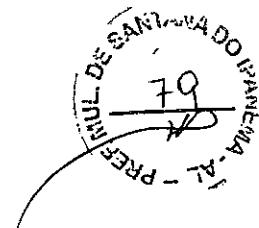
☐ cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei  
nº 11.488, de 15 de junho de 2007;

gozando, assim, do regime diferenciado e favorecido instituído pela referida Lei  
Complementar, para fins de participação no Pregão Presencial para Registro de  
Preços nº **04/2017-SRP** do **Município de Santana do Ipanema/AL**.

Local e data

\_\_\_\_\_  
(assinatura)

COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO



**ANEXO VII**

MODELO DE FICHA DE CREDENCIAMENTO  
(colocar em papel timbrado da licitante)

**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2017**

PROCESSO Nº 3430.03.20.010/17

**FICHA DE CREDENCIAMENTO**

**DADOS DO LICITANTE**

RAZÃO SOCIAL: \_\_\_\_\_ CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO COMPLETO: \_\_\_\_\_

FONE(S): \_\_\_\_\_ FAX: \_\_\_\_\_ EMAIL: \_\_\_\_\_

PESSOA P/ CONTATO: \_\_\_\_\_ CARGO/FUNÇÃO: \_\_\_\_\_

**DADOS DO REPRESENTANTE**

NOME COMPLETO: \_\_\_\_\_

CARGO/FUNÇÃO: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

CELULAR(S): \_\_\_\_\_ EMAIL(S): \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
(responsável p/ informações)

PROCESSO Nº 3430.0320010/17

ASSUNTO: Aquisição de kits (semana santa).

EMENTA: PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS. DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. Legislação Aplicável: Lei nº 8.666, de 1993, Lei nº 10.520, de 2002 e Decreto nº 3.555, de 2000. Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para semana santa. Regularidade Formal do Processo. Adequação da Modalidade Licitatória Adotada. Instrução do Processo. Análise das Minutas. Ressalvas e/ou Recomendações.

### RELATÓRIO

Trata-se de processo que tem por objeto o Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para ser entregue na semana santa.

Os presentes autos foram distribuídos ao advogado(a) signatário(a) para análise e emissão de parecer, nos termos do artigo 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, encontrando-se instruídos.

### DO PARECER JURÍDICO

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade a Administração no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados, com o exame prévio e conclusivo dos textos das minutas dos editais e seus anexos.

A função é justamente apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar providências, para salvaguardar a autoridade administrativa, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada.

Importante salientar, que o exame dos autos processuais restringe-se aos seus aspectos jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica. Em relação a estes, partiremos da premissa de que a autoridade solicitante municiou-se dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos<sup>1</sup>.

De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas

<sup>1</sup> Conforme Enunciado nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU, "o Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade."

características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.

Ultrapassadas as linhas iniciais, com efeito, no que pertine especificamente à licitação, bem como contratos/convênios e outros ajustes, o processo administrativo deverá observar as normas que lhes são pertinentes, iniciando-se com a devida autuação, com a correspondente protocolização e numeração, juntando-se, em sequência cronológica, os documentos pertinentes, cujas folhas devem ser numeradas e rubricadas, sendo que cada volume deverá conter os respectivos termos de abertura e encerramento, contendo, na medida do possível, no máximo, 200 folhas.

Os autos do processo submetidos à análise encontram-se regularmente formalizados, em conformidade com o ordenamento jurídico aplicável.

Seguindo a análise, pretende-se a aquisição de gêneros alimentícios, o(s) qual(is) foi(ram) classificado/(s) pelo órgão adquirente como "bens comum"<sup>2</sup>, nos termos do art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 10.520, de 2002<sup>3</sup>, julgando-se adequada a opção do órgão pela contratação mediante pregão.

Na hipótese, a Administração optou pela utilização do pregão presencial, o que foi devidamente justificado, nos termos do §1º do art. 4º, do Decreto nº 5.450, de 2005<sup>4</sup>.

Considere-se também, no que concerne especificamente ao Sistema de Registro de Preços-SRP, que, a par da modalidade concorrência prevista no art. 15, §3º, inc. I, da Lei nº 8.666 de 1993, o art. 11 da Lei nº 10.520, de 2002<sup>5</sup> admitiu a utilização do Pregão para a efetivação do registro de preços para eventual contratação de bens e serviços comuns.

A seguir, passa-se à verificação do atendimento dos requisitos previstos no Decreto nº 3.555, de 2000 e Decreto Municipal de Registro de Preços, conjugados com as regras da Lei nº 10.520, de 2002 e Lei nº 8.666, de 1993, necessários à instrução da fase preparatória do pregão, sendo certo que cabe ao Administrador observar as demais exigências concernentes à fase externa do procedimento em momento oportuno,

<sup>2</sup> Na concepção de Marçal Justen Filho, "bem ou serviço comum é aquele que se apresenta sob identidade e características padronizadas e que se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio" (Pregão - Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico. Editora Dialética, São Paulo, 2005, pág. 30)

<sup>3</sup> Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei. Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

<sup>4</sup> Nas licitações para aquisição de bens e serviços comuns será obrigatória a modalidade pregão, sendo preferencial a utilização da sua forma eletrônica. § 1º O pregão deve ser utilizado na forma eletrônica, salvo nos casos de comprovada inviabilidade, a ser justificada pela autoridade competente.

<sup>5</sup> Art. 11. As compras e contratações de bens e serviços comuns, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quando efetuadas pelo sistema de registro de preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, poderão adotar a modalidade de pregão, conforme regulamento específico.

posterior a presente manifestação jurídica.

Assim, serão tecidas considerações acerca das determinações constantes do ordenamento jurídico, em face do caso vertente.

Outrossim, é cediço que muitas vezes, o preço do serviço pode variar em função da quantidade contratada, como ocorre na economia de escala. Desta forma, fica evidenciada a essencialidade de se fixar adequada quantidade para propiciar a apresentação de propostas/lances coerentes, visando ao êxito do certame com resultados verossímeis.

De fato, é nesse sentido que a doutrina e o TCU aconselham, ao recomendar a fixação no edital do SRP não apenas da quantidade máxima dos itens licitados, mas também estabelecer lotes mínimos – é dizer, quantitativo mínimo a ser fornecido a cada pedido -, para a obtenção de preços por atacado e, em decorrência, mais favoráveis à Administração.

Necessário, pois, que a justificativa contenha esclarecimentos acerca da metodologia utilizada para a previsão idônea dos quantitativos estimados do certame – tanto o quantitativo máximo da ata, quanto o lote mínimo de cada pedido.

No caso concreto, a justificativa da contratação foi juntada aos autos e parece atender as diretrizes acima lançadas.

A autorização para abertura da licitação devidamente assinada pela autoridade competente decorre da exigência do art. 21, inc. V do Decreto nº 3.555, de 2000 e, no presente caso, tal exigência foi cumprida.

O Termo de Referência<sup>6</sup> é o documento que deverá conter as informações e os elementos técnicos necessários para assegurar a viabilidade da contratação, sobretudo em relação à avaliação do custo, considerando os preços praticados no mercado, a definição dos métodos, a estratégia e suprimento, e o prazo da execução do contrato. Tal documento deverá ser aprovado motivadamente pela autoridade competente<sup>7</sup>, este que foi devidamente aprovado.

A pesquisa ampla e idônea com base no valor de mercado é essencial para propiciar a adequada estimativa de custos da contratação de forma transparente e proba, e ao mesmo tempo, possibilitar a aferição do valor referencial do item (itens) que servirá(ão) como parâmetro na análise da exequibilidade ou aceitabilidade das propostas ou lances das empresas licitantes na ocasião do certame, podendo nortear o valor máximo aceitável<sup>8</sup>.

<sup>6</sup> De acordo com a definição do §2º do art. 9º do Decreto nº 5.450/05 e inc. II do art. 8º do Decreto nº 3.555/00.

<sup>7</sup> Conforme art. 9º, inc. II do Decreto nº 5.450, de 2005 e art. 8º, inc. IV do Decreto nº 3.555, de 2000.

<sup>8</sup> Art. 43 da Lei nº 8.666/93: A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos: (...)

Desta forma, o órgão deverá proceder à consulta dos preços praticados no mercado, sendo recomendável a obtenção de ao menos três orçamentos<sup>9</sup>, devendo a pesquisa ser juntada nos autos do processo de licitação<sup>10</sup>. É importante que se atente para que tal consulta se dê nos moldes do Termo de Referência, considerando exatamente as especificações do serviço ou bem, a fim de preservar a fidelidade dos preços pesquisados em relação à contratação almejada.

Por fim, é aconselhável que a Unidade licitante verifique se não existe Ata de Registro de Preços cadastrada nos sistemas eletrônicos, e ainda em vigor, em condições de atender às suas necessidades, para fins de composição da pesquisa de preços, ainda com intuito de refletir os preços praticados atualmente no âmbito da Administração.

Com intuito de verificar o custo da contratação e obtenção de valor de referência para o certame, o órgão realizou pesquisa de preços junto a empresas do ramo, conforme orçamentos juntados.

Outrossim, em se tratando de Sistema de Registro de Preços, a indicação da dotação orçamentária poderá ficar postergada para o momento da assinatura do ajuste ou instrumento equivalente, devendo o responsável zelar pelo seu atendimento.

O art. 21, VI, do Decreto nº 3.555, 2000 exigem a comprovação da legitimidade do pregoeiro e dos membros da equipe de apoio, exigência que foi cumprida nos autos.

Os incisos VIII e IX, do mesmo Decreto exige que o processo licitatório seja instruído com as minutas do edital, termo de contrato ou instrumento equivalente, e, se for o caso, minuta da ata de registro de preços, minutas estas anexadas e devidamente compactuadas com a legislação em regência (art. 9º do Decreto nº 3.555, de 2000, art. 40 da Lei nº 8.666/93 e orientação do TCU - Acórdão nº 4411/2010<sup>11</sup> - 2ª Câmara).

Assim, conclui-se, quanto à instrução processual, que os requisitos impostos pela legislação aplicada foram devidamente cumpridos no presente feito, devendo seguir as recomendações necessárias.

*IV - verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis;*

<sup>9</sup> Acórdãos nº 980/2005, nº 3.219/2010, ambos do Plenário, e nº 7.821/2010-1ª Câmara do TCU  
<sup>10</sup> Nesse sentido, dispõem os Acórdãos nº 663/2009 e nº 3.219/2010 do Plenário do TCU.

<sup>11</sup> "17.3 Nesse contexto, ainda que a essência do registro seja permitir aquisições prontamente, à medida que for surgindo a necessidade dos produtos/serviços para a Administração, o TCU possui jurisprudência no sentido de que a licitação deve estabelecer valores mínimos e máximos para os itens licitados, a exemplo dos Acórdãos 991/2009 e nº 1100/2007, ambos do Plenário. Do Voto que embasou este último pode-se transcrever os seguintes trechos colhidos da doutrina (Marçal Justen Filho, in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11ª ed.):

"[...] Dito de outro modo, a Administração deve aproveitar o sistema de registro de preços para obter preços por atacado, evitando os preços de retalho. Para tanto, tem de estabelecer lotes mínimos que permitam aos potenciais interessados formular a proposta mais vantajosa.

Por outro lado, a fixação de quantitativos máximos é imposição essencial, derivada das normas orçamentárias, do princípio da isonomia e da economicidade."

(grifou-se)



PROCURADORIA  
MUNICIPAL

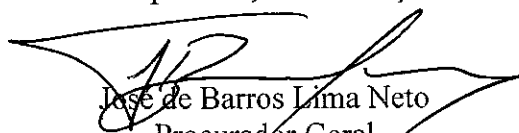


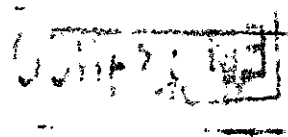
### CONCLUSÃO

Em face do exposto, opinamos, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, pela inexistência de óbices legais ao prosseguimento do presente processo, ressaltando o acatamento das recomendações emitidas ao longo do parecer, ou após seu afastamento, de forma motivada.

Devolvo os autos a Comissão de Licitações e/ou pregoeiro para prosseguimento do feito.

Santana do Ipanema, 23 de março de 2017

  
José de Barros Lima Neto  
Procurador Geral  
OAB/AL n.º 7274



MUL. DE SANTA MARIA DO IPANEMA  
85  
AL - PREF.



# **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017-SRP**

OBJETO:

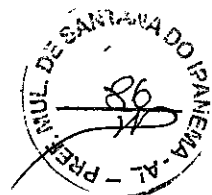
**Registro de preços de peixe  
e componentes para  
semana santa**

SESSÃO PÚBLICA:

**05/04/2017  
15:00 hs**

  
Pregoeiro

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017-SRP  
PROCESSO Nº 3430.03.20.010/2017**

Razão Social: \_\_\_\_\_

Nome Fantasia: \_\_\_\_\_ CNPJ Nº: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Fone(s)/Fax: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

Contato: \_\_\_\_\_ Celular(es) contato: \_\_\_\_\_

Recebemos, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada, bem como seus respectivos anexos.

Local e data: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura

**Obs: Preenchimento com "letra de forma"**

Senhor Licitante,

Caso este Edital tenha sido adquirido por meio eletrônico, solicito a V. Sª preencher o recibo de entrega acima e remetê-lo à **Comissão Permanente de Licitação do Município de Santana do Ipanema/AL**, através do e-mail: **santanadoipanemacplal@outlook.com**.

A não remessa de recibo exime a Comissão da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

**Carlos Thomaz Accioly Fernandes**  
Pregoeiro

Pregoeiro

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**PROCESSO Nº 3430.03.20.010/2017**

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2017**

O **MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA/AL**, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS**, na forma **PRESENCIAL**, do tipo menor preço, conforme descrição contida neste Edital e seus Anexos. O procedimento licitatório obedecerá à Lei nº 10.520, de 2002, ao Decreto Municipal nº **28/2017**, à Lei Complementar nº 123, de 2006, à Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, e subsidiariamente à Lei nº 8.666, de 1993, bem como à legislação correlata, e demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos.

Data da abertura da sessão pública: **05 de Abril de 2017**

Horário: **15:00 (quinze horas e zero minutos - horário local)**

Endereço: **Sede da Prefeitura localizada na rua Coronel Lucena Maranhão, nº 141, Bairro Centro, Cidade Santana do Ipanema/AL, CEP 57.500-000.**

**1. DO OBJETO**

**1.1.** O objeto desta licitação é o registro de preços para aquisição de **peixe e componentes para a semana santa**, com **exclusivamente, dos interessados qualificados como microempresa ou empresa de pequeno porte, inclusive cooperativas assim qualificadas, aptos a se beneficiarem do tratamento diferenciado e favorecido estabelecido pela Lei Complementar nº 123/2006**, visando atender às necessidades do **Município de Santana do Ipanema**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos.

**1.2.** A licitação será subdividida em lotes, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse; deverá, porém, oferecer proposta para todos os itens que compõem cada lote em que pretende competir.

**1.3.** O critério de julgamento adotado será o menor preço TOTAL por lote, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

**1.4.** Justifica-se o agrupamento dos itens a serem contratados, pois cada lote é composto por itens que possuem mesma natureza e guardam relação direta entre si, não ocasionando assim

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



restrições na concorrência, na medida em que as empresas pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, potenciais contratadas, possuem plena capacidade para realizar o fornecimento total dos itens reunidos nos lotes. Dessa forma, busca-se a redução nos valores individuais dos produtos para a obtenção de menor preço global por lote, além de evitar que a adjudicação do objeto da licitação a um número grande de fornecedores afete a eficiência das atividades administrativas desenvolvidas, bem como a continuidade dos serviços prestados pela administração, por vezes comprometidas pelos eventuais descompassos na entrega dos produtos que resultam ainda em prejuízo aos usuários da rede pública de serviços.

**1.5. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:**

**1.5.1. ANEXO I - Termo de Referência**

**1.5.2. ANEXO II - Minuta de Ata de Registro de Preços**

**1.5.3. ANEXO III - Minuta de Contrato**

**1.5.4. ANEXO IV - Modelo de declaração relativa à proibição do trabalho do menor (Lei nº 9.854/99)**

**1.5.5. ANEXO V - Modelo de declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (inciso VII do artigo 4º da Lei nº 10.520, de 2002)**

**1.5.6. ANEXO VI - Modelo de declaração de microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007**

**1.5.7. ANEXO VII - Modelo de ficha de credenciamento**

**2. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

**2.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos.**

**2.2. São participantes os seguintes órgãos:**

**2.2.1. Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência Social e Defesa Civil.**

**2.3. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto Municipal nº 28/2017, e na Lei nº 8.666, de 1993.**

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**2.3.1.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

**2.3.2.** As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

**2.3.3.** O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

**2.3.4.** Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

**3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**3.1.** Poderão participar deste Pregão **exclusivamente os interessados qualificados como microempresa ou empresa de pequeno porte, inclusive cooperativas assim qualificadas, aptos a se beneficiarem do tratamento diferenciado e favorecido estabelecido pela Lei Complementar nº 123/2006** pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.

**3.2.** Não será admitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas:

**3.2.1.** Com falência, recuperação judicial, concordata ou insolvência, judicialmente decretadas, ou em processo de recuperação extrajudicial;

**3.2.2.** Em dissolução ou em liquidação;

**3.2.3.** Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com a Administração, nos termos do artigo 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993;

**3.2.4.** Que estejam impedidas de licitar e de contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

**3.2.5.** Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605, de 1998;

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**3.2.6.** Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

**3.2.7.** Que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

**3.2.8.** Estrangeiras que não funcionem no País;

**3.2.9.** Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

**3.3.** O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

**4. DO CREDENCIAMENTO**

**4.1.** O licitante, ou o seu representante, deverá, no local, data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, apresentar-se ao Pregoeiro para efetuar seu credenciamento como participante deste Pregão, munido da sua carteira de identidade, ou de outro documento equivalente, e do documento que lhe dê poderes para manifestar-se durante a sessão pública em nome do licitante, juntamente com a ficha de credenciamento devidamente preenchida e em papel timbrado do licitante (conforme modelo anexo).

**4.1.1.** O licitante ou o seu representante que não se credenciar ou não comprovar seus poderes estará impedido de apresentar lances, formular intenção de recurso ou manifestar-se, de qualquer forma, durante a sessão.

**4.2.** Considera-se como representante do licitante qualquer pessoa habilitada, nos termos do estatuto ou contrato social, do instrumento público de procuração, ou particular com firma reconhecida, ou documento equivalente.

**4.2.1.** O estatuto, o contrato social ou o registro como empresário individual devem ostentar a competência do representante do licitante para representá-lo perante terceiros.

**4.2.2.** O instrumento de procuração público, ou particular com firma reconhecida, deve ostentar os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, devendo vir acompanhado dos documentos de constituição da empresa ou do registro como empresário individual.

**4.3.** Cada credenciado poderá representar apenas um licitante.

**4.4.** Os documentos poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente ou para ser autenticada pelo Pregoeiro ou Membro da Equipe de Apoio no início

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



da sessão, mediante a apresentação do respectivo original, ou ainda por meio de publicação em órgão da imprensa oficial.

**5. DA ABERTURA DA SESSÃO**

**5.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital, quando o licitante, ou o seu representante, após a fase de credenciamento, deverá apresentar ao Pregoeiro os seguintes documentos:

**5.1.1.** Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (conforme modelo anexo);

**5.1.2.** Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte, ou de cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, quando for o caso (conforme modelo anexo), sob pena de não usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006;

**5.1.2.1.** O licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrar em qualquer das vedações do artigo 3º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá usufruir do tratamento diferenciado previsto em tal diploma e, portanto, não deverá apresentar a respectiva declaração.

**5.1.3.** Em se tratando de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), deverá ser apresentada também a certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de ME ou EPP, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação, sob pena de não usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006;

**5.1.3.1.** As declarações de que tratam os itens 5.1.1 e 5.1.2 poderão ser produzidas de próprio punho, na sessão do certame, ou reduzida a termo em ata, desde que o representante credenciado possua outorga de poderes para tanto.

**5.1.4.** Envelopes da proposta de preços e da documentação de habilitação, separados, fechados e rubricados no fecho, opacos, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 1 - PROPOSTA DE PREÇOS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA  
PREGÃO PRESENCIAL - Nº 04/2017 - SRP  
**(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE)**  
**CNPJ Nº XXXX**

ENVELOPE Nº 2 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA



**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017 - SRP  
(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE)  
CNPJ Nº XXXX**

**5.2.** Será admitido o encaminhamento dos envelopes por via postal ou outro meio similar de entrega, mediante recibo ou aviso de recebimento, desde que entregues até 1 (uma) hora antes da abertura da sessão pública.

**5.2.1.** Nessa hipótese, os dois envelopes deverão ser acondicionados em invólucro único, endereçado diretamente à Comissão, com a seguinte identificação:

**À COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017 - SRP  
SESSÃO EM 05/04/2017, ÀS 15:00 HORAS**

**5.2.2.** Os envelopes que não forem entregues nas condições acima estipuladas não gerarão efeitos como proposta.

**5.3.** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

**6. DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**6.1.** A proposta de preços, emitida por computador ou datilografada, redigida em língua portuguesa, com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricadas todas as suas folhas pelo licitante ou seu representante, deverá conter:

**6.1.1.** As características do objeto de forma clara e precisa, indicando marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e demais dados pertinentes, observadas as especificações constantes do Termo de Referência.

**6.1.2.** Preços unitários e total do lote, bem como valor GLOBAL da proposta em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência;

**6.1.2.1.** No preço cotado deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto.

**6.1.3.** Prazo de entrega, conforme parâmetro máximo do Termo de Referência.

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**6.1.4.** Prazo de garantia do produto, conforme parâmetro mínimo do Termo de Referência.

**6.1.5.** Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

**6.2.** A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

**7. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**7.1.** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

**7.2.** A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata.

**7.3.** O Pregoeiro classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, para participação na fase de lances.

**7.3.1.** Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

**8. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES**

**8.1.** Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o Pregoeiro dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

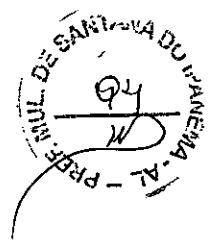
**8.1.1.** O lance deverá ser ofertado pelo valor TOTAL do lote.

**8.2.** O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

**8.3.** A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances e a manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

**8.4.** Encerrada a etapa de lances, na hipótese de participação de licitante microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488,

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



de 2007 (COOP), será observado o disposto nos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**8.4.1.** O Pregoeiro identificará os preços ofertados pelas ME/EPP e COOP participantes que sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço, desde que a primeira colocada não seja uma ME/EPP/COOP.

**8.4.2.** As propostas ou lances que se enquadrarem nessa condição serão consideradas empatadas com a primeira colocada e o licitante ME/EPP/COOP melhor classificado terá o direito de apresentar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos.

**8.4.3.** Caso a ME/EPP/COOP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes ME/EPP/COOP participantes que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, segundo o estabelecido no subitem anterior.

**8.4.4.** Caso sejam identificadas propostas de licitantes ME/EPP/COOP empatadas, no referido intervalo de 5% (cinco por cento), será realizado sorteio para definir qual das licitantes primeiro poderá apresentar nova oferta, conforme subitem acima.

**8.4.5.** Havendo êxito neste procedimento, a ME/EPP/COOP assumirá a condição de melhor classificada no certame, para fins de aceitação. Não havendo êxito, ou tendo sido a melhor oferta inicial apresentada por ME/EPP/COOP, ou ainda não existindo ME/EPP/COOP participante, prevalecerá a classificação inicial.

**8.4.6.** Somente após o procedimento de desempate fictício, quando houver, e a classificação final dos licitantes, será cabível a negociação de preço junto ao fornecedor classificado em primeiro lugar.

**8.5.** Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

**8.5.1.** Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público, para o qual os licitantes serão convocados.

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



8.6. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

8.7. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

**9. DA ACEITAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

9.1. O Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação e sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

9.2. O licitante deverá apresentar a planilha de preços, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

9.3. O Pregoeiro poderá solicitar ao licitante que apresente imediatamente documento contendo as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.4. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos no subitem anterior, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de **24** (vinte e quatro) horas contados da solicitação.

9.4.1. No caso de não haver entrega da amostra, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

9.4.2. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise.

9.5. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.6. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável, ou for desclassificada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

9.6.1. Nessa situação, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**9.7.** No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua substância, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

**9.8.** Aceita a proposta classificada em primeiro lugar, o licitante deverá comprovar sua condição de habilitação, na forma determinada neste Edital.

**10. DA HABILITAÇÃO**

**10.1.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá verificar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

**10.1.1.** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**10.2.** Não ocorrendo inabilitação, a documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar será verificada.

**10.2.1.** Os documentos poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente ou para ser autenticada pelo Pregoeiro ou Membro da Equipe de Apoio na própria sessão, conforme forem sendo abertos os envelopes de habilitação, mediante a apresentação do respectivo original, ou ainda por meio de publicação em órgão da imprensa oficial.

**10.3.** Para a habilitação, o licitante deverá apresentar os documentos a seguir relacionados:

**10.3.1. Relativos à Habilitação Jurídica:**

**a. No caso de empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de todas as eventuais alterações;

**a.1.** Os documentos acima deverão estar acompanhados do documento de identificação do titular da empresa;

**b. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhados de todas as eventuais alterações ou da consolidação respectiva;

  
Pregoeiro

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**b.1.** Os documentos acima deverão estar acompanhados do(s) documento(s) de identificação de seu(s) administrador(es);

**c. No caso de sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação do(s) seu(s) administrador(es);

**d. No caso de cooperativa:** ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

**e. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País:** decreto de autorização;

**f.** Autorização para funcionamento expedida pela Vigilância Sanitária Municipal e/ou Estadual, relativa a sede do seu estabelecimento

**10.3.1.1.** Quando os documentos acima, cabíveis conforme a natureza do licitante, já tenham sido todos devidamente apresentados e juntados no credenciamento, não se fará necessária nova apresentação;

**10.3.2. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

**a.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

**b.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**c.** Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante certidão conjunta negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive a regularidade das contribuições previdenciárias e de terceiros;

**d.** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante;

**e.** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;

**f.** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS;

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**g.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou certidão positiva com efeitos de negativa.

**10.3.2.1.** Sob pena de inabilitação, as certidões relativas à regularidade fiscal deverão ter sido expedidas a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação, quando estas não tiver prazo de validade estabelecido pelo órgão competente expedidor;

**10.3.2.2.** Caso o licitante seja microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de ser inabilitado.

**10.3.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:**

**a.** Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso; expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação;

**b.** Comprovação de que possui capital social mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total ofertado, através de certidão expedida pela Junta Comercial da respectiva sede.

**10.3.4. Relativos à Qualificação Técnica:**

**a.** Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

**10.3.5. Documentos Complementares:**

**a.** Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme Lei nº 9.854, de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 2002, conforme modelo anexo a este Edital.

**10.4.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**10.4.1.** No caso de inabilitação, o Pregoeiro retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**10.5.** Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**10.6.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**10.7.** No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

**10.8.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

**10.8.1.** Caso o licitante seja microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal, ser-lhe-á assegurado o prazo de **05 (cinco)** dias úteis, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**10.8.2.** A prorrogação do prazo a que se refere o subitem anterior deverá sempre ser concedida pela Administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho devidamente justificados.

**10.8.3.** A declaração do vencedor de que trata este subitem acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

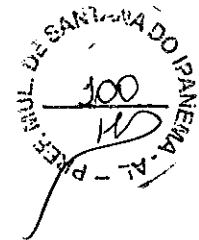
**10.8.4.** A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

**10.9.** Da sessão pública do Pregão será lavrada Ata, que mencionará todos os licitantes presentes, os lances finais oferecidos, bem como as demais ocorrências que interessarem ao julgamento, devendo a Ata ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes.

**11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**



**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**11.1.** A proposta final do licitante declarado vencedor, deverá ser encaminhada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro.

**11.1.1.** A proposta final deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

**11.1.2.** Não serão aceitos, quando da readequação dos preços, que estes se apresentem superiores àqueles inicialmente ofertados em sua proposta escrita, contida no Envelope nº 1.

**11.1.3.** A proposta final deverá conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

**11.2.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e no momento de aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

**11.2.1.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

## **12. DOS RECURSOS**

**12.1.** Declarado o vencedor, e depois de decorrida a fase de regularização fiscal, caso o licitante vencedor seja microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, qualquer licitante poderá, ao final da sessão pública, de forma imediata e motivada, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

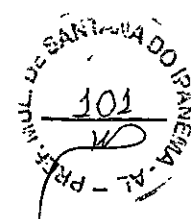
**12.2.** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

**12.3.** Cabe ao Pregoeiro receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando-os à autoridade competente quando mantiver sua decisão.

**12.3.1.** A análise quanto ao recebimento ou não do recurso, pelo Pregoeiro, ficará adstrita à verificação da tempestividade e da existência de motivação da intenção de recorrer.

**12.4.** O acolhimento de recurso, pelo Pregoeiro, ou pela autoridade competente, conforme o caso, importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



12.5. Não serão conhecidos os recursos cujas razões forem apresentadas fora dos prazos legais.

**13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

**14. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

14.1. Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data da convocação, proceder à assinatura da Ata de Registro de Preços, a qual, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento, nas condições estabelecidas.

14.1.1. O prazo previsto poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo licitante convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador.

14.2. No caso de o licitante vencedor, após convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações previstas neste Edital e seus Anexos, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, assinar a Ata.

14.3. O órgão gerenciador encaminhará cópia da Ata aos órgãos participantes, se houver.

**15. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

15.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de até 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

15.1.1. É admitida a prorrogação excepcional da vigência da Ata nos termos do Decreto Municipal nº 28/2017, desde que o prazo total de vigência, computada a prorrogação, não ultrapasse 01 (um) ano.

**16. DA ALTERAÇÃO E DO CANCELAMENTO**

  
Pregoeiro

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**16.1.** A alteração da Ata de Registro de Preços e o cancelamento do registro do fornecedor obedecerão à disciplina do Decreto Municipal nº **28/2017**, conforme previsto na Minuta de Ata anexa ao Edital.

**17. DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES**

**17.1.** A contratação com fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666, de 1993, e obedecidos os requisitos pertinentes do Decreto Municipal nº **28/2017**.

**17.1.1.** As condições de fornecimento constam do Termo de Referência anexo ao Edital e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

**17.2.** O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

**17.2.1.** Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

**17.3.** A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**17.3.1.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

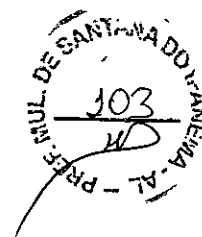
**17.4.** É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

**17.4.1.** É vedada a subcontratação parcial, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

**17.5.** A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**17.6.** Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços, de tudo dando ciência à Administração.

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**18. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO**

**18.1.** Cada contratação firmada com a fornecedora terá vigência de acordo com as disposições definidas na minuta de contrato ou instrumento equivalente, ou, na omissão deste, pelo prazo de até 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura ou retirada do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

**18.1.1.** A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar.

**19. DO PREÇO**

**19.1.** Durante a vigência de cada contratação, os preços são fixos e irrevogáveis.

**20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

**20.1.** As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, no Edital, na Ata de Registro de Preços e na minuta do instrumento de Contrato.

**21. DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**21.1.** Os critérios de recebimento e aceitação do objeto estão previstos no Termo de Referência e na minuta do instrumento de Contrato, quando for o caso.

**22. DO PAGAMENTO**

**22.1.** O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada.

**22.2.** O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.

**22.2.1.** O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

**22.3.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**22.4.** Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

**22.5.** O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

**22.6.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**22.7.** A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

**22.8.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma, parágrafo único, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

### **23. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**23.1.** Os recursos para a aquisição do objeto do presente registro de preços, de acordo com os quantitativos efetivamente contratados, possuem dotação orçamentária própria e serão certificados por ocasião de cada contratação.

### **24. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

  
Pregoeiro

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



105  
105  
PREFEITURA DE SANTANA DO IPANEMA - AL

**24.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

**24.1.1.** Não assinar a Ata de Registro de Preços, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta ou da Ata de Registro de Preços;

**24.1.2.** Apresentar documentação falsa;

**24.1.3.** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

**24.1.4.** Não manter a sua proposta dentro de prazo de validade;

**24.1.5.** Comportar-se de modo inidôneo;

**24.1.6.** Cometer fraude fiscal;

**24.1.7.** Fizer declaração falsa;

**24.1.8.** Ensejar o retardamento da execução do certame.

**24.2.** A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**a.** Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

**b.** Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos;

**24.2.1.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**24.3.** As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

**24.4.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

**24.5.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**24.6.** As multas serão recolhidas em favor da Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa e cobradas judicialmente.

**24.7.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**25.1.** Até dois dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer licitante poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

**25.1.1.** Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, observando-se as exigências quanto à divulgação das modificações no Edital.

**25.2.** Não serão admitidos recursos e impugnações enviados através de e-mail, devendo os mesmos serem apresentados por escrito, instruídos com os documentos necessários ao seu conhecimento devidamente anexados, e protocolados no protocolo geral do órgão.

**25.3.** Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**25.4.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

**25.5.** É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

**25.6.** No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**25.7.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**25.7.1.** A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**25.8.** A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.

**25.9.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**25.10.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**25.11.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**25.12.** A ausência de apresentação de qualquer das declarações constantes deste Edital e seus anexos, poderá ser sanada na própria sessão, na fase correspondente, mediante a emissão da(s) mesma(s) pelo representante da licitante devidamente credenciado, de próprio punho ou reduzida a termo na ata da sessão pública;

**25.13.** As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**25.14.** Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documentos" em substituição aos documentos requeridos no presente Edital, salvo em virtude de força maior ou caso fortuito, aceitável a juízo do Pregoeiro;

**25.15.** Em caso de divergência entre disposição do Edital e das demais peças que compõem o processo, prevalece a previsão do Edital.

**25.16.** O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e/ou obtidos no órgão, situado no endereço constante no preâmbulo, nos dias úteis, no horário das **08:00** horas às **13:00** horas.

**25.16.1.** O Edital também poderá ser disponibilizado por meio eletrônico, através de solicitação enviada ao e-mail **santanadoipanemacplal@outlook.com**, que será atendida em até 24 (vinte e quatro) horas, devendo a referida solicitação conter todos os dados necessários para identificação da licitante interessada.



**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**25.17.** Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no órgão, situado no endereço constante no preâmbulo, nos dias úteis, no horário das **08:00** horas às **13:00** horas.

**25.18.** Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra do edital e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos, nos termos do artigo 5º, III, da Lei nº 10.520, de 2002.

**25.19.** Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, da Lei Complementar nº 123, de 2006, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.

**25.20.** O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de **Município de Santana do Ipanema**, Estado de Alagoas, com exclusão de qualquer outro.

*[Handwritten signature]*

Santana do Ipanema - AL, **23 de março de 2017.**

*[Handwritten signature]*  
Pregoeiro

*[Handwritten signature]*  
**Carlos Thomaz Accloly Fernandes**  
Pregoeiro

COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Registro de preços para aquisição de **peixe e componentes para a Semana Santa, destinados as famílias em situação de vulnerabilidade social**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos abaixo:

LOTE 01 – PEIXE			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO(S) PRODUTO(S)	UNID. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA
1.1	<b>PEIXE FRESCO</b> – peixe fresco de rio ou de cativeiro do tipo corvina, tamanho mínimo de acordo com a legislação vigente (IBAMA) e peso mínimo de 1kg.	UNID	5.000

LOTE 02 – COMPONENTES			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO(S) PRODUTO(S)	UNID. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA
1.2	<b>LEITE DE COCO</b> – natural, obtido do fruto íntegro, pasteurizado e homogeneizado, obedecendo a legislação sanitária vigente, contendo procedência e validade. <b>Embalagem em vidro com 500ml.</b>	UNID	5.000
1.3	<b>ARROZ POLIDO BRANCO</b> – tipo 1, longo constituído de grãos inteiros, isento de sujidades e materiais estranhos, acondicionado em embalagem plástica apropriada, contendo validade e procedência. <b>Embalagem com 01kg.</b>	KG	5.000
1.4	<b>FARINHA DE MANDIOCA:</b> Apresentação industrial, aspecto físico pó, com identificação do fabricante, prazo de validade e peso líquido na embalagem, validade mínima de 06 meses. <b>Embalagem com 1kg.</b>	KG	5.000

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**2. JUSTIFICATIVA**

**2.1.** A presente licitação servirá para a aquisição dos bens acima elencados, necessários à execução das atividades desenvolvidas pelos órgãos que compõem esta Administração. Outrossim, optou-se pela adoção do Sistema de Registro de Preços por se tratar de bens com necessidade de aquisições frequentes, previsão de entregas parceladas e sem possibilidade de definição prévia, com segurança, do quantitativo a ser demandado no período, nos termos do Decreto Municipal nº 28/2017.

**2.2.** Justifica-se o agrupamento dos itens a serem contratados, pois cada lote é composto por itens que possuem mesma natureza e guardam relação direta entre si, não ocasionando assim restrições na concorrência, na medida em que as empresas pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, potenciais contratadas, possuem plena capacidade para realizar o fornecimento total dos itens reunidos nos lotes. Dessa forma, busca-se a redução nos valores individuais dos produtos para a obtenção de menor preço global por lote, além de evitar que a adjudicação do objeto da licitação a um número grande de fornecedores afete a eficiência das atividades administrativas desenvolvidas, bem como a continuidade dos serviços prestados pela administração, por vezes comprometidas pelos eventuais descompassos na entrega dos produtos que resultam ainda em prejuízo aos usuários da rede pública de serviços.

**3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

**3.1.** Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

**4. FORMA DE FORNECIMENTO**

**4.1.** O fornecimento será efetuado em parcela única, com entrega em **48** (quarenta e oito) horas, a partir da solicitação.

**4.2.** Os bens deverão ser entregues de acordo com as exigências do órgão solicitante, ou nos locais indicados pelo mesmo, no horário de funcionamento do órgão solicitante.

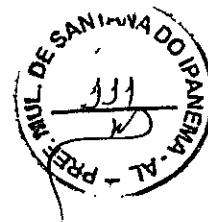
**5. AVALIAÇÃO DO CUSTO**

**5.1.** O custo estimado foi apurado a partir da média aritmética de orçamentos recebidos de empresas pertencentes ao ramo de atividade relacionado com o objeto.

**5.1.1.** A estimativa de custo do objeto constará apenas nos autos do procedimento da licitação, podendo ser informada aos interessados mediante solicitação encaminhada à Comissão Permanente de Licitação, através dos endereços físico e eletrônico constantes no respectivo Edital, nos termos do Acórdão 1153/2013 do Plenário do TCU.

**6. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**6.1.** Os bens serão recebidos:

**a.** Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

**b.** Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua conseqüente aceitação, que se dará até 24 (vinte e quatro) horas do recebimento provisório.

**6.1.1.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida *dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.*

**6.2.** A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

**7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**7.1.** A Contratada obriga-se a:

**7.1.1.** *Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente, no que couber, as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;*

**7.1.1.1.** Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

**7.1.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**7.1.2.1.** O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o produto com avarias ou defeitos;

**7.1.3.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

**7.1.4.** Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

  
Procureiro

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**7.1.5.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**7.1.6.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, ~~nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;~~

**7.1.7.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**7.1.8.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato..

**8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**8.1.** A Contratante obriga-se a:

**8.1.1.** Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

**8.1.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

**8.1.3.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

**8.1.4.** Efetuar o pagamento no prazo previsto.

**9. CONTROLE DA EXECUÇÃO**

**9.1.** A fiscalização da contratação será exercida pelo servidor: **TANILLA PEREIRA DE ALMEIDA, Coordenadora do Programa Bolsa Família**, CPF nº **095.882.064-30**, designado gestor, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

**9.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



9.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**10. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que, no decorrer da contratação:

10.1.1. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

10.1.2. Apresentar documentação falsa;

10.1.3. Comportar-se de modo inidôneo;

10.1.4. Cometer fraude fiscal;

10.1.5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no Contrato.

10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b. Multa:

b.1. Moratória de até 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

b.2. Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o **Município de Santana do Ipanema**, pelo prazo de até dois anos;

c.1. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal.

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



d. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos;

e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a ~~reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade~~, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

10.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

10.3. ~~Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar~~ e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

10.3.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

10.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

10.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Contratante, ou deduzidos da garantia, se houver, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

10.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

10.8. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da licitação estão previstas no Edital.

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**ANEXO II**

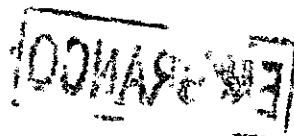
**MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PP04/2017-X**

**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2017**

PROCESSO Nº 3430.03.20.010/17

VALIDADE: 12 (doze) MESES



Aos **XX** dias do mês de **XXXXXX** do ano de **XXXX**, o **MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA/AL** com sede administrativa na Rua Coronel Lucena Maranhão, nº 141, Bairro Centro, Santana do Ipanema, Alagoas, CEP 57.500-000, inscrito no CNPJ sob o nº **12.250.916/0001-89**, neste ato representado por seu Prefeito Sr. **ISNALDO BULHÕES BARROS** CPF Nº 026.236.684-34 e RG Nº 103.403 SSP/AL, no uso de suas atribuições legais;

Nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto Municipal nº **28/2017**, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 1993, e as demais normas legais correlatas;

Em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial para Registro de Preços nº 04/2017-SRP**, conforme resultado homologado em **XX/XX/XXXX**;

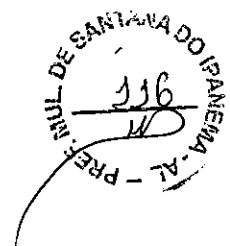
Resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a contratação dos itens constantes na proposta vencedora transcrita em Anexo desta Ata, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa **XXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº **XXXXXXXX**, com sede na **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CEP **XXXX**, no Município de **XXXXXX**, neste ato representada pelo(a) Sr(a). **XXXXXX**, portador(a) da Cédula de Identidade nº **XXXX** e CPF nº **XXXXXX**, cuja proposta foi classificada em 1º lugar no certame.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O objeto desta Ata é o registro de preços para aquisição de **Peixe e Componentes para Semana Santa (LOTE(S) VENCIDO(S) PELA EMPRESA)**, visando atender às necessidades do **Município de Santana do Ipanema/AL**, conforme descrição, quantidades e preços descritos em Anexo(s).



**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR**

2.1. O valor global desta Ata é de R\$ **XXXX (XXXXXXXXXXXX)**, distribuídos da seguinte forma:

Nº LOTE	DESCRIÇÃO DO LOTE	VALOR TOTAL
XXX	NOME DO LOTE VENCIDO PELA EMPRESA	R\$ XXXXXX

**3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

3.1. O órgão gerenciador será a **Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos**.

3.2. São participantes os seguintes órgãos:

**3.2.7. Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência Social e Defesa Civil.**

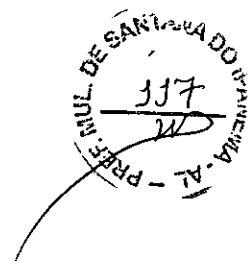
3.3. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto Municipal nº **28/2017**, e na Lei nº 8.666, de 1993.

**3.3.1.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

**3.3.2.** As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

**3.3.3.** O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**3.3.4.** Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

**4. CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**4.1.** A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura.

**4.1.1.** É admitida a prorrogação excepcional da vigência da Ata nos termos do Decreto Municipal nº **28/2017**, desde que o prazo total de vigência, computada a prorrogação, não ultrapasse 01 (um) ano.

**5. CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**5.1.** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

**5.2.** O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

**5.3.** Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

**5.3.1.** Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

**5.3.2.** Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

**5.3.3.** Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

**5.4.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

**5.4.1.** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

**5.4.2.** Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**5.5.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**5.6.** Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

**6. CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO**

**6.1.** O fornecedor terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

**6.1.1.** Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

**6.1.2.** Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**6.1.3.** Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

**6.1.4.** Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

**6.1.5.** Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

**6.2.** O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

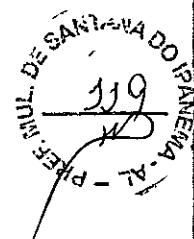
**6.3.** Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES**

**7.1.** A contratação com fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666, de 1993, e obedecidos os requisitos pertinentes do Decreto Municipal nº 28/2017.

**7.1.1.** As condições de fornecimento constam do Termo de Referência anexo ao Edital e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**7.2.** O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

**7.2.1.** Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

**7.3.** A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**7.3.1.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

**7.4.** É vedada a subcontratação ~~total~~ do objeto do contrato.

**7.4.1.** É vedada a subcontratação parcial, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

**7.5.** A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**7.6.** Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, de tudo dando ciência à Administração.

**8. CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO**

**8.1.** Cada contrato firmado com a fornecedora terá vigência de acordo com as disposições definidas na minuta de contrato ou instrumento equivalente, ou, na omissão deste, pelo prazo de até 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura ou retirada do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

**8.1.1.** A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar.

**9. CLÁUSULA NONA - DO PREÇO**

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



9.1. Durante a vigência de cada contratação, os preços são fixos e irredutíveis.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

**10.1. A Contratada obriga-se a:**

10.1.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

10.1.1.1. Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

10.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.2.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;

10.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

10.1.4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

10.1.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.1.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**10.2.** A Contratante obriga-se a:

**10.2.1.** Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

**10.2.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

**10.2.3.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

**10.2.4.** Efetuar o pagamento no prazo previsto.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**11.1.** Os bens serão recebidos:

**a.** Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

**b.** Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua conseqüente aceitação, que se dará no prazo máximo fixado no Termo de Referência.

**11.1.1.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**11.2.** A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

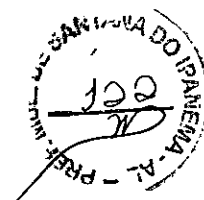
**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO**

**12.1.** O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada.

**12.2.** O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.

**12.2.1.** O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**12.3.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**12.4.** Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

**12.5.** O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

**12.6.** Será considerada data de pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**12.7.** A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

**12.8.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**13.1.** A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

**13.1.1.** O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

**13.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

**13.3.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**14.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

**14.1.1.** Não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta ou da Ata de Registro de Preços;

**14.1.2.** Apresentar documentação falsa;

**14.1.3.** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

**14.1.4.** Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;

**14.1.5.** Comportar-se de modo inidôneo;

**14.1.6.** Cometer fraude fiscal;

**14.1.7.** Fizer declaração falsa;

**14.1.8.** Ensejar o retardamento da execução do certame.



**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**14.2.** A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**a.** Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

**b.** Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos;

**14.2.1.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**14.3.** Comete infração administrativa, ainda, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que, no decorrer da contratação:

**14.3.1.** Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

**14.3.2.** Apresentar documentação falsa;

**14.3.3.** Comportar-se de modo inidôneo;

**14.3.4.** Cometer fraude fiscal;

**14.3.5.** Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no instrumento de contrato.

**14.4.** A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**a.** Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

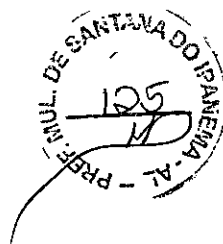
**b.** Multa:

**b.1.** Moratória de até 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

**b.2.** Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

Pregoeiro

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o **Município de Santana do Ipanema/AL**, pelo prazo de até dois anos;

d. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos;

e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

**14.4.1.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**14.5.** Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

**14.5.1.** tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

**14.5.2.** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**14.5.3.** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**14.6.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

**14.7.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**14.8.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Órgão, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

**14.8.1.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**14.9.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO



**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**15.1.** Integram esta Ata, Independentemente de transcrição, o Edital e Anexos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº **04/2017-SRP** e a proposta da empresa.

**15.2.** Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto Municipal nº **28/2017**, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.

**15.3.** O foro para dirimir questões relativas à presente Ata será o da Comarca de **Santana do Ipanema**, Estado de Alagoas, com exclusão de qualquer outro.

Santana do Ipanema/AL, **XX** de **XXXXXX** de **XXXX**.

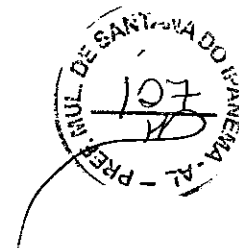
\_\_\_\_\_  
Representante da Empresa

\_\_\_\_\_  
Representante do Órgão

\_\_\_\_\_  
Gestor da ata

  
Pregoeiro

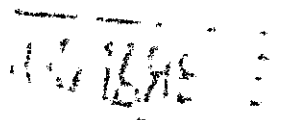
COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO



**ANEXO I DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PP04/2017-X**

Este documento é parte da Ata de Registro de Preços acima referenciada, celebrada entre o **MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA/AL** e a empresa **XXXXXXXXXX**, cujos itens e respectivos preços estão a seguir descritos na proposta de preços anexada, em face da realização do Pregão Presencial nº **04/2017-SRP**.

  
Pregoeiro



COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO



**ANEXO III**

**MINUTA DE CONTRATO**

PROCESSO Nº 3430.03.20.010/17

CONTRATO Nº PP04/2017-X

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE PEIXE E COMPONENTES  
PARA SEMANA SANTA (LOTE(S) A SER(EM)  
CONTRATADO(S)) QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO  
DE SANTANA DO IPANEMA/AL, E A EMPRESA  
XXXXXXXXXX.

O MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA, com sede na rua Coronel Lucena Maranhão, nº 141, Bairro Centro, Cidade Santana do Ipanema/AL, CEP 57.500-000, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 12.250.916/0001-89, neste ato representado por seu Prefeito o Sr. ISNALDO BULHÕES BARROS, CPF Nº 026.236.684-34 e RG Nº 103.403 SSP/AL, no uso de suas atribuições legais, doravante denominado(a) simplesmente CONTRATANTE, e a empresa XXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXX, CEP XXXX, no Município de XXXXXX, denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr(a). XXXXXX, portador(a) da Cédula de Identidade nº XXXX e CPF nº XXXXXX, tendo em vista o que consta no Processo nº 3430.03.20.010/17, e o resultado final do Pregão Presencial nº 04/2017, com fundamento na Lei nº 8.666, de 1993, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O contrato tem como objeto a aquisição de **Peixe e Componentes para Semana Santa (LOTE(S) A SER(EM) CONTRATADO(S))**, visando atender às necessidades do **Município de Santana do Ipanema/AL**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e no Edital e seus Anexos, de acordo com os valores ofertados pela Contratada, constantes em Anexo deste instrumento.

1.1.1. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão Presencial nº 04/2017-SRP, com seus Anexos, e a Proposta da CONTRATADA.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO LOCAL, DA QUANTIDADE E DO PRAZO DE ENTREGA DO MATERIAL**

2.1. O material deverá ser entregue conforme local e quantidades discriminados nos pedidos de

fornecimento.

**2.2.** O prazo de entrega do material será de **48 (quarenta e oito) horas** consecutivos ao recebimento da solicitação.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**3.1. A CONTRATADA obriga-se a:**

**3.1.1.** Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

**3.1.1.1.** Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

**3.1.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**3.1.2.1.** Este dever implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;

**3.1.3.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

**3.1.4.** Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**3.1.5.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**3.1.6.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

**3.1.7.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

3.1.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

**4. CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

4.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

4.1.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

4.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

4.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado;

4.1.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

**5. CLÁUSULA QUINTA - DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

5.1. Os bens serão recebidos:

a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará no prazo fixado no Termo de Referência.

5.1.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

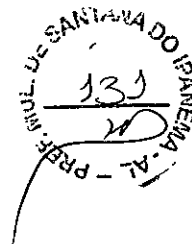
5.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

**6. CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR DO CONTRATO**

6.1. O valor do contrato é de R\$ XXXX (XXXXXXXXXXXX).

6.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

**7. CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA**

7.1. O prazo de vigência do contrato será até 31 de dezembro de **XXXX**, a partir da data da assinatura do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.1.1. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar.

**8. CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA.

8.2. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA.

8.2.1. O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

8.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

8.4. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

8.5. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

8.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.7. A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato.



**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



8.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

**9. CLÁUSULA NONA – DO PREÇO**

9.1. Os preços são fixos e irrevogáveis.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados em orçamento próprio para este exercício, na dotação abaixo discriminada:

**Funcional(is) Programática(s): XXXXXXXXXXXXXXXXX**

**Elemento(s) de Despesa: XXXXXXXXXXXXXXXXX**

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO**

11.1. A fiscalização do presente Contrato será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração.

11.1.1. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

11.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

**11.3.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES**

**12.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

**12.2.** A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

**12.2.1.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, e da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que, no decorrer da contratação:

**13.1.1.** Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

**13.1.2.** Apresentar documentação falsa;

**13.1.3.** Comportar-se de modo inidôneo;

**13.1.4.** Cometer fraude fiscal;

**13.1.5.** Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital e no contrato.

**13.2.** A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**a.** Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**b. Multa:**

**b.1.** Moratória de até 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

**b.2.** Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

**c.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o **Município de Santana do Ipanema/AL**, pelo prazo de até dois anos;

**d.** Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos;

**e.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

**13.2.1.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**13.3.** Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

**13.3.1.** tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

**13.3.2.** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

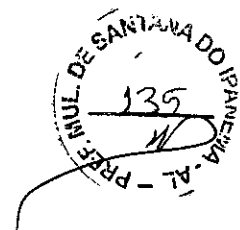
**13.3.3.** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**13.4.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

**13.5.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

  
Priscila

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**13.6.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Órgão, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

**13.6.1.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**13.7.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**14.1.** São motivos para a rescisão do presente Contrato, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993:

**14.1.1.** o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

**14.1.2.** o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

**14.1.3.** a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;

**14.1.4.** o atraso injustificado no início do fornecimento;

**14.1.5.** a paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

**14.1.6.** a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Contrato;

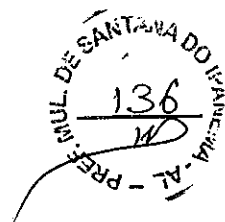
**14.1.7.** o desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

**14.1.8.** o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

**14.1.9.** a decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;

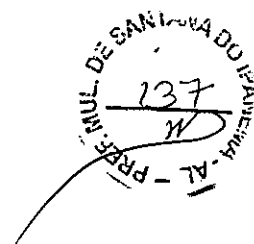
**14.1.10.** a dissolução da sociedade, ou falecimento da CONTRATADA;

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



- 14.1.11.** a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;
- 14.1.12.** razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
- 14.1.13.** a supressão, por parte da Administração, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993
- 14.1.14.** a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;
- 14.1.15.** o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de fornecimentos, ou parcelas destes, já recebidos, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;
- 14.1.16.** a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;
- 14.1.17.** o descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- 14.2.** Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 14.3.** A rescisão deste Contrato poderá ser:
- 14.3.1.** determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nas cláusulas **14.1.1 a 14.1.12, 14.1.16 e 14.1.17;**
- 14.3.2.** amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;
- 14.3.3.** judicial, nos termos da legislação.
- 14.4.** A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



fundamentada da autoridade competente.

**14.5.** Quando a rescisão ocorrer com base nas cláusulas **14.1.12 a 14.1.16**, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

**14.5.1.** pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

**14.6.** A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

**14.7.** O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:

**14.7.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**14.7.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**14.7.3.** Indenizações e multas.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS**

**15.1.** Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 10.520, de 2002, na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, na Lei Complementar nº 123, de 2006, e na Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas correlatas, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO**

**16.1.** Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO**

**17.1.** Fica eleito o foro da Comarca de **Santana do Ipanema**, Estado de Alagoas, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Santana do Ipanema/AL, **XX** de **XXXXXX** de **XXXX**.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Pela CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Pela CONTRATADA

*[Handwritten signatures]*

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Gestor Contratual

*[Signature]*  
Pregoeiro

COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO



**ANEXO DO CONTRATO Nº PP04/2017-X**

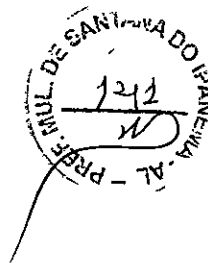
Este documento é parte do Contrato acima referenciado, celebrado entre o **Município de Santana do Ipanema/AL** e a empresa **XXXXXXXXXX**, cujos itens e respectivos preços estão a seguir descritos na proposta de preços anexada, em face da realização do Pregão Presencial nº **04/2017-SRP**.

  
Pregoeiro





COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO



**ANEXO IV**

MODELO DE DECLARAÇÃO – LEI Nº 9.854/99  
(colocar em papel timbrado da licitante)

**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2017-SRP**

PROCESSO Nº **3430.03.20.010/17**

**DECLARAÇÃO**

..... (identificação da licitante) com sede na  
....., (endereço) inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., vem  
através de seu representante legal abaixo assinado, em atenção à Lei n. 9.854, de 27  
de outubro de 1999, declarar expressamente, sob as penas da lei, que cumpre  
integralmente a norma contida na Constituição da República Federativa do Brasil de  
1988, artigo 7º, inciso XXXIII, a saber: "(...) proibição de trabalho noturno, perigoso ou  
insalubre a menores de dezoito anos e qualquer trabalho a menores de dezesseis  
anos, exceto na condição de aprendiz a partir de quatorze anos", para fins de  
habilitação no Pregão Presencial para Registro de Preços nº **04/2017-SRP** do **Município  
de Santana do Ipanema/AL**.

Local e data

\_\_\_\_\_  
(assinatura)

  
Pregoeiro

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**ANEXO V**

MODELO DE DECLARAÇÃO – ART. 4º, INC. VII, DA LEI Nº 10.520/2002  
(colocar em papel timbrado da licitante)

**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2017-SRP**

PROCESSO Nº **3430.03.20.010/17**



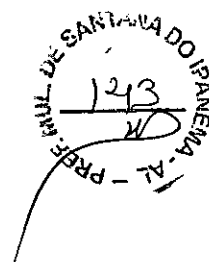
..... (identificação da licitante) com sede na  
....., (endereço) inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., vem  
através de seu representante legal abaixo assinado, declarar expressamente, sob as  
penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, com os  
documentos devidamente atualizados na forma da legislação vigente, que se  
encontram dentro do Envelope de nº 02 – Documentos de Habilitação, em  
conformidade com o inciso VII, Art. 4º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para  
participação no Pregão Presencial para Registro de Preços nº **04/2017-SRP** do  
**Município de Santana do Ipanema/AL.**

Local e data

\_\_\_\_\_  
(assinatura)

Pregoeiro

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**ANEXO VI**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE  
OU COOPERATIVA ENQUADRADA NO ART. 34 DA LEI Nº 11.488, DE 2007**

(colocar em papel timbrado da licitante)

**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2017**

**PROCESSO Nº 3430.03.20.010/17**

**DECLARAÇÃO**

..... (identificação da licitante) com sede na  
....., (endereço) inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., por  
intermédio de seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, expressamente, sob  
as penas da lei, que é considerada:

☐ microempresa ou empresa de pequeno  
porte, nos termos da Lei Complementar nº  
123, de 14 de dezembro de 2006, não se  
incluindo nas hipóteses de exclusão previstas  
no §4º do artigo 3º do mesmo diploma;

OU

☐ cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei  
nº 11.488, de 15 de junho de 2007;

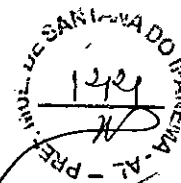
gozando, assim, do regime diferenciado e favorecido instituído pela referida Lei  
Complementar, para fins de participação no Pregão Presencial para Registro de  
Preços nº 04/2017-SRP do Município de Santana do Ipanema/AL.

Local e data

\_\_\_\_\_  
(assinatura)

  
Prügoelre

COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO



**ANEXO VII**

MODELO DE FICHA DE CREDENCIAMENTO  
(colocar em papel timbrado da licitante)

**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2017**

PROCESSO Nº 3430.03.20.010/17

**FICHA DE CREDENCIAMENTO**

**DADOS DO LICITANTE**

RAZÃO SOCIAL: \_\_\_\_\_ CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO COMPLETO: \_\_\_\_\_

FONE(S): \_\_\_\_\_ FAX: \_\_\_\_\_ EMAIL: \_\_\_\_\_

PESSOA P/ CONTATO: \_\_\_\_\_ CARGO/FUNÇÃO: \_\_\_\_\_

**DADOS DO REPRESENTANTE**

NOME COMPLETO: \_\_\_\_\_

CARGO/FUNÇÃO: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

CELULAR(ES): \_\_\_\_\_ EMAIL(S): \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(responsável p/ informações)

COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO



## AVISO DE LICITAÇÃO

### Pregão Presencial nº 004/2017 - SRP


A Comissão Permanente de Licitação do **Município de Santana do Ipanema**, Estado de Alagoas, TORNA PÚBLICO que encontra-se aberto o Pregão Presencial nº **004/2017 - SRP**, Tipo Menor Preço, que tem como objeto o Registro de Preços para aquisição de **Peixe e Componentes para Semana Santa**.

O recebimento e a abertura dos envelopes ocorrerão no dia **05 de abril de 2017**, às **15:00** (quinze) horas, no endereço **sede da Prefeitura** localizada na **rua Coronel Lucena Maranhão, nº 141**, Bairro Centro, Cidade **Santana do Ipanema/AL**, CEP **57.500-000**.

O Edital em inteiro teor poderá ser lido e/ou obtido no endereço acima, em dias úteis, no horário das **08 às 13** horas, ou por meio eletrônico, mediante solicitação enviada ao e-mail **santanadoipanemacpl@outlook.com**.

**CARLOS THOMAZ ACCIOLY FERNANDES**  
Presidente da CPL

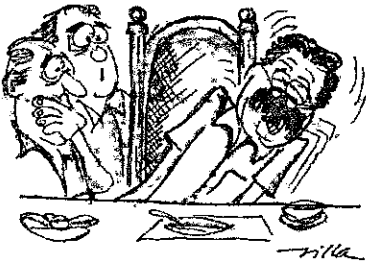
Cópia publicada no Quadro de Avisos  
desta Prefeitura em 24/03/2017,  
nos termos do art. 40, Inciso XVII da Lei  
Orgânica do Município.

  
\_\_\_\_\_  
Servidor responsável

# Ailton Villanova

AILTON VILLANOVA ailton.villanova@gmail.com

COM DIEGO VILLANOVA



## O velho só queria sofar um punzínho

Seu Agripino Pereira, "Seu Pito", sempre foi um homem austero. Quando vivia aposentado, ele costumava reunir a família em volta da mesa todos os dias da semana, na pequena casa que possuía no bairro do Farol, mais precisamente no distrito de Alto da Conceição, que faz conexão com o Bom Parto. Esse ritual variou anos, até quando Seu Pito partiu desta para melhor.

Certo dia, na véspera de completar 90 anos, ele presidia um jantar, aboletado na cabeceira da mesa. De repente, começou a tossir para a direita. Muito silencioso, alguns parentes o seguraram pelos ombros e o colocaram na posição certa. Momento, coisa de tombando para a esquerda! Dona Estelita, sua filha mais velha, cochichou para o filho Arnaldo:

- Segura o papai, que ele vai cair, coitadinho!  
Mas que depressão, e não é garoto e o pai não querê-lo! Sem dizer uma só palavra, o anfitrião olhou para o rapaz com cara de poucos amigos.

- E o jantar da véspera em popa. Mals alguns minutos, lá vai o velho tombando novamente para a direita. Depois disso, todos correram para ampará-lo. Ai, ele empalideceu:

- Mas que peste! Será que não se pode mais perder sossego do nesta casa?

## O caramelo e a "chapa"

Seu Rubens Adrenalino era um velhote que morava no bairro de Pinheira e assistia uma boa dose de cinema, na casa de barbaque. Ninguém sabe, mas não, ele desce o moinho e se metia no fôlego da saudade, chama de sua preferência, que ficava no bairro da Lezíria.

Uma noite, após Agripino ter passado a noite em vela, procurando alguma coisa. Uma modinha incofinada, reclamou: - Tá procurando o quê, seu velho sedado?

E ele:  
- Um caramelo!  
- E o senhor fica aí se arrastando pelo chão, só por causa da merda de um caramelo perdido?  
- É que a minha chapa está grudada nele, dona!

## Buzina e freio

O camarada parou o carro à porta da oficina do Dinho, na Ponta da Terra, desceu do carro e dirigiu-se ao mecânico. - Tô com um probleminha no meu carro...

E o Dinho:  
- Vamos ver isso... Qual é o galho disso?  
- Eu queria que você consentisse a buzina...  
- Tudo bem.  
- ... porque o freio não está muito bom!

## Ficou apenas careca!

Dona Marizinha foi às compras de fim de mês na Rua do Comércio e, toda lápis, entrou numa loja de artigos masculinos, por sentir uma falta de Adão Tereza, aquelas atitudes engraçadas das mulheres. Então, lá estava sua aparadora numa carinha, com a intenção de adquiri-la para dar de presente ao marido Agenor, quando foi abordada por uma moça muito distinta:

- Senhora me permitia fazer-lhe uma observação?  
- Pois não. Fiqua à vontade.  
- Que bela moçada está usando!  
E dona Marizinha:  
- Obrigada. Ela contém uma mecha do cabelo do meu pobre marido...

- Ah, compreendo. E quando foi que ele morreu?  
- Ele não morreu. Ficou careca!

## O ouvinte bem velhinho

O rádio de antigamente era bem mais autêntico. Primava pelos eventos históricos e o respeito pelo ouvinte era ponto fundamental. As grandes datas não passavam em branco. O Dia do Anjo, por exemplo...

Certa ocasião, quando o saudoso Edécio Lopes era diretor de programação da Rádio Gazeta, ele bolou um dia inteiro de homenagens ao velho, na data que lhe é dedicada. Numa das audições, o também saudoso Luz Tójar foi à rua entrevistar Velhinhos. Na Praça das Martinhas, encontrou o primeiro avaliado na faixa etária dos noventa para cima anos.

De microfone em punho, Tojê aproximou-se do meritório: - A que o senhor assistiu à sua inauguração?  
E o velhinho:  
- Bom, meu menino, em primeiro lugar, ao fato de eu ter nascido em 1800...

## Um passageiro muito chato

Artigo locutor de rádio, discotelevisão e, por último, taxista, o amigo Arnaldo Oliveira encontrava-se em uma confortável autovetor, enquanto aguardava passageiro. Encontrava-se, então, estacionado na Praça D. Pedro II quando, de repente, foi despertado com a batida violenta da porta do veículo. Abriu os olhos e viu um cara sentado no banco do passageiro. Ai, redimido!

- Que coisa você me deu, cara! Por acaso você não sabe fechar direito a porta de um carro, principalmente um carro novo como este?

O passageiro não respondeu nada e o Arnaldo encarando com o carro. Logo adiante, perguntou:  
- Pra onde você quer ir?

E o sujeito, muito chato, cheio de ironia:  
- Ora, eu não sei fechar uma porta, como é que eu posso saber pra onde vou? Vai indo lá...

Arnaldo foi indo. Parou na porta do Salgadinho, pegou o sujeito pelo ombro e o jogou dentro do veículo.

# 58% dos reeducandos de AL têm menos de 30 anos

Levantamento da FGV também mostra que de cada 100 mil habitantes, 174 estão presos

BRUNO MARTINS  
REPORTER

Informações compiladas e publicadas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) no DataCrime, um tipo de mapa da Segurança Pública no Brasil, mostram que a população carcerária de Alagoas é composta por jovens abaixo de 30 anos em sua maioria. São 58% dos reeducandos entre a faixa etária de 18 a 29 anos, de acordo com o estudo. O total de presos representa 174,2 a cada 100 mil habitantes. Outra informação importante é que 42% detidos ainda não haviam sido condenados.

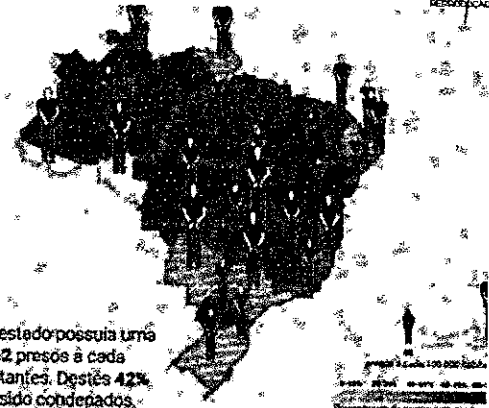
O grau de instrução dos detentos no estado também foi classificado. 21% dos detidos são analfabetos, 12% são alfabetizados sem cursos regulares, 47% possuem ensino fundamental incompleto, 6% têm ensino fundamental completo, 7% com ensino médio incompleto, 5% completaram o ensino médio e 1% não terminaram o ensino superior. Formação superior e acima do superior completo não chegaram a passar de 0%.

Com relação ao tempo de

## ALAGOAS

Em 2014, o estado possuía uma taxa de 174,2 presos a cada 100 mil habitantes. Destes 42% não haviam sido condenados.

Mapa da situação carcerária do país divulgado no DataCrime pela Fundação Getúlio Vargas



condenação a maior porcentagem (28,5%) é dos detentos que cumprem pena de mais de quatro até oito anos; 27,7% cumprem mais de oito até 16 anos; 14,1% mais de 16 a 20 anos; 13,1% mais de dois a quatro anos; 11,8% mais de quatro até 30 anos; 4,4% mais de 30 até 60 anos e 0,9% mais de 60 até 100 anos. As outras condenações não pas-

sem de 0%.

A faixa etária é composta em sua maior parte por jovens. Os dados da FGV mostram que conforme as faixas aumentam, a porcentagem de detidos diminui. 31% dos reeducandos têm de 18 a 24 anos; 27% de 25 a 29 anos; 10% de 30 a 34 anos; 16% de 35 a 45 anos; 6% de 46 a 60 anos e 1% com 61 anos ou

mais.

Os dados divulgados pela FGV são referentes ao período de 2010 a 2014.

Em 2014, a Polícia Militar tinha 7.138 membros em Alagoas, 58,9% do efetivo do Estado. Já a Polícia Civil tinha 2.181 policiais, o que representa 18% do total. As guardas municipais tinham 2.792 e eram 33,1%.

## TABULEIRO

# Homens são detidos com sete celulares

Eles são suspeitos de assalto a ônibus na capital, aparelhos seriam de passageiros

Na manhã de ontem (23), dois homens com idade acima de 40 anos foram detidos em abordagem do Batalhão de Polícia de Trânsito (BPTan) na Avenida Durval de Góes Monteiro, no Tabuleiro do Martins, em frente à sede da Superintendência Municipal de Transportes e Tráfego (SMTT). Os militares detiveram a dupla e recuperaram sete telefones celulares que seriam de roubados de passageiros.

A linha de ônibus em que ocorreu o assalto foi

Ufal/Ipicoa da viação Cidade de Macê, que seguia do Tabuleiro em direção ao bairro da Gruta de Lourdes. O BPTan informou também que foi apreendida com a dupla uma pequena quantidade de maconha, além de sete aparelhos.

Foram detidos Cleo José Marinho dos Santos, de 41 anos, e Alessandro Caetano Saturnino, de 40 anos. Ambos foram encaminhados para a Central de Flagrantes, onde foram autuados. (BM com Assom BPTan)

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MESSIAS**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**2ª CHAMADA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017 - SRP**  
**TIPO MENOR PREÇO POR ITEM**  
**OBJETO:** Registro de Preço para fornecimento parcelado de água mineral, conforme Anexo I do Edital.  
**LOCAL/DATA:** Sala de Reuniões desta Prefeitura, na Rua Euplio Cavalcanti Lima, s/n, Centro, Maceió/AL, às 08 de abril de 2017 às 10:00 horas.  
**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06 e subseqüentes, das disposições da Lei nº 8.666/93 e demais alterações.  
**INFORMAÇÕES:** O Edital encontra-se à disposição dos interessados das 08:00 às 12:00 horas no Setor Administrativo da Prefeitura Municipal de Messias.  
Maceió/AL, 22 de março de 2017.  
Fernando Moura Gomes  
Prefeito

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MESSIAS**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**2ª CHAMADA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017 - SRP**  
**TIPO MENOR PREÇO POR ITEM**  
**OBJETO:** Registro de Preço para fornecimento parcelado de GLP (Gás Liquefeito de Petróleo), conforme Anexo I do Edital.  
**LOCAL/DATA:** Sala de Reuniões desta Prefeitura, na Rua Euplio Cavalcanti Lima, s/n, Centro, Maceió/AL, às 08 de abril de 2017 às 11:00 horas.  
**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06 e subseqüentes, das disposições da Lei nº 8.666/93 e demais alterações.  
**INFORMAÇÕES:** O Edital encontra-se à disposição dos interessados das 08:00 às 12:00 horas no Setor Administrativo da Prefeitura Municipal de Messias.  
Maceió/AL, 22 de março de 2017.  
Fernando Moura Gomes  
Prefeito

**PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO BRANCO**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017 - REPETIÇÃO**  
**ABERTURA:** 08/04/2017 às 09:00h. Local: Praça de Fomento do Registro de Preço, para eventual e futura aplicação de Lances e Serviços. Local de entrega e recebimento do Edital pelo e-mail: Sala de CPL, localizada na Sede da Prefeitura de Olho Branco, cpl.concursos@pco.al.gov.br.  
**PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 02/2017 - REPETIÇÃO**  
**ABERTURA:** 08/04/2017 às 09:00h. Local: Praça de Fomento do Registro de Preço, para eventual e futura aplicação de Lances e Serviços. Local de entrega e recebimento do Edital pelo e-mail: Sala de CPL, localizada na Sede da Prefeitura de Olho Branco, cpl.concursos@pco.al.gov.br.  
**PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 04/2017 - REPETIÇÃO**  
**ABERTURA:** 08/04/2017 às 09:00h. Local: Praça de Fomento do Registro de Preço, para eventual e futura aplicação de Lances e Serviços. Local de entrega e recebimento do Edital pelo e-mail: Sala de CPL, localizada na Sede da Prefeitura de Olho Branco, cpl.concursos@pco.al.gov.br.  
**PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 02/2017**  
**ABERTURA:** 08/04/2017 às 09:00h. Local: Praça de Fomento do Registro de Preço, para eventual e futura aplicação de Lances e Serviços. Local de entrega e recebimento do Edital pelo e-mail: Sala de CPL, localizada na Sede da Prefeitura de Olho Branco, cpl.concursos@pco.al.gov.br.  
Atílio Francisco Gomes - Prefeito

**MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017-SRP**  
**Modalidade:** Preço Presencial nº 004/2017-SRP - Tipo Menor Preço - Objeto: Registro de Preço para aquisição de Páua e Compensador para Sistema Saneamento Básico, de 08 de abril de 2017 às 15:00h (horário local). Local: Sala de Reuniões, localizada no Centro, Rua Manoel de Almeida, nº 141, Bairro Centro, Cidade de Santana do Ipanema/AL, CEP 57.300-000. Edital e habilitação não estarão à disposição das 08:00 às 12:00 horas em dia útil, no local onde estiver o edital, em caráter de exceção.  
CARLOS THOMAS ALVES, FERNANDO  
Prefeito

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO LARGO**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017 (SRP)**  
**TIPO MENOR PREÇO POR ITEM**  
**Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE CESTA BÁSICA, DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIO LARGO/AL.  
**LOCAL/DATA:** na sala de Comissão Permanente de Licitação, situada na Av. Presidente Fernando Afonso Colares de Mello, S/N, Rio Largo/AL, no dia 07 de Abril de 2017, às 09:00 horas. (Edital LOCAL).  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017 (SRP)**  
**TIPO MENOR PREÇO POR ITEM**  
**Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP 13 KG), DESTINADOS A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO LARGO/AL.  
**LOCAL/DATA:** na sala de Comissão Permanente de Licitação, situada na Av. Presidente Fernando Afonso Colares de Mello, S/N, Rio Largo/AL, no dia 07 de Abril de 2017, às 11:00 horas. (Edital LOCAL).

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2017 (SRP)**  
**TIPO MENOR PREÇO POR ITEM**  
**Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE ÁGUA MINERAL, DESTINADOS A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO LARGO/AL.  
**LOCAL/DATA:** na sala de Comissão Permanente de Licitação, situada na Av. Presidente Fernando Afonso Colares de Mello, S/N, Rio Largo/AL, no dia 10 de Abril de 2017, às 09:00 horas. (Edital LOCAL).  
De Edital e acts Anexo encontram-se à disposição das empresas interessadas através do site eletrônico <http://www.municipal.gov.br>, bem como, na sala de CPL, no polo eletrônico [licitacoes@pco.al.gov.br](mailto:licitacoes@pco.al.gov.br), no horário das 08:00 às 14:00, no dia da abertura à sala de CPL.  
Rio Largo/AL, 23 de Março de 2017  
Mário Soares - Presidente CPL

**PREFEITURA MUNICIPAL DE DELMIRO GOMES**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**O Município de Delmiro Gomes, através de sua Pregadora, torna pública as seguintes providências:**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017 - PROCESSO Nº 031648/2017**  
**TIPO MENOR PREÇO POR ITEM RECURSO: PROPOSTA**  
**Objeto:** Contratação de empresa para aquisição de 2.000 kg de pó-de-ós. **DATA/HORA/LOCAL:** 06/04/2017, às 10h, na sede da Prefeitura de Delmiro Gomes/AL.  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017 (SRP) - PROCESSO Nº 032341/2017**  
**TIPO MENOR PREÇO POR ITEM RECURSO: PROPOSTA**  
**Objeto:** Contratação de empresa para eventual ou futura locação de ar-condicionado de gestão pública, instalado para fins de climatização de Licitação, entrega, armazenamento, manutenção, visando o atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal de Delmiro Gomes/AL. **DATA/HORA/LOCAL:** 07/04/2017, às 10h, na sede da Prefeitura de Delmiro Gomes/AL.  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017 (SRP) - PROCESSO Nº 031738/2017**  
**TIPO MENOR PREÇO POR ITEM RECURSO: PROPOSTA**  
**Objeto:** Contratação de empresa para eventual ou futura aplicação de Lances e Serviços e prestação de serviços de manutenção para aquisição e instalação de Assistência Social, entre outros. **DATA/HORA/LOCAL:** 10/04/2017, às 10h, na sede da Prefeitura de Delmiro Gomes/AL.  
Os Editais encontram-se disponíveis através do portal eletrônico [licitacoes@delmiroal.gov.br](http://licitacoes@delmiroal.gov.br), com data de 08 a 14 de abril.  
Delmiro Gomes/AL, 23 de Março de 2017.  
Erika Vanessa Melo de Lima  
Prefeita

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAPI**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**A Prefeitura Municipal de Canapi, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, designa, através do portaria nº 132/2017, torna pública que se encontra à disposição das empresas, na Prefeitura de Canapi, situada na Av. Joaquim Teófilo, 367, Centro, no município de Canapi, no Estado de Pernambuco, a nº 10-2017, referente à aquisição de peças e materiais, para a execução de obras, destinadas ao Município de Canapi, com data de abertura das propostas constantes no prego de preço e documento de habilitação, marcada para o dia 04 de abril de 2017, às 09:00 horas.**  
Walter Santiago Nascimento  
Presidente da CPL

1246  
PREMUL. DE SANTANA DO IPANEMA  
AL - PREMUL. DE SANTANA DO IPANEMA

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06 e subsidiariamente, das disposições da Lei nº 8.666/93 e demais alterações.  
INFORMAÇÕES: O Edital encontra-se à disposição dos interessados das 08:00 às 12:00 horas na Sede Administrativa do município de Messias.  
Messias/AL, 22 de março de 2017.

Fernanda Montenegro Silva  
Pregoeira

O processo de inexigibilidade será instruído com a autuação de todos os documentos necessários, devidamente numerados em ordem crescente, de modo a atender ao disposto no inciso II, do artigo 25, da Lei federal nº 8.666/93, com as alterações posteriores.

Pilar (AL), 18 de Janeiro de 2017.

Renato Rezende Rocha Filho  
Prefeito

### Prefeitura Municipal de Murici

Extrato de Contrato nº 17/2017 - PARCELADO. Pregão Presencial 001/2017 - Contratante: Hospital Dagoberto Uchoa Lopes de Omena; CNPJ 12.383.538/0001-01, Contratado: Auto Posto Nillo Verde Ltda - Epp, CNPJ/MF nº 04.168.430/0001-78. Objeto: Aquisição de combustível (parcelado). Valor do Contrato R\$ 118.965,00 (cento e dezoito mil novecentos e sessenta e cinco reais). Recursos próprios. Fundamentação Lei nº 8.666/93 e Lei 10520/2002. Murici-AL, 03 de Março de 2017. Otávio Barros Lima Júnior - Diretor.

Extrato de Contrato nº 17/2017 - PARCELADO. Pregão Presencial 001/2017 - Contratante: Secretaria Municipal de Saúde; CNPJ 11.120.699/0001-40, Contratado: Auto Posto Nillo Verde Ltda - Epp, CNPJ/MF nº 04.168.430/0001-78. Objeto: Aquisição de combustível (parcelado). Valor do Contrato R\$ 261.676,80 (duzentos e sessenta e um mil seiscentos e setenta e seis reais e oitenta centavos). Recursos do Fundo Municipal Saúde. Fundamentação Lei nº 8.666/93 e Lei 10520/2002. Murici-AL, 03 de Março de 2017. Ewerton Cardoso Matias - Secretário.

### Prefeitura Municipal de Ouro Branco

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO AVISOS DE LICITAÇÃO

##### PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 02/2017 - REPETIÇÃO

Abertura: 06/04/2017 às 08:30hs (horário local). Objeto: Formação de Registro de Preços, para eventual e futura aquisição de Combustíveis, Óleos Lubrificantes, Filtros e Afins. Local de realização e obtenção do Edital pelo e-mail: Sala da CPL, localizado na Sede da Prefeitura de Ouro Branco. cpl.ourobranco@gmail.com.

##### PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 03/2017 - REPETIÇÃO

Abertura: 06/04/2017 às 09:30hs (horário local). Objeto: Formação de Registro de Preços, para eventual e futura aquisição de Urnas e Serviços Funerários. Local de realização e obtenção do Edital pelo e-mail: Sala da CPL, localizado na Sede da Prefeitura de Ouro Branco. cpl.ourobranco@gmail.com.

##### PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 04/2017 - REPETIÇÃO

Abertura: 06/04/2017 às 10:30hs (horário local). Objeto: Formação de Registro de Preços, para eventual e futura contratação de Serviços de Lavagem de Veículos. Local de realização e obtenção do Edital pelo e-mail: Sala da CPL, localizado na Sede da Prefeitura de Ouro Branco. cpl.ourobranco@gmail.com.

##### PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 05/2017

Abertura: 06/04/2017 às 11:30hs (horário local). Objeto: Formação de Registro de Preços, para eventual e futura aquisição de Água Mineral e Gás (Gás Liquefeito de Petróleo). Local de realização e obtenção do Edital pelo e-mail: Sala da CPL, localizado na Sede da Prefeitura de Ouro Branco. cpl.ourobranco@gmail.com.

##### PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 06/2017

Abertura: 06/04/2017 às 14:00hs (horário local). Objeto: Formação de Registro de Preços, para eventual e futura contratação de serviços de fornecimento de alimentação preparada. Local de realização e obtenção do Edital pelo e-mail: Sala da CPL, localizado na Sede da Prefeitura de Ouro Branco. cpl.ourobranco@gmail.com.

Ailton Francisco Gomes - Pregoeiro

### Prefeitura Municipal de Pilar

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR TERMO DE RATIFICAÇÃO

Pelo presente termo, fica aberto o Processo Administrativo nº 0110-0001/2017, referente à Inexigibilidade de Licitação nº 01/2017, destinada a contratação de Empresa para a Prestação de Serviços de Assessoria Técnica especializada no âmbito da execução orçamentária e financeira, incluindo contratos administrativos e convênios deste Poder Executivo e demais órgãos que exigir a atuação de Profissionais Altamente Capacitados para o desempenho satisfatório dessas atribuições.

### Prefeitura Municipal de Rio Largo

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO LARGO

##### AVISOS DE LICITAÇÃO

##### PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017 (SRP)

##### TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE CESTA BÁSICA, DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIO LARGO/AL.

LOCAL/DATA: na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Av. Presidente Fernando Afonso Collor de Mello, S/N, Rio Largo/AL, no dia 07 de Abril de 2017, as 09:00 horas. (Horário LOCAL).

##### PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017 (SRP)

##### TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP 13 KG), DESTINADOS A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO LARGO/AL.

LOCAL/DATA: na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Av. Presidente Fernando Afonso Collor de Mello, S/N, Rio Largo/AL, no dia 07 de Abril de 2017, as 11:00 horas. (Horário LOCAL).

##### PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2017 (SRP)

##### TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE ÁGUA MINERAL, DESTINADOS A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO LARGO/AL.

LOCAL/DATA: na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Av. Presidente Fernando Afonso Collor de Mello, S/N, Rio Largo/AL, no dia 10 de Abril de 2017, as 09:00 horas. (Horário LOCAL).

Os Editais e seus Anexos encontram-se à disposição das empresas interessadas através do site eletrônico <http://www.riolargo.al.gov.br/>, bem como, na sala da CPL, ou pelo e-mail: cpl.riolargo@gmail.com, no horário das 08:00 às 14:00, até o dia que antecede à data do Certame.

Rio Largo/AL, 23 de Março de 2017.

Meiry Soares - Presidente/CPL

### Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema

#### MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA AVISO DE LICITAÇÃO

##### PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017-SRP

Modalidade/Nº: Pregão Presencial nº 004/2017-SRP - Tipo: Menor Preço - Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Peixe e Componentes para Semana Santa - Data/Horário: 05 de ABRIL de 2017 às 15:00 hs (quinze horas) - Local: Sede da Prefeitura localizada na rua Coronel Lucena Maranhão, nº 141, Bairro Centro, Cidade Santana do Ipanema/AL, CEP 57.500-000 - Edital e Informações: No endereço acima, de 08:00 às 13:00 horas em dias úteis, ou mediante solicitação enviada ao e-mail: santanadoipanemacpl@outlook.com

CARLOS THOMAS ACCIOLY FERNANDES

Pregoeiro

### Prefeitura Municipal de São José da Tapera

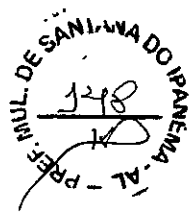
#### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA TAPERA

EXTRATO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2017.

REF.: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2017

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURA PARA EVENTOS;

CONTRATADA: VAS PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ: 04.689.271/0001-57;



madeira no valor global de R\$ 97.000,00 (noventa e sete mil reais), a ser fornecido pela empresa FERMAQUINAS C. M. CONSTRUÇÃO EIRELI - ME - CNPJ: 11.431.103/0001-89, estabelecida nesta cidade, sito na Av. Getúlio Vargas, 646 - Centro, conforme solicitação do Senhor Secretário Municipal de Administração. Publique-se o presente no prazo de 5 (cinco) dias na imprensa oficial.

Cruzeiro do Sul - AC, 23 de fevereiro de 2017  
ILDERLEI CORDEIRO

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCHEL THAUMATURGO

##### AVISOS DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2017 - SRP

Órgão: Prefeitura Municipal de Marçal Thaumaturgo  
Data de Abertura: 05/04/2017  
Horário: 08h00min

Local: Prefeitura Municipal de Marçal Thaumaturgo - Sala de Reuniões de Licitação, sito a Rua Cinco de Novembro, 113 - Centro  
Objeto: Fornecimento de Refeições Prontas.  
(OBS: A pasta informativa contendo o Edital e seus Anexos estará disponível na Prefeitura Municipal de Marçal Thaumaturgo - Sala de Reuniões de Licitação, sito a Rua Cinco de Novembro, 113 - Centro - Fone/Fax (68) 3325-1074).

##### PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2017 - SRP

Órgão: Prefeitura Municipal de Marçal Thaumaturgo  
Data de Abertura: 05/04/2017  
Horário: 08h00min

Local: Prefeitura Municipal de Marçal Thaumaturgo - Sala de Reuniões de Licitação, sito a Rua Cinco de Novembro, 113 - Centro  
Objeto: Fornecimento de Alimentos Alimentícios.  
(OBS: A pasta informativa contendo o Edital e seus Anexos estará disponível na Prefeitura Municipal de Marçal Thaumaturgo - Sala de Reuniões de Licitação, sito a Rua Cinco de Novembro, 113 - Centro - Fone/Fax (68) 3325-1074).

##### PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2017 - SRP

Órgão: Prefeitura Municipal de Marçal Thaumaturgo  
Data de Abertura: 06/04/2017  
Horário: 08h00min

Local: Prefeitura Municipal de Marçal Thaumaturgo - Sala de Reuniões de Licitação, sito a Rua Cinco de Novembro, 113 - Centro  
Objeto: Fornecimento de Material de Limpeza.  
(OBS: A pasta informativa contendo o Edital e seus Anexos estará disponível na Prefeitura Municipal de Marçal Thaumaturgo - Sala de Reuniões de Licitação, sito a Rua Cinco de Novembro, 113 - Centro - Fone/Fax (68) 3325-1074).

##### PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2017-SRP

Órgão: Prefeitura Municipal de Marçal Thaumaturgo  
Data de Abertura: 06/04/2017  
Horário: 16h00min

Local: Prefeitura Municipal de Marçal Thaumaturgo - Sala de Reuniões de Licitação, sito a Rua Cinco de Novembro, 113 - Centro  
Objeto: Fornecimento de Material Esportivo  
(OBS: A pasta informativa contendo o Edital e seus Anexos estará disponível na Prefeitura Municipal de Marçal Thaumaturgo - Sala de Reuniões de Licitação, sito a Rua Cinco de Novembro, 113 - Centro - Fone/Fax (68) 3325-1074).

##### PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2017 - SRP

Órgão: Prefeitura Municipal de Marçal Thaumaturgo  
Data de Abertura: 07/04/2017  
Horário: 08h00min

Local: Prefeitura Municipal de Marçal Thaumaturgo - Sala de Reuniões de Licitação, sito a Rua Cinco de Novembro, 113 - Centro  
Objeto: Fornecimento de Materiais de Construção, hidráulico, elétrico, ferramentas, pinturas e acessórios.  
(OBS: A pasta informativa contendo o Edital e seus Anexos estará disponível na Prefeitura Municipal de Marçal Thaumaturgo - Sala de Reuniões de Licitação, sito a Rua Cinco de Novembro, 113 - Centro - Fone/Fax (68) 3325-1074).

##### PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2017-SRP

Órgão: Prefeitura Municipal de Marçal Thaumaturgo  
Data de Abertura: 07/04/2017  
Horário: 16h00min

Local: Prefeitura Municipal de Marçal Thaumaturgo - Sala de Reuniões de Licitação, sito a Rua Cinco de Novembro, 113 - Centro  
Objeto: Contratação de empresa especializada para serviços de manutenção de aeronaves.  
(OBS: A pasta informativa contendo o Edital e seus Anexos estará disponível na Prefeitura Municipal de Marçal Thaumaturgo - Sala de Reuniões de Licitação, sito a Rua Cinco de Novembro, 113 - Centro - Fone/Fax (68) 3325-1074).

Marçal Thaumaturgo, 23 de março de 2017.  
FELIX DE MELO SARAH NETO  
Prefeito

##### AVISO DE REVOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2017-SRP

A Prefeitura Municipal de Marçal Thaumaturgo-AC através do seu Prefeito, torna pública a Revogação da presente licitação, com fulcro no art. 49, da Lei 8.666/93, cujo objeto é o Fornecimento de Material (Construção, hidráulico, elétrico, ferramentas, pinturas e acessórios).

Marçal Thaumaturgo, 20 de março de 2017  
ISAAC PIYÁKO  
Prefeito

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUCÁ

##### AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2017

Para que se produza os efeitos legais em sua plenitude e com regularidade nos procedimentos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, em conformidade com a Lei nº 11.947 de 16/06/2009, Resolução/CD/FNDE nº 38 de 16/07/2009, Resolução/CD/FNDE nº 25 de 04/07/2012, Resolução/CD/FNDE nº 26 de 13/08/2013, Resolução nº 44 de 03/04/2015 e Lei nº 8.666/93, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO o procedimento licitatório referente a CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2017, cujo objeto é Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural em suas organizações, inscricionados no Cadastro Nacional de Registro de Produtores Rurais - CATER, durante o exercício de 2017, em favor das Pessoas Jurídicas COOPERATIVA DOS PISCICULTORES PRODUTORES AGRICULTORES FAMILIARES EXTRATIVISTAS E REDIMENSIONAIS DE TARAUCÁ - COOPETAR, inscrita no CNPJ: 13.608.601/0001-23 vencedora com valor total de R\$ 960.830,00.

Taraucá-Acre, 20 de março de 2017.  
MARILETE VITORINO DE SIQUEIRA  
Prefeita

#### ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA

##### AVISOS DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2017

Objeto: Menor Preço - Objeto: Contratação de serviços continuados de locação de software e implantação de gestão Patrimonial, Administração, Orientamento de Cadastro para Frotas Municipais e Gerenciamento de Oficina Municipal, com exclusividade para ME/EPP - Data/Horário: 05 de abril de 2017 às 08:30hs (quinta-feira e quinta minutos) - Local: Rua João Prudente, Centro (antigo USP Major José Tenório) - Edital e Informações: No endereço acima, das 08 às 13 horas em dias úteis, ou mediante solicitação enviada ao e-mail: cpibocadamatia.al@hotmail.com.

##### PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2017 - SRP

Modalidade/Nº: Pregão Presencial nº 10/2017-SRP - Tipo: Menor Preço - Objeto: Registro de preços para aquisição de peixes e gêneros alimentícios para distribuição aos Beneficiários do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, com exclusividade para ME e EPP - Data/Horário: 05 de abril de 2017 às 11:00 hs (quinta-feira) - Local: Rua João Prudente, Centro (antigo USP Major José Tenório) - Edital e Informações: No endereço acima, das 08 às 13 horas em dias úteis, ou mediante solicitação enviada ao e-mail: cpibocadamatia.al@hotmail.com.

BERGSON ARAUJO LEITE  
Prefeito

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE JACARÉ DOS HOMENS

##### AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2017

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar. ABERTURA: 13 de abril de 2017, às 9:00h (horário local).

INFORMAÇÕES: Informações disponíveis no gabinete municipal, localizada na Praça José Teófilo da Silva, s/n, Jacaré dos Homens/AL, de segunda a sexta das 8h às 13h, ou através do e-mail: licitacao@pj.al@gmail.com

JOSÉ MARIA PINHEIRO PEIXOTO NETO  
Prefeito

##### AVISOS DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2017

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar. ABERTURA: 05 de abril de 2017, às 10:00h (horário local).

##### PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2017

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar. ABERTURA: 05 de abril de 2017, às 09:00h (horário local).

INFORMAÇÕES: Informações disponíveis no gabinete municipal, localizada na Praça José Teófilo da Silva, s/n, Jacaré dos Homens/AL, de segunda a sexta das 8h às 13h, ou através do e-mail: licitacao@pj.al@gmail.com

JOSÉ MARIA PINHEIRO PEIXOTO NETO  
Prefeito

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR

##### AVISO DE INELEGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2017

Pelo presente termo, fica aberto o Processo Administrativo nº 0110-0001/2017, referente à Inelegibilidade de Licitação nº 01/2017, destinada a contratação da Empresa para a Prestação de Serviços de Assessoria Técnica especializada no âmbito da execução orçamentária e financeira, incluindo contratos administrativos e contratos de Poder Executivo e demais órgãos que exija a atuação de Profissionais Altamente Capacitados para o desempenho satisfatório dessas atribuições.

O processo de inelegibilidade será instruído com a autuação de todos os documentos necessários, devidamente mantidos em ordem crescente, de modo a atender ao disposto no inciso II, do artigo 25, da Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações posteriores.

Pilar (AL), 18 de Janeiro de 2017.  
RENATO REZENDE ROCHA FILHO  
Prefeito

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO LARGO

##### AVISOS DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2017 (SRP)

Tipo: Menor Preço por Item  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE CESTA BÁSICA, DESTINADAS A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIO LARGO/AL.  
LOCAL/DATA: na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Av. Presidente Fernando Afonso Collor de Mello, S/N, Rio Largo/AL, no dia 07 de Abril de 2017, às 09:00 horas. (Horário Local).

##### PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2017 (SRP)

Tipo: Menor Preço por Item  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP 13 KG), DESTINADAS A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO LARGO/AL.  
LOCAL/DATA: na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Av. Presidente Fernando Afonso Collor de Mello, S/N, Rio Largo/AL, no dia 07 de Abril de 2017, às 11:00 horas. (Horário Local).

##### PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2017 (SRP)

Tipo: Menor Preço por Item  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE ÁGUA MINERAL, DESTINADAS A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO LARGO/AL.  
LOCAL/DATA: na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Av. Presidente Fernando Afonso Collor de Mello, S/N, Rio Largo/AL, no dia 19 de Abril de 2017, às 09:00 horas. (Horário Local).  
Os Editais e seus Anexos encontram-se à disposição das empresas interessadas através do site eletrônico <http://www.riolargo.al.gov.br>, bem como, no site do CEP, até pelo e-mail: [licitacao@riolargo.al.gov.br](mailto:licitacao@riolargo.al.gov.br), no horário das 08:00 às 14:00, até o dia que antecede à data do Certame.

Rio Largo/AL, 23 de Março de 2017.  
MEIRY SOARES  
Presidente Comissão

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

##### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2017 - SRP

Tipo: Menor Preço - Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Peixes e Comestíveis para Suprimento Alimentar - Data/Horário: 05 de Abril de 2017 às 15:00 hs (quinta-feira) - Local: Sede da Prefeitura localizada na rua Coronel Unomás Mármão, nº 141, Bairro Centro, Cidade Santana do Ipanema/AL, CEP 57.500-000 - Edital e Informações: No endereço acima, das 08:00 às 13:00 horas em dias úteis, ou mediante solicitação enviada ao e-mail: [santanadoipanema@outlook.com](mailto:santanadoipanema@outlook.com).

CARLOS THOMAS ACCIOLY FERNANDES  
Prefeito





ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

# COMPROVANTES DE RETIRADA DO EDITAL

COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO



150  
AL - PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017-SRP  
PROCESSO Nº 3430.03.20.001/2017

Razão Social: KATJUSCIA MENEZES CARVALHO BARROS  
Nome Fantasia: SUPERMERCADO PINKO D'OURO CNPJ Nº: 00.305.986/0001-08  
Endereço: PRAÇA DR. ADOLSON SAAC DA MIRANDA, 233  
Fone(s)/Fax: 3621-1978 E-mail: JPINKO.D'OURO@BOL.COM.BR  
Contato: Julia Cesar Celular(es) contato: 99614-0002

Recebemos, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada, bem como seus respectivos anexos.

Local e data: SANTANA DO IPANEMA, 24 de MARÇO de 2017.

Julia Cesar  
Assinatura

Obs: Preenchimento com "letra de forma"

Senhor Licitante,

Caso este Edital tenha sido adquirido por meio eletrônico, solicito a V.ª preencher o recibo de entrega acima e remetê-lo à **Comissão Permanente de Licitação do Município de Santana do Ipanema/AL**, através do e-mail: **santanadoipanemacplal@outlook.com**.

A não remessa de recibo exime a Comissão da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

**Carlos Thomaz Accioly Fernandes**  
Pregoeiro

COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO



RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017-SRP  
PROCESSO Nº 3430.03.20.010/2017

Razão Social: SOARES E RIBEIRO LTDA - EPP  
Nome Fantasia: WR COMERCIO E SERVIÇOS CNPJ Nº: 19.019.685/0001-46  
Endereço: Rua Tancredo N. 202 Curitiba  
Fone(s)/Fax: 98717-2130 E-mail: wredita@outlook.com  
Contato: André Marcos Celular(es) contato: 98838-7770

Recebemos, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada, bem como seus respectivos anexos.

Local e data:

Santana 31 de Março de 2017

Assinatura

SOARES E RIBEIRO LTDA - EPP  
WR COMERCIO E SERVIÇOS  
André Marcos Fontes de Souza  
Deptº Comercial

Obs: Preenchimento com "letra de forma"

Senhor Licitante,

Caso este Edital tenha sido adquirido por meio eletrônico, solicito a V. Sª preencher o recibo de entrega acima e remetê-lo à Comissão Permanente de Licitação do Município de Santana do Ipanema/AL, através do e-mail: [santanadolpanemacplal@outlook.com](mailto:santanadolpanemacplal@outlook.com).

A não remessa de recibo exime a Comissão da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

Carlos Thomaz Accioly Fernandes  
Pregoeiro

COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO



RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017-SRP  
PROCESSO Nº 3430.03.20.010/2017

Razão Social: CAMILA A ALVES  
Nome Fantasia: PRIME CNPJ Nº: 22.477.427/0001-18  
Endereço: RUA RECANTO DO SOL SALA 03A N.º 02  
Fone(s)/Fax: 98803 0489 E-mail: PRIMEDISTRIBUICAOAL@outlook.com  
Contato: 98803 0489 Celular (se aplicável): 98803 0489

Recebemos, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada, bem como seus respectivos anexos.

Local e data: Maceió/AL, 03 de ABRIL de 2017

INSC. ESTADUAL 244.28918-21

CAMILA A. ALVES EPP

R: Recanto do Sol, Nº 02 - Sala 03 - A

Cidade: Maceió/AL

CNPJ 22.477.427/0001-18

Senhor Licitante,

Assinatura

Obs: Preenchimento com "letra de forma"

Caso este Edital tenha sido adquirido por meio eletrônico, solicito a V. Sª preencher o recibo de entrega acima e remetê-lo à Comissão Permanente de Licitação do Município de Santana do Ipanema/AL, através do e-mail: [santanadoipanemacplal@outlook.com](mailto:santanadoipanemacplal@outlook.com).

A não remessa de recibo exime a Comissão da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

Carlos Thomaz Accloty Fernandes  
Pregoeiro

Re: PEDIDO DE EDITAL P.P 004/2017 AQUISIÇÃO DE PEIXE.



MUNICÍPIO SANTANA DO IPANEMA <santanadoipanemacplal@outlook.com>

seg 27/03/2017 06:55

Itens Enviados

Para: WR COMERCIO SERVICOS <wr.editais@outlook.com>;

8 anexos (2 MB)

01 - EDITAL.pdf; 02 - ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.pdf; 03 - ANEXO II - MINUTA DE ATA RP.pdf; 04 - ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO.pdf; 05 - ANEXO IV - MODELO DECLARAÇÃO TRABALHO MENOR.pdf; 06 - ANEXO V - MODELO DECLARAÇÃO REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.pdf; 07 - ANEXO VI - MODELO DECLARAÇÃO ME. EPP. OU COOP.pdf; 08 - ANEXO VII - FICHA DE CREDENCIAMENTO.pdf;

Prezado,

Segue em anexo edital solicitado.

Em caso de dúvidas, favor entrar em contato.

Att,

CPL.

De: WR COMERCIO SERVICOS <wr.editais@outlook.com>

Enviado: segunda-feira, 27 de março de 2017 04:51

Para: santanadoipanemacplal@outlook.com

Assunto: PEDIDO DE EDITAL P.P 004/2017 AQUISIÇÃO DE PEIXE.

COPIA EM ANEXO

PEDIDO DE EDITAL P.P 004/2017 AQUISIÇÃO DE PEIXE.

AT: ANDRE MARCOS

# Re: SOLICITAÇÃO DE EDITAL

MUNICÍPIO SANTANA DO IPANEMA

qui 30/03/2017 07:05

Itens Enviados

Para: Leilma Feitosa <lafs.22@hotmail.com>;

📎 1 anexos (2 MB)

Re%3a\_EDITAL\_DE\_PEIXE.zip;

Prezado,

Segue em anexo edital solicitado.

Em caso de dúvidas, favor entrar em contato.

Até,

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
PREF. MUN. DE SANTANA DO IPANEMA/AL

De: Leilma Feitosa <lafs.22@hotmail.com>

Enviado: quinta-feira, 30 de março de 2017 06:58:45

Para: santanadoipanemacplal@outlook.com

Assunto: SOLICITAÇÃO DE EDITAL



16/04/2017

# Re: EDITAL DE PEIXE

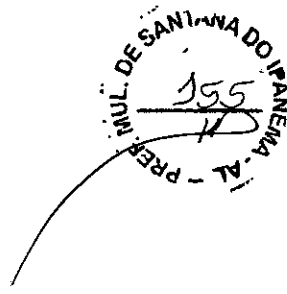
prime distribuidora <primedistribuidoraal@hotmail.com>

seg 03/04/2017 14:07

Para: MUNICÍPIO SANTANA DO IPANEMA <santanadoipanemacplal@outlook.com>;

1 anexos (336 KB)

NETO.jpg;



De: MUNICÍPIO SANTANA DO IPANEMA <santanadoipanemacplal@outlook.com>

Enviado: quarta-feira, 29 de março de 2017 20:56:25

Para: prime distribuidora

Assunto: Re: EDITAL DE PEIXE

Prezado,

Segue em anexo edital solicitado.

Em caso de dúvidas, favor entrar em contato.

Att,

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREF. MUN. DE SANTANA DO IPANEMA/AL



De: prime distribuidora <primedistribuidoraal@hotmail.com>

Enviado: quarta-feira, 29 de março de 2017 05:29

Para: MUNICÍPIO SANTANA DO IPANEMA

Assunto: EDITAL DE PEIXE

Bom dia!

Solicito o edital de peixe, do pregão presencial N° 004/2017 - SRP.

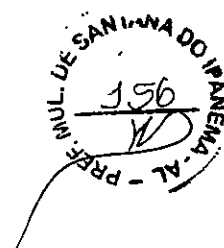
Desde já, agradeço!

Re: solicitação de edital

MUNICÍPIO SANTANA DO IPANEMA

ter 04/04/2017 06:41

Para: Carlos Fernandes da Silva <carlinhokibarato@hotmail.com>;



8 anexos (2 MB)

01 - EDITAL.pdf; 02 - ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.pdf; 03 - ANEXO II - MINUTA DE ATA RP.pdf; 04 - ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO.pdf; 05 - ANEXO IV - MODELO DECLARAÇÃO TRABALHO MENOR.pdf; 06 - ANEXO V - MODELO DECLARAÇÃO REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.pdf; 07 - ANEXO VI - MODELO DECLARAÇÃO ME. EPROU COOP.pdf; 08 - ANEXO VII - FICHA DE CREDENCIAMENTO.pdf;

Prezado,

Segue em anexo edital solicitado.

Em caso de dúvidas, favor entrar em contato.

Att,

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

PREF. MUN. DE SANTANA DO IPANEMA/AL

De: Carlos Fernandes da Silva <carlinhokibarato@hotmail.com>

Enviado: segunda-feira, 3 de abril de 2017 07:24:40

Para: santanadoipanemacplal@outlook.com

Assunto: Enc: solicitação de edital

A empresa C F Confianca Dist. de Alimentos Ltda., Vem a esta comissão solicitar o seguinte edital:

**Prefeitura de Santana do Ipanema**

(1/1)

Rua Cel. Lucena Maranhão, 141 - Centro - Santana do Ipanema

Telefone 3621-3640

Site <http://www.santanadoipanema.al.gov.br>

e-mail [santanadoipanemacplal@outlook.com](mailto:santanadoipanemacplal@outlook.com)



**Tipo Órgão: Municipal**

**AL**

**PRÉGIO PRESENCIAL 4/2017**

<b>Objeto</b>	<b>Aquisição de Peixe e Componentes para Semana Santa</b>
<b>Segmento</b>	Generos Alimenticios em Geral - Material
<b>Abertura</b>	05/04/2017 15:00
<b>Informações</b>	Fonte Diário Oficial do Estado 24/03/2017

Atenciosamente,



005

Carlos Fernandes



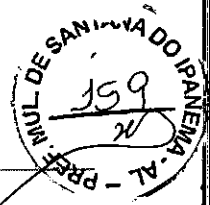
10/01/2010



ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

# CREDENCIAMENTO

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA**

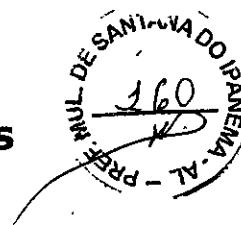
<b>NÚMERO DE INSCRIÇÃO</b> 06.024.682/0001-59 <b>MATRIZ</b>	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	<b>DATA DE ABERTURA</b> 28/11/2003
<b>NOME EMPRESARIAL</b> MARIA S. DA SILVA MERCADINHO - EPP		
<b>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)</b> MERCADINHO KIBARATO		
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL</b> 47.11-3-02 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados		
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS</b> 47.21-1-02 - Padaria e confeitaria com predominância de revenda 47.21-1-03 - Comércio varejista de laticínios e frios 47.21-1-04 - Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes 47.22-9-01 - Comércio varejista de carnes - açougues 47.22-9-02 - Peixaria 47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas 47.24-5-00 - Comércio varejista de hortifrutigranjeiros 47.29-6-01 - Tabacaria 47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico 47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas 47.44-0-03 - Comércio varejista de materiais hidráulicos 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática 47.52-1-00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação 47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo 47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis 47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria 47.63-6-01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos 47.72-5-00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal 47.84-9-00 - Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP) 47.89-0-04 - Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação		
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA</b> 213-5 - Empresário (Individual)		
<b>LOGRADOURO</b> R SANTA MARIA	<b>NÚMERO</b> 534	<b>COMPLEMENTO</b>
<b>CEP</b> 57.420-000	<b>BAIRRO/DISTRITO</b> CENTRO	<b>MUNICÍPIO</b> BATALHA
<b>UF</b> AL		<b>ENDEREÇO ELETRÔNICO</b>
<b>TELEFONE</b>		<b>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)</b> *****
<b>SITUAÇÃO CADASTRAL</b> ATIVA		<b>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL</b> 03/11/2005
<b>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		
<b>SITUAÇÃO ESPECIAL</b> *****		<b>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL</b> *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 28/03/2017 às 07:44:32 (data e hora de Brasília).

Página: 1/2

## Simple Nacional - Consulta Optantes



Data da consulta: 03/04/2017

### Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ : **06.024.682/0001-59**

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial : **MARIA S. DA SILVA MERCADINHO - EPP**

### Situação Atual

Situação no Simples Nacional : **Optante pelo Simples Nacional desde 01/01/2016**

Situação no SIMEI: **NÃO optante pelo SIMEI**

### Períodos Anteriores

#### Opções pelo Simples Nacional em Períodos Anteriores

Data Inicial	Data Final	Detalhamento
01/01/2009	31/12/2009	Excluída por Ato Administrativo praticado pelo ente Estado de ALAGOAS
01/07/2007	31/12/2008	Excluída por Ato Administrativo praticado pela Receita Federal do Brasil

Opções pelo SIMEI em Períodos Anteriores: **Não Existem**

### Agendamentos (Simples Nacional)

Agendamentos no Simples Nacional: **Não Existem**

### Eventos Futuros (Simples Nacional)

Eventos Futuros no Simples Nacional: **Não Existem**

### Eventos Futuros (SIMEI)

Eventos Futuros no SIMEI: **Não Existem**



Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior  
Secretaria do Desenvolvimento da Produção  
Departamento Nacional do Registro do Comércio

# REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO NO VERSO

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA: NIRE DA SEDE		NIRE DA FILIAL (preencher somente se não referente à sede)	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviações) <b>MARIA SALETE DA SILVA</b>			
NATURAL DE (cidade e sigla do estado) <b>PALMEIRA DOS INDIOS</b>		UF <b>AL</b>	NACIONALIDADE <b>BRASILEIRA</b>
ESTADO CIVIL <b>CASADA</b>			
REGIME DE BENS (se casado) M <input type="checkbox"/> F <input checked="" type="checkbox"/> <b>COMUNHO</b>			
FILHO DE (pai) <b>LUIS GILIO DA SILVA</b>		(mãe) <b>EUPRAUSINA VIGENCIA DA SILVA</b>	
NASCIDO EM (data de nascimento) <b>01.05.1956</b>	IDENTIDADE, número <b>1.446.571</b>	Orgão emissor <b>S.S.P</b>	UF <b>AL</b>
CPF (número) <b>648.756.284-04</b>			
EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor)			
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc.) <b>RUA SANTA MARIA</b>		NÚMERO <b>549</b>	
COMPLEMENTO <b>A</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	CEP <b>57420-000</b>	USO DA JUNTA COMERCIAL (uso da Junta Comercial)
MUNICÍPIO <b>BATALHA</b>		UF <b>AL</b>	
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresarial, que não possui outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do <b>ESTADO DE ALAGOAS</b>			
CÓDIGO DO ATTO <b>020</b>		DESCRIÇÃO DO ATTO <b>INSCRIÇÃO</b>	
CÓDIGO DO EVENTO		DESCRIÇÃO DO EVENTO	
NOME EMPRESARIAL <b>MARIA S. DA SILVA MERCADINHO</b>			
LOGRADOURO (rua, av, etc.) <b>RUA SANTA MARIA</b>		NÚMERO <b>534</b>	
COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	CEP <b>57420-000</b>	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (uso da Junta Comercial)
MUNICÍPIO <b>BATALHA</b>	UF <b>AL</b>	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)	
VALOR DO CAPITAL (R\$) <b>20.000,00</b>	VALOR DO CAPITAL (por extenso) <b>VINTE MIL REAIS</b>		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) Atividade principal <b>5213-2/01</b>	DESCRIÇÃO DO OBJETO <b>MINI MERCADO</b>		
Atividades secundárias			
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES <b>25-11-2003</b>	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSMISSÃO DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF
USO DA JUNTA COMERCIAL (uso da Junta Comercial)			
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante, assistente, gerente ou procurador) <b>Maria S. da Silva Mercadinho</b>			
DATA DA ASSINATURA <b>25-11-2003</b>			
ASSINATURA DO EMPRESÁRIO <b>Maria S. da Silva</b>			
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE <b>28/11/03</b>		AUTENTICAÇÃO <b>954401011234</b>	
		CONFERE O ORIGINAL EM: <b>05/09/2004</b>	
		SERVIDOR RESPONSÁVEL	

**LEIA COM ATENÇÃO ESTAS INSTRUÇÕES, ANTES DE INICIAR O PREENCHIMENTO**

- 1- Preencher o formulário em quatro vias legíveis, a máquina ou a mão, com letra de forma, sem rasura.
- 2- Não preencher os campos destinados a uso da Junta Comercial.
- 3- **ESTADO CIVIL** - Declarar se é solteiro, casado, viúvo, separado judicialmente ou divorçado.
- 4- **REGIME DE BENS DO EMPRESÁRIO** - Se o empresário for casado, declarar o regime de bens (comunhão parcial, comunhão universal, participação final nos aquestos, separação de bens). A alteração do regime de bens depende de autorização judicial em pedido motivado de ambos os cônjuges, a qual deverá instruir o processo.
- 5- **IDENTIDADE** - Indicar o número, a sigla do órgão expedidor e a sigla da respectiva unidade da federação mencionados no documento de identidade. São aceitos como documento de identidade: cédula de identidade, certificado de reservista, carteira de identidade profissional, Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Carteira Nacional de Habilitação (modelo com base na Lei nº 9.503, de 23/9/97). Se o titular for estrangeiro, é exigida carteira de identidade de estrangeiro, com visto permanente.
- 6- **EMANCIPADO POR** - Caso o titular seja menor de 18 e maior de 16 anos, emancipado, deverá indicar a forma de emancipação e arquivá-la em separado. São hipóteses de emancipação: casamento; ato judicial; concessão dos pais; colação de grau em curso de ensino superior; exercício de emprego público efetivo; estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com 16 anos completos tenha economia própria.
- 7- **DECLARAÇÃO** (de desimpedimento para exercer atividade empresarial e de que não possui outra inscrição de empresário) e **REQUERIMENTO** - Complementar o nome da Junta Comercial.
- 8- **CÓDIGO DO ATO E DESCRIÇÃO DO ATO** - Preencher com o código e com a descrição do ato que está sendo praticado, conforme tabela abaixo.
- 9- **CÓDIGO DO EVENTO E DESCRIÇÃO DO EVENTO** - Preencher com o código e com a descrição de evento que está contido no ATO, conforme tabela abaixo.

CÓDIGO DO ATO / EVENTO	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
080	INSCRIÇÃO
002	ALTERAÇÃO
020	ALTERAÇÃO DE NOME EMPRESARIAL
021	ALTERAÇÃO DE NOME EMPRESARIAL
022	03/025270-9 28Nov2003 08:57
023	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DAS ALAGOAS
024	Atos: 102
025	MARIA S DA SILVA MERCADINHO
026	Previsto
027	Recolhido
028	JUNTA (GR) 34.00 34.00
029	DNRC (DARF) 2.05 2.05
030	
031	
032	ABERTURA DE FILIAL EM OUTRO PAÍS
033	ALTERAÇÃO DE FILIAL EM OUTRO PAÍS
034	EXTINÇÃO DE FILIAL EM OUTRO PAÍS
036	TRANSFERÊNCIA DE FILIAL PARA OUTRA UF
037	INSCRIÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE FILIAL DE OUTRA UF
038	TRANSFERÊNCIA DE SEDE PARA OUTRA UF
039	INSCRIÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE SEDE DE OUTRA UF
048	REINSCRIÇÃO
052	REATIVAÇÃO
208	EMANCIPAÇÃO
961	AUTORIZAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE POR SUCESSÃO
003	EXTINÇÃO
150	PROTEÇÃO DE NOME EMPRESARIAL
151	ALTERAÇÃO DE PROTEÇÃO DE NOME EMPRESARIAL
152	CANCELAMENTO DA PROTEÇÃO DE NOME EMPRESARIAL

CONFERE O ORIGINAL  
EM: 05/04/2014

SERVIDOR RESPONSÁVEL

**EXEMPLO:**

CÓDIGO DO ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
002	ALTERAÇÃO	020	ALTERAÇÃO DE NOME EMPRESARIAL

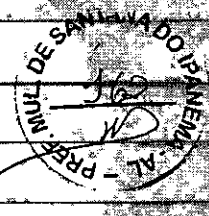
- 10- **NOME EMPRESARIAL** - Indicar o nome completo ou abreviado do empresário, adotando, se quiser, designação mais precisa de sua pessoa (apelido ou nome como é mais conhecido) ou gênero de negócio, que deve constar do objeto. Não pode ser abreviado o último sobrenome, nem ser excluído qualquer dos componentes do nome. Não constituem sobrenome e não podem ser abreviados: FILHO, JÚNIOR, NETO, SOBRINHO etc., que indicam uma ordem ou relação de parentesco.
- 11- **CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA** - Preencher com o código correspondente a cada atividade descrita no OBJETO, conforme a tabela de Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE-Fiscal. Ordenar os códigos das atividades indicando a principal e as secundárias. A atividade principal corresponde àquela que proporciona maior receita esperada (quando da inscrição) ou realizada (quando da alteração).
- 12- **DESCRIÇÃO DO OBJETO** - Descrever o objeto (atividades a serem exercidas), de forma precisa e detalhada, indicando o gênero e a espécie do negócio. Não podem ser inseridos termos estrangeiros na descrição das atividades, exceto quando não houver termo correspondente em português. O objeto não poderá ser ilícito, contrário aos bons costumes ou a ordem pública. No caso de filial, vide orientação no Manual de Ato de Registro Mercantil - Empresário.
- 13- **DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES** - Preencher com a data prevista para o início das atividades a qual não poderá ser anterior à data da assinatura do Requerimento de Empresário. Se o Requerimento de Empresário for protocolado na Junta Comercial após 30 dias da data da sua assinatura pelo empresário, a data da inscrição será considerada a data do deferimento do Requerimento pela Junta Comercial e, nesse caso, a data de início de atividades não poderá ser anterior a essa. No caso dos eventos 029, 037 e 039 - vide orientação no Manual de Ato de Registro Mercantil - Empresário.
- 14- **ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO** - Deverá ser aposta a assinatura da firma de acordo com o nome da empresa indicado no campo nome empresarial.
- 15- **DATA DA ASSINATURA** - Indicar o dia, mês e ano em que o Requerimento foi assinado.
- 16- **ASSINATURA DO EMPRESÁRIO** - A assinatura deve ser a que o empresário, seu representante legal ou procurador usa normalmente para o nome civil.



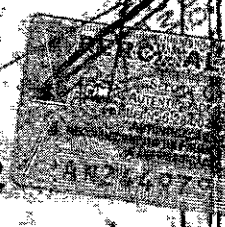
# REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Página 111

NÚMERO DE REGISTRO EM REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 27101027756		NIRE DA FILIAL (preencher somente se não referir a filial) XXXXXXXXXXXXXX	
NOME DO EMPRESÁRIO (preencher com o nome completo, sem abreviações) MARIA SALETE DA SILVA			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL CASADO	
SEXO M <input type="checkbox"/> F <input checked="" type="checkbox"/>		REGIME DE BENS (se casado) COMUNHÃO PARCIAL	
NOME DO PAI LUIZ GILO DA SILVA		NOME DA MÃE EUFRAUSINA VICENCIA DA SILVA	
DATA DE NASCIMENTO 01/05/1956	IDENTIDADE (número) 1446571	Órgão emissor SSP	UF AL
CPF (número) 648.756.284-04			
EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor) XXXXXXXXXXXXXX			
DOMICÍLIO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc) RUA SANTA MARIA			NÚMERO 549
COMPLEMENTO A	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	CEP 57.420-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial) 40
MUNICÍPIO BATALHA			UF AL
Declaro, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresarial, que não possui outro registro de empresário e requer à JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS			
CÓDIGO DO ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERAÇÃO	CÓDIGO DO EVENTO 021	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
CÓDIGO DO EVENTO XXXXXXXXXXXXXX	DESCRIÇÃO DO EVENTO XXXXXXXXXXXXXX	CÓDIGO DO EVENTO XXXXXXXXXXXXXX	DESCRIÇÃO DO EVENTO XXXXXXXXXXXXXX
NOME EMPRESARIAL MARIA S. DA SILVA MERCADINHO ME			
LOGRADOURO (rua, av, etc) RUA SANTA MARIA			NÚMERO 534
COMPLEMENTO XXXXXXXXXXXXXX	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	CEP 57.420-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial) 40
MUNICÍPIO BATALHA	UF AL	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) XXXXXXXXXXXXXX
VALOR DO CAPITAL - R\$ 80.000,00	VALOR DO CAPITAL - (por extenso) OITENTA MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (cnae) Atividade Principal 4711302 Atividade secundária XXXXXX XXXXXX XXXXXX XXXXXX XXXXXX	DESCRIÇÃO DO OBJETO COMERCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINANCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS. (SUPERMERCADO)		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 28/11/2003	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 06024682000159	TRANSFERÊNCIA DE SEDE DO DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL NIRE ANTERIOR XXXXXXXXXXXXXX	UF XX
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) MARIA S. DA SILVA MERCADINHO			
DATA DA ASSINATURA 29/06/2009	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO MARIA SALETE DA SILVA		



SERVIÇOS NOTARIAL E REGISTRAL BATALHA - AL  
Reconheço esta firma(s) de Maria Saleta da Silva  
Batalha, 02 de 07 de 2009  
Em test. da vs. 02/07/2009  
O Not. [Assinatura]



DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO <input checked="" type="checkbox"/>		AUTENTICAÇÃO JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS CERTIFICOU O REGISTRO EM: 17/07/2009 SOB Nº: 27600134148 Protocolo: 09/024569-5, DE 16/07/2009 Empresa: 27 1 0102775 6 MARTA S DA SILVA MERCADINHO ME MIRIAM FERREIRA TABOZA SECRETARIO GERAL	
CONFERE CI/ORIGINAL EM: 05/07/2009 SERVIDOR RESPONSÁVEL		01047555	

RECUPERAÇÃO DE EMPREGO



JUL 17 2009

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS  
O Sr. [nome] apresentou para a [função] os seguintes documentos:  
[lista de documentos]  
Data: [data]  
Assinatura: [assinatura]

CONFERE C/ ORIGINAL  
EM: 05/04/2016

SERVIDOR RESPONSÁVEL

[Handwritten signatures and initials]





# REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 1/1

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 27101027756		NIRE DA FILIAL (preencher somente se não referente a filial) XXXXXXXXXXXXXX	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviatura) MARIA SALETE DA SILVA			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL CASADO	
SEXO M <input type="checkbox"/> F <input checked="" type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado) COMUNHÃO PARCIAL		
FILHO DE (pai) LUIZ GILIO DA SILVA		(mãe) EUFRAUSINA VICENCIA DA SILVA	
NASCIDO EM (data de nascimento) 01/05/1956	IDENTIDADE (número) 1446571	Órgão emissor SSP	UF AL
CPF (número) 648.756.284-04			
EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor) - XXXXXXXXXXXXXX			
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc) RUA SANTA MARIA			NÚMERO 549
COMPLEMENTO A	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	CEP 57.420-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial) 40
MUNICÍPIO BATALHA			UF AL
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresarial, que não possua outro registro de empresário e requer à JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS			
CÓDIGO DO ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERAÇÃO	CÓDIGO DO EVENTO 021	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
CÓDIGO DO EVENTO XXXXXXXXXXXXXX	DESCRIÇÃO DO EVENTO XXXXXXXXXXXXXX	CÓDIGO DO EVENTO XXXXXXXXXXXXXX	DESCRIÇÃO DO EVENTO XXXXXXXXXXXXXX
NOME EMPRESARIAL MARIA S. DA SILVA MERCADINHO ME			
LOGRADOURO (rua, av, etc) RUA SANTA MARIA			NÚMERO 534
COMPLEMENTO XXXXXXXXXXXXXX	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	CEP 57.420-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial) 40
MUNICÍPIO BATALHA	UF AL	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) XXXXXXXXXXXXXX
VALOR DO CAPITAL - R\$ 120.000,00	VALOR DO CAPITAL - (por extenso) CENTO E VINTE MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (cnae) Atividade Principal 4711302 Atividade Secundária 4751200 4761003 4772500 XXXXXXX XXXXXXX XXXXXXX	DESCRIÇÃO DO OBJETO COMERCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINANCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS (SUPERMERCADO) COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA COMERCIO VAREJISTA DE COSMETICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 28/11/2003	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CADU 06024682000159	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR XXXXXXXXXXXXXX	UF XX
USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> 1- sim 2- não			
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante legal/parceiro) MARIA S. DA SILVA MERCADINHO ME			
DATA DA ASSINATURA 29/06/2009	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO MARIA SALETE DA SILVA		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE Delegado da Junta Comercial Alagoas José Guedes Filho Delegado	AUTENTICA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ALAGOAS CERTIFICO O REGISTRO EM: 23/12/2009 SOB Nº: 27600141906 Protocolo: 09/047988-2, DE 17/12/2009 Empresa: 27.1 0102775 6 MARIA S. DA SILVA MERCADINHO ME	MIRIAM FERREIRA TABOZA SECRETÁRIO GERAL	

CONFERE COM ORIGINAL  
EM: 07.04.2017  
SERVIDOR RESPONSÁVEL



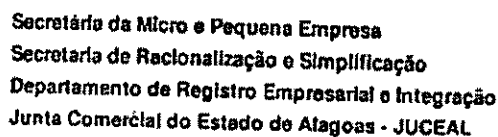
DEC 23 2009

CONFERE CI ORIGINAL  
EM: 05/04/2017

SERVIDOR RESPONSÁVEL

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



**REQUERIMIENTO DE EMPRESARIO**

Folhas 1/

Folha 1					
NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 27101027756					
NIRE DA FILIAL (preencher somente se não referente à sede)					
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviações) MARIA SALETE DA SILVA					
NACIONALIDADE BRASILEIRA			ESTADO CIVIL Casado		
SEXO Feminino		REGIME DE BENS (se casado) Comunhão Universal.			
FILHO DE (pai) LUIZ GILO DA SILVA			(mãe) EUFRAUSINA VICENCIA DA SILVA		
NASCIDO EM (data de nascimento) 01/05/1956		IDENTIDADE (número) 1446571		Órgão emissor SSP	
				UF AL	
				CPF (número) 64875628404	
EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor)					
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av., etc.) RUA SANTA MARIA					
COMPLEMENTO A		BAIRRO/DISTRITO CENTRO		CEP 57420-000	
				CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial) 000040 - Batalha	
MUNICÍPIO Batalha				UF AL	
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresarial, que não possui outro registro de empresário e requer à JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS:					
CÓDIGO DO ATO 002		DESCRIÇÃO DO ATO ALTERAÇÃO		CÓDIGO DO EVENTO 021	
DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)					
NOME EMPRESARIAL MARIA S DA SILVA MERCADINHO - EPP					
LOGRADOURO (rua, av., etc.) RUA SANTA MARIA					
COMPLEMENTO		BAIRRO/DISTRITO CENTRO		CEP 57420-000	
				CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial) 000040 - Batalha	
MUNICÍPIO Batalha		UF AL		PAÍS BRASIL	
VALOR DO CAPITAL - R\$ 120.000,00		VALOR DO CAPITAL - (por estender) cento e vinte mil reais		CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)	
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) Atividade Principal 4711302 Atividade Secundária 4721102, 4721103, 4721104, 4722901, 4722902, 4723700, 4724500, 4729601, 4742300, 4744001, 4744003, 4751201, 4752100, 4754701, 4761003, 4772500, 4784900, 4789004, 4789005, 4789006, 4789007		Descrição do Objeto COMERCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINANCIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS - SUPERMERCADOS, PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINANCIA DE REVENDA, COMERCIO VAREJISTA DE LATICINIOS E FRIOS, COMERCIO VAREJISTA DE DOCES, BALAS, BOMBONS E SEMELHANTES, COMERCIO VAREJISTA DE CARNES - ACOUGUES, PEIXARIA, COMERCIO VAREJISTA DE BEBIDAS, TABACARIA, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELETRICO, COMERCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRAULICOS, COMERCIO VAREJISTA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS, COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA, COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICACAO, COMERCIO			
DATA DE INICIO DAS ATIVIDADES 28/11/2003		NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 06024682000159		TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante assistente/geral) <i>MARIASDA SILVA MERCADINHO - EPP</i> DATA ASSINATURA 28/10/2015		ASSINATURA DO EMPRESÁRIO <i>Maria Salete da Silva</i>		USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL 1 - SIM 3 - NÃO	
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			DEFERIDO. PUBLICUE-SE E ARQUIVE-SE		
			AUTENTICAÇÃO		
			AL1150000241197		

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 16/11/2015 16:55 SOB Nº 20150221762.  
 PROTOCOLO: 150221762 DE 16/11/2015. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
 AL150221762. NIRE: 27101027756.  
 MARIA S DA SILVA MERCADINHO - EPP

Edvaldo Maiorano de Lima  
SECRETÁRIO GERAL  
MACEIÓ, 16/11/2015

**JUCEAL**  
 JUNTA COMISSÃO DO ESTADO  
 DE ALAGOAS



Secretaria da Micro e Pequena Empresa  
Secretaria de Racionalização e Simplificação  
Departamento de Registro Empresarial e Integração  
Junta Comercial do Estado de Alagoas - JUCEAL



# REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 2/

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE		NIRE DA FILIAL (preencher somente se for referente a filial)	
27101027756			
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas)			
MARIA SALETE DA SILVA			
NACIONALIDADE		ESTADO CIVIL	
BRASILEIRA		Casado	
SEXO	REGIME DE BENS (se casado)		
Feminino	Comunhão Universal		
FILHO DE (de)		(nome)	
LUIZ GILO DA SILVA		EUFRAUSINA VICENCIA DA SILVA	
NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE (número)	Órgão emissor	UF
01/05/1956	1446571	SSP	AL
CPF (número)			
64875628404			
EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor)			
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av., etc)			NÚMERO
RUA SANTA MARIA			549
COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
A	CENTRO	57420-000	000040 - Batáha
MUNICÍPIO			UF
Batáha			AL
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresarial, que não possui outro registro de empresário e requer à JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS:			
CÓDIGO DO ATO	DESCRIÇÃO DO ATO		CÓDIGO DO EVENTO
002	ALTERAÇÃO		021
DESCRIÇÃO DO EVENTO			
ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)			
NOME EMPRESARIAL			
MARIA S DA SILVA MERCADINHO - EPP			
LOGRADOURO (rua, av., etc)			NÚMERO
RUA SANTA MARIA			534
COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
	CENTRO	57420-000	000040 - Batáha
MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
Batáha	AL	BRASIL	
VALOR DO CAPITAL - R\$	VALOR DO CAPITAL - (por extenso)		
120.000,00	cento e vinte mil reais		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)	Descrição do Objeto		
Atividade Principal 4711302	VAREJISTA DE MOVEIS, COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA, COMÉRCIO VAREJISTA DE COSMÉTICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL, COMÉRCIO VAREJISTA DE GAS LIQUEFEITO GLP, COMÉRCIO VAREJISTA DE ANIMAIS VIVOS E DE ARTIGOS E ALIMENTOS PARA ANIMAIS DE ESTIMACAO, COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES, DOMISSANITARIOS, COMÉRCIO VAREJISTA DE FOGOS DE ARTIFICIO E ARTIGOS PIROTECNICOS, COMÉRCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO.		
Atividade Secundária			
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF
28/11/2003	06024682000159		AL
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante legal se for o caso)		USO DA JUNTA COMERCIAL	
MARIA S DA SILVA MERCADINHO - EPP		DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input checked="" type="checkbox"/> 3 - NÃO	
DATA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO		
28/10/2015	MARIA SALETE DA SILVA		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL - AL:			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE		AUTENTICAÇÃO	
		AL150000241197	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

\* Este documento foi gerado no portal Fácil Alagoas



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS - SEDE

CERTIFICADO DE REGISTRO EM 16/11/2015 16:25 SOB Nº 20150221762.  
PROTOCOLO 150221762 DE 16/11/2015. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
AL150221762. NIRE: 27101027756.  
MARIA S DA SILVA MERCADINHO - EPP

Edvaldo Maiorano de Lima  
SECRETÁRIO GERAL



Secretaria da Micro e Pequena Empresa  
Secretaria de Racionalização e Simplificação  
Departamento de Registro Empresarial e Integração  
Junta Comercial do Estado de Alagoas - JUCEAL



# REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 1/1

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 27101027756		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviações) MARIA SALETE DA SILVA			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL Casado	
SEXO Feminino	REGIME DE BENS (se casado) Comunhão Universal		
FILHO DE (pai) LUIZ GILO DA SILVA		(mãe) EUFRAUSINA VICENCIA DA SILVA	
NASCIDO EM (data de nascimento) 01/05/1956	IDENTIDADE (número) 1446571	Órgão emissor SSP	UF AL
EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor)		CPF (número) 64875628404	
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc) RUA SANTA MARIA			NÚMERO 549
COMPLEMENTO A	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	CEP 57420-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial) 000040 - Batalla
MUNICÍPIO Batalla			UF AL
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresarial, que não possui outro registro de empresário e requer à JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS:			
CÓDIGO DO ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERAÇÃO	CÓDIGO DO EVENTO 021	
DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)			
NOME EMPRESARIAL MARIA S DA SILVA MERCADINHO - EPP			
LOGRADOURO (rua, av, etc) RUA SANTA MARIA			NÚMERO 534
COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	CEP 57420-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial) 000040 - Batalla
MUNICÍPIO Batalla	UF AL	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
VALOR DO CAPITAL - R\$ 120.000,00	VALOR DO CAPITAL - (por extenso) cento e vinte mil reais		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) Atividade Principal 4711302 Atividade Secundária 4721102, 4721103, 4721104, 4722901, 4722902, 4723700, 4724500, 4729601, 472300, 4744001, 4744003, 4751201, 4752100, 4754701, 4761003, 4772500, 4784900, 4789004, 4789005, 4789006, 4789007	Descrição do Objeto COMERCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINANCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - SUPERMERCADOS, PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINANCIA DE REVENDA, COMERCIO VAREJISTA DE LATICÍNIOS E FRIOS, COMERCIO VAREJISTA DE DOÇES, BALAS, BOMBONS E SEMELHANTES, COMERCIO VAREJISTA DE CARNES - ACOUGUES, PEIXARIA, COMERCIO VAREJISTA DE BEBIDAS, TABACARIA, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELETRICO, COMERCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRAULICOS, COMERCIO VAREJISTA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS, COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA, COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICACAO, COMERCIO		
DATA DE INICIO DAS ATIVIDADES 28/11/2003	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 06024682000159	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF AL
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente legal)		USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input checked="" type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 3 - NÃO	
MARIA S DA SILVA MERCADINHO - EPP DATA ASSINATURA 28/10/2015		ASSINATURA DO EMPRESÁRIO MARIA SALETE DA SILVA	
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL - AL		AUTENTICAÇÃO	
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE		AUTENTICAÇÃO	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS - SEDE

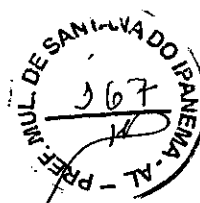
CERTIFICO O REGISTRO EM 16/11/2015 16:25 SOB N.º 20150221762  
PROTOCOLO: 150221762 DE 16/11/2015. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
AL150221762. NIRE: 27101027756.  
MARIA S DA SILVA MERCADINHO - EPP

Edvaldo Maiorano de Lima  
SECRETÁRIO GERAL  
MACEIÓ, 16/11/2015

Este documento foi gerado no portal Facilita Alagoas



Secretaria da Micro e Pequena Empresa  
Secretaria de Racionalização e Simplificação  
Departamento de Registro Empresarial e Integração  
Junta Comercial do Estado de Alagoas - JUCEAL



# REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 2/

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 27101027756		NIRE DA FILIAL (preencher somente se não referente a filial)	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviações) MARIA SALETE DA SILVA			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL Casado	
SEXO Feminino		REGIME DE BENS (se casado) Comunhão Universal.	
FILHO DE (pai) LUIZ GILO DA SILVA		(mãe) EUFRAUSINA VICENCIA DA SILVA	
NASCIDO EM (data de nascimento) 01/05/1956	IDENTIDADE (número) 1446571	Órgão emissor SSP	UF AL
CPF (número) 64875628404			
EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor)			
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av., etc.) RUA SANTA MARIA			NÚMERO 549
COMPLEMENTO A	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	CEP 57420-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial) 000040 - Batáha
MUNICÍPIO Batáha			UF AL
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresarial, que não possua outro registro de empresário e requer à JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS:			
CÓDIGO DO ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERAÇÃO	CÓDIGO DO EVENTO 021	
DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)			
NOME EMPRESARIAL MARIA S DA SILVA MERCADINHO - EPP			
LOGRADOURO (rua, av., etc.) RUA SANTA MARIA			NÚMERO 534
COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	CEP 57420-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial) 000040 - Batáha
MUNICÍPIO Batáha	UF AL	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
VALOR DO CAPITAL - R\$ 120.000,00	VALOR DO CAPITAL - (por extenso) cento e vinte mil reais		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) Atividade Principal 4711302 Atividade Secundária	Descrição do Objeto VAREJISTA DE MOVEIS, COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA, COMERCIO VAREJISTA DE COSMETICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL, COMERCIO VAREJISTA DE GAS LIQUEFEITO GLP, COMERCIO VAREJISTA DE ANIMAIS VIVOS E DE ARTIGOS E ALIMENTOS PARA ANIMAIS DE ESTIMACAO, COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES, DOMISSANITARIOS, COMERCIO VAREJISTA DE FOGOS DE ARTIFICIO E ARTIGOS PIROTECNICOS, COMERCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO.		
DATA DE INICIO DAS ATIVIDADES 28/11/2003	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 06024682000159	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF/NIRE ANTERIOR	UF AL
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante legal - preencher uma)		USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input checked="" type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 3 - NÃO	
DATA ASSINATURA 28/10/2015		ASSINATURA DO EMPRESÁRIO MARIA S DA SILVA MERCADINHO - EPP	
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL - AL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE		AUTENTICAÇÃO	
		AL150000241197	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

\* Este documento foi gerado no portal Fácil Alagoas



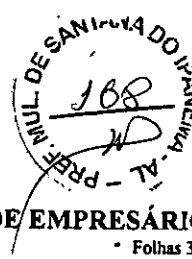
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 16/11/2015 16:25 SOB Nº 20150221762.  
PROTOCOLO: 150221762 DE 16/11/2015. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
AL150221762. NIRE: 27101027756.  
MARIA S DA SILVA MERCADINHO - EPP

Edvaldo Maiorano de Lima  
SECRETÁRIO GERAL



Secretaria da Micro e Pequena Empresa  
Secretaria da Racionalização e Simplificação  
Departamento de Registro Empresarial e Integração



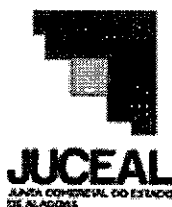
# REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 3

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 27101027756		NIRE DA FILIAL (preencher somente se não referente a filial) XXX	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviações) MARIA SALETE DA SILVA			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL CASADO(A)	
SEXO Feminino	REGIME DE BENS (se casado) Comunhão Parcial		
FILHO DE (pai) LUIZ GILO DA SILVA		(mãe) EUFRAUSINA VICENCIA DA SILVA	
NASCIDO EM (data de nascimento) 01/05/1956	IDENTIDADE (número) 1446571	Orgão emissor SSP	UF AL
CPF (número) 648.756.284-04			
MANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor) XXX			
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc) RUA SANTA MARIA		NÚMERO 549	
COMPLEMENTO A	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	CEP 57420-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Use de Junta Comercial) 000040 - Batalha
MUNICÍPIO Batalha		UF AL	
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresarial, que não possui outro registro de empresário e requer:			
A JUNTA COMERCIAL DO Estado de Alagoas		A JUNTA COMERCIAL DO XXX	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 002 - ALTERAÇÃO		CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO XXX	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 021 (1) ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)		CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO XXX	
NOME EMPRESARIAL MARIA S DA SILVA MERCADINHO - EPP			
LOGRADOURO (rua, av, etc) RUA SANTA MARIA		NÚMERO 534	
COMPLEMENTO XXX	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	CEP 57420-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Use de Junta Comercial) 000040 - Batalha
MUNICÍPIO Batalha	UF AL	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) XXX
VALOR DO CAPITAL - R\$ 120.000,00	VALOR DO CAPITAL - (por extenso) cento e vinte mil reais		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) Atividade Principal 4711302 Atividade Secundária	Descrição do Objeto COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITARIOS, COMERCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO, Comercio varejista de brinquedos e artigos recreativos, Comercio varejista especializado de eletrodomesticos e equipamentos de audio e video.		
DATA DE INICIO DAS ATIVIDADES 28/11/2003	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 06.024.682/0001-59	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF
DATA ASSINATURA 25/01/2017	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO MARIA SALETE DA SILVA		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO, PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE		AUTENTICAÇÃO	
		 AL117000644091	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

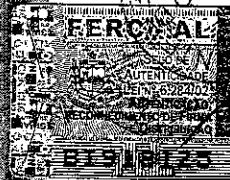
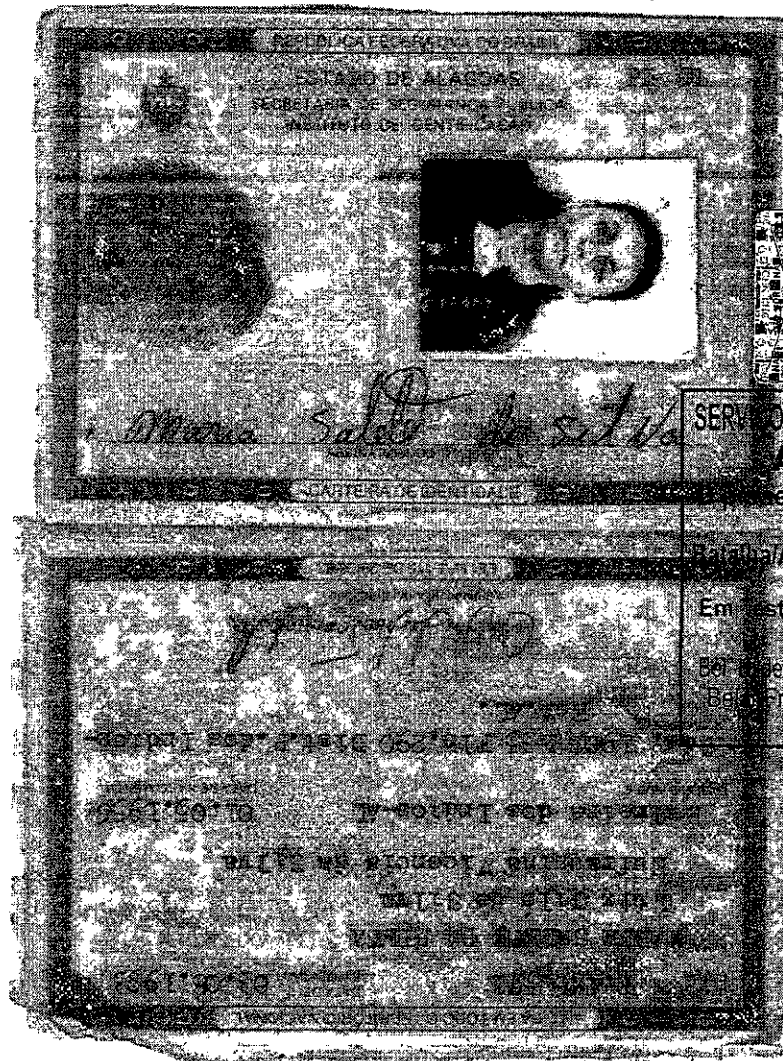
\* Este documento foi gerado no portal Facilita Alagoas



CERTIFICO O REGISTRO EM 10/02/2017 13:42 SOB Nº 20160275954.  
PROTOCOLO: 160275954 DE 10/02/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11700550345. NIRE: 27101027756.  
MARIA S DA SILVA MERCADINHO - EPP

Edvaldo Maiorano de Lima  
SECRETÁRIO-GERAL  
MACEIÓ, 10/02/2017  
www.facilita.al.gov.br





SERVIÇOS NOTARIAL E REGISTRAL BATALHA-AL  
**AUTENTICAÇÃO**

Presente é cópia fiel do original dou fé

Batalha-AL 23 MAR. 2017

Em test. ou Verd. O Notário.

Por Debrando Balbino de Melo - Not./Reg./Protesto  
Bel Franciane Hellen Lopes Melo - Substituta  
Arçon Balbino de Melo - Substituto

CONFERE C/ ORIGINAL

EM: 25/04/2017

SERVIDOR RESPONSÁVEL



MARIAS. DA SILVA MERCADINHO - EPP  
Rua Santa Maria, nº 534 - Centro  
Batalha / AL - CEP: 57.420-000  
CNPJ: 08.024.682/0001-59



## PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento, a empresa **Maria S. da Silva Mercadinho - EPP**, CNPJ 06.024.682/0001-59, com sede na Rua Santa Maria nº 534, por intermédio da sua representante legal abaixo assinado, nomeia e constitui como bastante procurador, o **Sr. Marlon Ferreira da Silva**, portador da cédula de identidade nº 1.757.290, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Alagoas, inscrito no CPF nº 041.175.114-08, residente a Av. Paulo Dantas nº 127 - Bairro Centro, no município de Batalha, Estado de Alagoas; à qual OUTORGA AMPLOS PODERES PARA representá-la em todos os atos inerentes, para adquirir/retirar documentos relacionados a Licitações em qualquer circunstância e na forma da Lei, podendo para tanto Participar de Pregões e/ou outras modalidades, inclusive, formular lances verbais, complementar e/ou assinar propostas, interpor recursos ou ressalvas, renunciar à interposição de recursos, acordar, transigir, desistir, receber avisos e intimações e assinar declarações, enfim, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato.

Batalha-AL, 14 de março de 2015.

**CONFERE C/ ORIGINAL**

EM: 05/10/2017

SERVIDOR RESPONSABLE

Maria Salete da Silva  
Maria Salete da Silva

CPF: 648.756.284-04  
RG: 1.446.571 SSP/AL  
Sócia Administradora

SERVIÇOS NOTARIAL E REGISTRAR BATALHÃO AL  
Incorporado ao Exército (5º Batalhão)

RECONHEÇO ☐ P. SEMELHANÇA ☐ P. AUTENTICAÇÃO  
A(s) firma(s) de Maria Salete  
Silva

Recebi em 20 MAR.

Em Teste ou Valor

Ref. Hídrica

Seu. 11

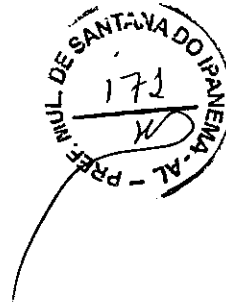
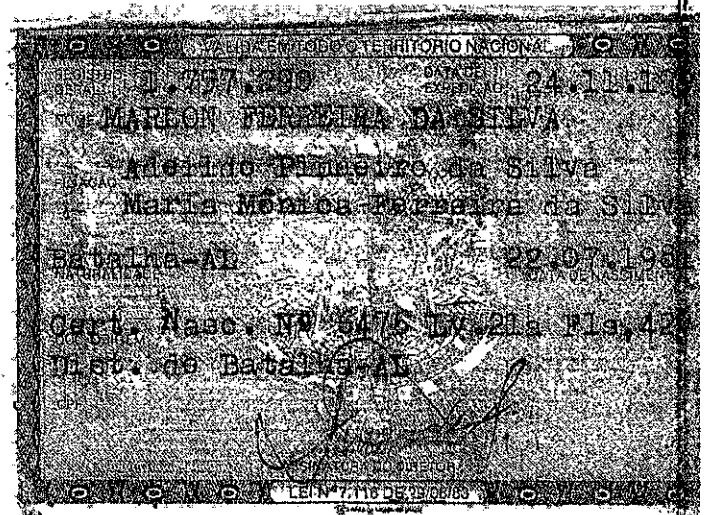
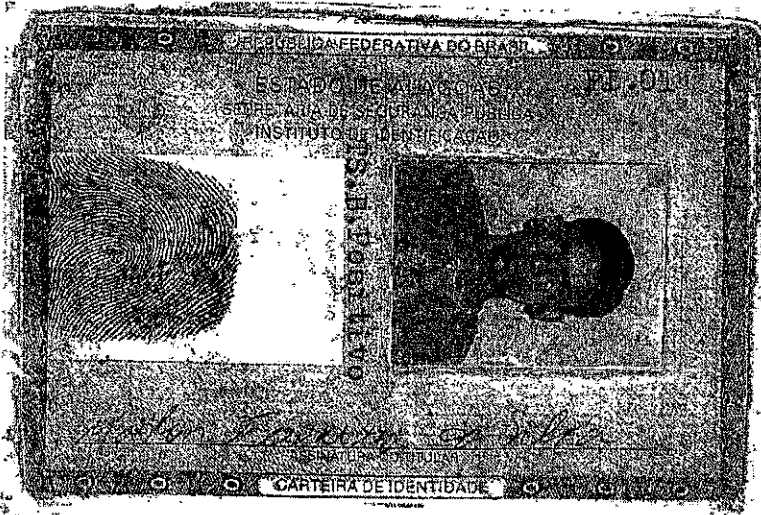
BRASIL

RECEBI

10 DE

1997

BR 499730



CONFERE C/ ORIGINAL  
EM: 05/04/2017  
SERVIDOR RESPONSÁVEL

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA**



NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>06.024.682/0001-59</b>		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA <b>28/11/2003</b>	
NOME EMPRESARIAL <b>MARIA S. DA SILVA MERCADINHO - EPP</b>					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>47.89-0-05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários</b> <b>47.89-0-07 - Comércio varejista de equipamentos para escritório</b>					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>213-5 - Empresário (Individual)</b>					
LOGRADOURO <b>R SANTA MARIA</b>			NÚMERO <b>534</b>	COMPLEMENTO	
CEP <b>57.420-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>BATALHA</b>			UF <b>AL</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO			TELEFONE		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****					
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>				DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>03/11/2005</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL *****				DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 28/03/2017 às 07:44:32 (data e hora de Brasília).

Página: 2/2

**CERTIDÃO SIMPLIFICADA**

**Certidão Simplificada para Empresárias ME ou EPP e suas Filiais**

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

**Nome Empresarial**

MARIA S DA SILVA MERCADINHO - EPP

Natureza Jurídica : 213-5 - EMPRESÁRIO

Numero de Identificação do Registro de Empresa (NIRE da Sede)  
27101027756

C.N.P.J  
06024682000159

Data de Arquivamento do Ato  
Constitutivo  
28/11/2003

Data de Início de Atividade  
28/11/2003

**Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, CEP, UF)**

RUA SANTA MARIA, 534, CENTRO, BATALHA - 57420000 - Alagoas

**Atividades Econômicas**

4711302 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - SUPERMERCADOS

4721102 - PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINÂNCIA DE REVENDA

4721103 - COMÉRCIO VAREJISTA DE LATICÍNIOS E FRIOS

4721104 - COMÉRCIO VAREJISTA DE DOCES, BALAS, BOMBONS E SEMELHANTES

4722901 - COMÉRCIO VAREJISTA DE CARNES - AÇOGUES

4722902 - PEIXARIA

4723700 - COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS

4724500 - COMÉRCIO VAREJISTA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS

4729601 - TABACARIA

4742300 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELÉTRICO

4744001 - COMÉRCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS

4744003 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS

4751201 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática

4752100 - COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICAÇÃO

4753900 - COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO

4754701 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS

4761003 - COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA

4763601 - COMÉRCIO VAREJISTA DE BRINQUEDOS E ARTIGOS RECREATIVOS

4772500 - COMÉRCIO VAREJISTA DE COSMÉTICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL

4784900 - COMÉRCIO VAREJISTA DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP)

4789004 - COMÉRCIO VAREJISTA DE ANIMAIS VIVOS E DE ARTIGOS E ALIMENTOS PARA ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO

4789005 - COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS

4789007 - COMÉRCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO

**Objeto Social**

COMERCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINANCIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS - SUPERMERCADOS, PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINANCIA DE REVENDA, COMERCIO VAREJISTA DE LATICINIOS E FRIOS, COMERCIO VAREJISTA DE DOCES, BALAS, BOMBONS E SEMELHANTES, COMERCIO VAREJISTA DE CARNES - ACOUGUES, PEIXARIA, COMERCIO VAREJISTA DE BEBIDAS, TABACARIA, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELETRICO, COMERCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIA HIDRAULICOS, COMERCIO VAREJISTA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS, COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA, COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICACAO, COMERCIO VAREJISTA DE MOVEIS, COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA, COMERCIO VAREJISTA DE COSMETICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL, COMERCIO VAREJISTA DE GAS LIQUEFEITO GLP, COMERCIO VAREJISTA DE ANIMAIS VIVOS E DE ARTIGOS E ALIMENTOS PARA ANIMAIS DE ESTIMACAO, COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITARIOS, COMERCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO, Comercio varejista de brinquedos e artigos recreativos, Comercio varejista especializado de eletrodomesticos e equipamentos de audio e video.

**Capital Social**

R\$ 120.000,00 ( Cento e Vinte Mil Reais )

Microempresa ou Empresa  
Pequeno Porte (Lei nº  
123/2006)  
Empresa de pequeno porte

**Último Arquivamento**

Data: 10/02/2017 00:00:00 Número: 20160275954

Ato: ALTERAÇÃO

Evento: ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

Situação  
REGISTRO ATIVO

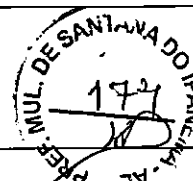
Status  
XXXXXXXXXXXXXX

Nome do Empresário(s)

MARIA SALETE DA SILVA

Identidade : 1.446.571 - SSP C.P.F. : 64875628404

Estado Civil : CASADO(A) Regime de Bens : COMUNHÃO PARCIAL DE BENS



Filiais

Empresa não Possui Filiais registrada nesta Junta.

Numero Protocolo



170054276

Local, Data

Maceió, quinta-feira, 9 de março de 2017

*Edvaldo Maiorano de Lima*

EDVALDO MAIORANO DE LIMA

Secretário(a) Geral

Este documento foi assinado digitalmente, em conformidade com a MP 2200-2/2001, por meio do e-CNPJ nº 10.279.310/0001-10 - Fundo Estadual do Registro e Comércio em quinta-feira, 9 de março de 2017 as 18:34:18

Se impresso, para conferência acesse o site: [www.juceal.al.gov.br](http://www.juceal.al.gov.br) - Opção Acesso Rápido >> Autenticidade de Certidão, e informe o número do protocolo.

*[Handwritten signatures and initials]*



Pregão Presencial nº 004/2017

Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema – AL

**CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO  
(INCISO VII DO ARTIGO 4º DA LEI Nº 10.520, DE 2002).**

A empresa Maria S. da Silva Mercadinho - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 06.024.682/0001-59, declara em atendimento ao previsto no Pregão em epígrafe, que cumpre plenamente com todos os requisitos de habilitação, em conformidade com o inciso VII, Art. 4º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ACEITAÇÃO DO TEOR DO EDITAL**

A empresa Maria S. da Silva Mercadinho - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 06.024.682/0001-59, declara em atendimento ao previsto no Pregão em epígrafe, que conhece e aceita o inteiro Teor Completo do Edital Deste Pregão Presencial, ressalvado o direito recursal, bem como de que recebeu todos os documentos e informações necessárias para o cumprimento integral das obrigações desta licitação.

**DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, OU COOPERATIVA  
ENQUADRADA NO ARTIGO 34 DA LEI Nº 11.488, DE 2007.**

A empresa MARIA S. DA SILVA MERCADINHO – EPP inscrita no CNPJ nº 06.024.682/0001-59, por intermédio de seu representante legal, DECLARA, sob as penas da lei, que é considerada microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não se incluindo nas hipóteses de exclusão previstas no §4º do artigo 3º do mesmo diploma; gozando, assim, do regime diferenciado e favorecido instituído pela referida Lei Complementar, para fins de participação na presente licitação.

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO.**

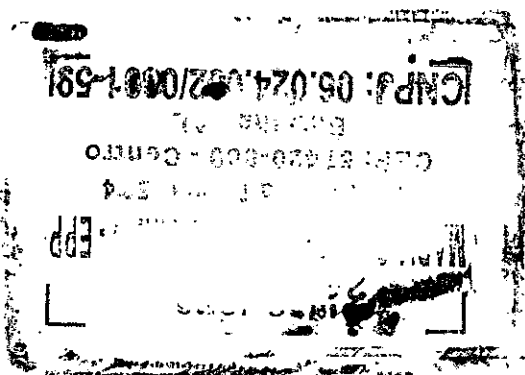
A empresa MARIA S. DA Silva Mercadinho - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 06.024.682/0001-59, declara sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no Pregão em epígrafe, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

**DECLARAÇÃO RELATIVA À PROIBIÇÃO DO TRABALHO DO MENOR (LEI Nº 9.854/99).**

Declaramos, em atendimento ao previsto no Pregão em epígrafe que não possuímos em nosso quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da constituição federal de 1998 (lei nº 9.854/99).

Batalha – AL, 05 de abril de 2017.

  
**Marlon Ferreira da Silva**  
Representante Legal





Pregão Presencial nº 004/2017

Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema – AL

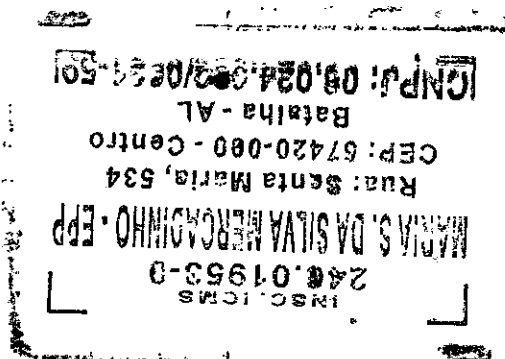
### DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

A empresa Maria S. da Silva Mercadinho - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 06.024.682/0001-59, declara para fins do disposto no Edital da presente Licitação, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- (a) A proposta apresentada para participar da presente Licitação foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da presente Licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação quanto a participar ou não da referida licitação;
- (d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- (e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- (f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Batalha – AL, 05 de abril de 2017.

  
Marlon Ferreira da Silva  
Representante Legal






ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



02/08/2011  
**PROPOSTA**





A Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema/AL  
Comissão Permanente de Licitação

Pregão Presencial nº 004/2017

Prezado Senhor,

A empresa Maria S. da Silva Mercadinho - EPP, com sede na Rua Santa Maria, nº 534 - Centro - Batalha/AL, inscrita no CNPJ sob o nº 06.024.682/0001-59, abaixo assinada por seu representante legal, interessada na participação do presente pregão, apresenta **PROPOSTA COMERCIAL**, nas seguintes condições:

**LOTE 01**

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND.	QTD.	MARCA	VALOR UNITARIO		VALOR TOTAL	
1	PEIXE FRESCO - peixe fresco de rio ou de cativeiro do tipo corvina, tamanho mínimo de acordo com a legislação vigente (IBAMA) e peso mínimo de 1kg.	Unid	5000	In Natura	R\$ 12,50	doze reais e cinquenta centavos	R\$ 62.500,00	sessenta e dois mil e quinhentos reais
Total do Lote I							R\$	62.500,00
sessenta e dois mil e quinhentos reais								



**Supermercado Kibarat**  
(82) 3531-1428

MARIA S. DA SILVA MERCADINHO - EPP  
Rua Santa Maria, nº 534 - Centro  
Batalha / AL - CEP: 57.420-000  
CNPJ: 06.024.682/0001-59  
Insc. Estadual: 246.01958-0



A Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema/AL  
Comissão Permanente de Licitação

Pregão Presencial nº 004/2017

Prezado Senhor,

A empresa Maria S. da Silva Mercadinho - EPP, com sede na Rua Santa Maria, nº 534 - Centro - Batalha/AL, inscrita no CNPJ sob o nº 06.024.682/0001-59, abaixo assinada por seu representante legal, interessada na participação do presente pregão, apresenta **PROPOSTA COMERCIAL**, nas seguintes condições:

**LOTE 02**

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND.	QTD.	MARCA	VALOR UNITARIO		VALOR TOTAL	
1	LEITE DE COCO - natural, obtido do fruto íntegro, pasteurizado e homogeneizado, obedecendo a legislação sanitária vigente, contendo procedência e validade. Embalagem em vidro com 500ml.	Unid	5000	Dicoco	R\$ 4,37	quatro reais e trinta e sete centavos	R\$ 21.850,00	vinte e um mil oitocentos e cinquenta reais
2	ARROZ POLIDO BRANCO - tipo 1, longo constituído de grãos inteiros, isento de sujidades e materiais estranhos, acondicionado em embalagem plástica apropriada, contendo validade e procedência. Embalagem com 01kg.	kg	5000	Kiarroz	R\$ 2,75	dois reais e setenta e cinco centavos	R\$ 13.750,00	treze mil setecentos e cinquenta reais
3	FARINHA DE MANDIOCA: Apresentação industrial, aspecto físico pó, com identificação do fabricante, prazo de validade e peso líquido na embalagem, validade mínima de 06 meses. Embalagem com 1kg.	kg	5000	Sorriso	R\$ 5,36	cinco reais e trinta e seis centavos	R\$ 26.800,00	vinte e seis mil e oitocentos reais
<b>Total do Lote II</b>							<b>R\$ 62.400,00</b>	
<b>sessenta e dois mil e quatrocentos reais</b>								

*[Handwritten signatures and initials]*



A Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema/AL  
Comissão Permanente de Licitação

Pregão Presencial nº 004/2017

Prezado Senhor,

A empresa Maria S. da Silva Mercadinho - EPP, com sede na Rua Santa Maria, nº 534 - Centro - Batalha/AL, inscrita no CNPJ sob o nº 06.024.682/0001-59, abaixo assinada por seu representante legal, interessada na participação do presente pregão, apresenta **PROPOSTA COMERCIAL**, nas seguintes condições:

<b>Total Geral dos Lotes</b>	<b>R\$</b>	<b>124.900,00</b>
<b>cento e vinte e quatro mil e novecentos reais</b>		

**DADOS BANCARIOS:**

Banco do Brasil

Agência: 0534-7

Conta Corrente: 94

e-mail: [marias.kibarat@gmail.com](mailto:marias.kibarat@gmail.com)

A Empresa Maria S. da Silva Mercadinho - EPP, declara que:

Em seus preços estão contidos todos os custos e despesas, tais como, e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucros, frete, carga e descarga dos materiais e outros necessários ao cumprimento integral deste edital e seus anexos;

Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços;


Está de acordo com todas as condições, prazos, garantia e outros do edital e seus anexos;

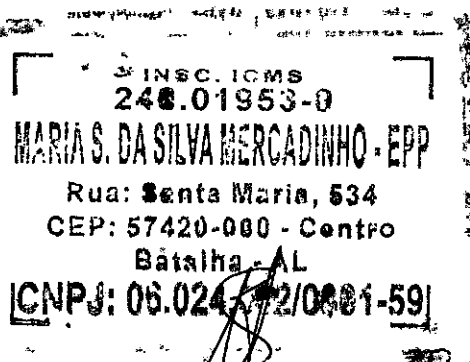
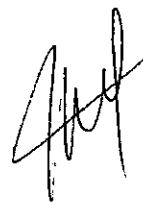
A entrega dos itens será feita tão somente após emissão de "nota de empenho", em conformidade com o artigo 60 da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que conforme seu artigo 1º estatui normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da união, dos estados, dos municípios e do distrito federal, de acordo com o disposto no art. 5º, inciso xv, letra b, da constituição federal;

O fornecimento será feito conforme especificado neste edital e seus anexos;

A validade da proposta é de sessenta dias, a partir da data de entrega da referida proposta.

Batalha - AL, 20 de março de 2017. -

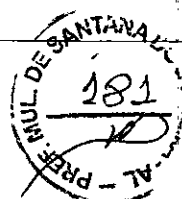
  
Marlon Ferreira da Silva  
Representante Legal



DA

INSC. ICMS  
246.01953-0  
MARIA S. DA SILVA MERCADINHO - EPP  
Rua: Santa Maria, 534  
CEP: 57420-000 - Centro  
Batalha - AL  
CNPJ: 06.024.682/0001-59

Handwritten signature



Handwritten signature



**Supermercado Kibarat**  
(82) 3531-1428

MARIA S. DA SILVA MERCADINHO - EPP  
Rua Santa Maria, nº 534 - Centro  
Batalha / AL - CEP: 57.420-000  
CNPJ: 06.024.682/0001-59  
Insc. Estadual: 246.01953-0

ENVELOPE I – PROPOSTA DE PREÇOS  
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA - AL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017  
DATA DE ABERTURA: 05/04/2017  
HORÁRIO: 15h00min

Handwritten signature

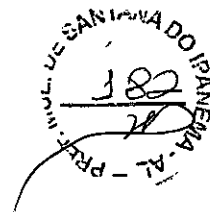
Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature



ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



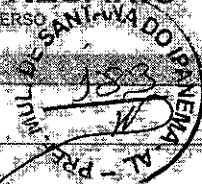
**HABILITAÇÃO**



Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior  
Secretaria do Desenvolvimento da Produção  
Departamento Nacional de Registro do Comércio

# REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO NO VERSO



NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE		NIRE DA FILIAL (preencher somente se não referente a filial)	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) <b>MARIA SALETE DA SILVA</b>			
NATURAL DE (cidade e sigla do estado) <b>PALMEIRA DOS INDIOS</b>	UF <b>AL</b>	NACIONALIDADE <b>BRASILEIRA</b>	ESTADO CIVIL <b>CASADA</b>
REGIME DE BENS (se casado) M <input type="checkbox"/> F <input checked="" type="checkbox"/> <b>COMUNHO</b>			
FILHO DE (pai) <b>LUIZ RILÓ DA SILVA</b>		(mãe) <b>EUFRAUSINA VICENCIA DA SILVA</b>	
NASCIDO EM (data de nascimento) <b>01.05.1956</b>	IDENTIDADE: número <b>1.446.571</b>	Orgão emissor <b>S.S.P</b>	UF <b>AL</b>
CPF (número) <b>648.756.284-04</b>			
EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor)			
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc.) <b>RUA SANTA MARIA</b>		NÚMERO <b>549</b>	
COMPLEMENTO <b>A</b>	BAIRRO / DISTRITO <b>CENTRO</b>	CEP <b>57420-000</b>	CODIGO DO MUNICÍPIO (uso da Junta Comercial)
MUNICÍPIO <b>BATALHA</b>		UF <b>AL</b>	
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresarial, que não possui outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do <b>ESTADO DE ALAGOAS</b>			
080		DESCRIÇÃO DO ATO <b>INSCRIÇÃO</b>	CÓDIGO DO EVENTO
		DESCRIÇÃO DO EVENTO	CÓDIGO DO EVENTO
NOME EMPRESARIAL <b>MARIA S. DA SILVA MERCADINHO</b>			
LOGRADOURO (rua, av, etc.) <b>RUA SANTA MARIA</b>		NÚMERO <b>534</b>	
COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO <b>CENTRO</b>	CEP <b>57420-000</b>	CODIGO DO MUNICÍPIO (uso da Junta Comercial)
MUNICÍPIO <b>BATALHA</b>		UF <b>AL</b>	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
VALOR DO CAPITAL - R\$ <b>20.000,00</b>	VALOR DO CAPITAL (por extenso) <b>VINTE MIL REAIS</b>		
CODIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) Atividade principal <b>5213-2/01</b>	DESCRIÇÃO DO OBJETO <b>MINI MERCADO</b>		
Atividades secundárias			
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES <b>26-11-2003</b>	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPOSITO DE ATIVIDADES DEPOSITO DE ATIVIDADES DEPOSITO DE ATIVIDADES
ASSINATURA DA FIRMA DO EMPRESÁRIO (ou pelo representante / assessor / gerente / procurador) <b>Maria S. da Silva Mercadinho</b>			
DATA DA ASSINATURA <b>26-11-2003</b>	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO <b>Maria S. da Silva</b>		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE. <b>08/11/03</b>		AUTENTICAÇÃO <b>08/11/03</b>	

**LEIA COM ATENÇÃO ESTAS INSTRUÇÕES, ANTES DE INICIAR O PREENCHIMENTO**

- 1- Preencher o formulário em quatro vias legíveis, à máquina ou à mão, com letra de forma, sem rasura.
- 2- Não preencher os campos destinados a uso da Junta Comercial.
- 3- **ESTADO CIVIL** - Declarar se é solteiro, casado, viúvo, separado judicialmente ou divorçado.
- 4- **REGIME DE BENS DO EMPRESÁRIO** - Se o empresário for casado, declarar o regime de bens (comunhão parcial, comunhão universal, participação final nos aquestos, separação de bens). A alteração do regime de bens depende de autorização judicial em pedido motivado de ambos os cônjuges, a qual deverá instruir o processo.
- 5- **IDENTIDADE** - Indicar o número, a sigla do órgão expedidor e a sigla da respectiva unidade da federação mencionados no documento de identidade. São aceitos como documento de identidade: cédula de identidade, certificado de reservista, carteira de identidade profissional, Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Carteira Nacional de Habilitação (modelo com base na Lei nº 9.503, de 23/9/97). Se o titular for estrangeiro, é exigida carteira de identidade de estrangeiro, com visto permanente.
- 6- **EMANCIPADO POR** - Caso o titular seja menor de 18 e maior de 16 anos, emancipado, deverá indicar a forma de emancipação e arquivá-la em separado. São hipóteses de emancipação: casamento; ato judicial; concessão dos pais; colação de grau em curso de ensino superior; exercício de emprego público efetivo; estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com 16 anos completos tenha economia própria.
- 7- **DECLARAÇÃO** (de desimpedimento para exercer atividade empresarial e de que não possui outra inscrição de empresário) e **REQUERIMENTO** - Complementar o nome da Junta Comercial.
- 8- **CÓDIGO DO ATO E DESCRIÇÃO DO ATO** - Preencher com o código e com a descrição do ato que está sendo praticado, conforme tabela abaixo.
- 9- **CÓDIGO DO EVENTO E DESCRIÇÃO DO EVENTO** - Preencher com o código e com a descrição de evento que está contido no ATO, conforme tabela abaixo.

CÓDIGO DO ATO / EVENTO	DESCRIÇÃO DO ATO DESCRIÇÃO DO EVENTO
080	INSCRIÇÃO
002	ALTERAÇÃO
020	ALTERAÇÃO DE NOME EMPRESARIAL
021	ALTERAÇÃO DE NOME EMPRESARIAL
022	03/025270-9 28Nov2003 08:57
023	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DAS ALAGOAS
024	Atos: 102
025	MARIA S DA SILVA MERCADINHO
026	Previsto
027	Recolhido
028	JUNTA (GR) 34.00 34.00
029	DNRC (DARF) 2.05 2.05
030	
031	ABERTURA DE FILIAL EM OUTRO PAIS
032	ALTERAÇÃO DE FILIAL EM OUTRO PAIS
033	EXTINÇÃO DE FILIAL EM OUTRO PAIS
034	TRANSFERÊNCIA DE FILIAL PARA OUTRA UF
036	INSCRIÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE FILIAL DE OUTRA UF
037	TRANSFERÊNCIA DE SEDE PARA OUTRA UF
038	INSCRIÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE SEDE DE OUTRA UF
039	REERATIFICAÇÃO
048	REATIVAÇÃO
052	EMANCIPAÇÃO
208	AUTORIZAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE POR SUCESSÃO
961	EXTINÇÃO
003	PROTEÇÃO DE NOME EMPRESARIAL
150	ALTERAÇÃO DE PROTEÇÃO DE NOME EMPRESARIAL
151	CANCELAMENTO DA PROTEÇÃO DE NOME EMPRESARIAL
152	

**EXEMPLO:**

CÓDIGO DO ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
002	ALTERAÇÃO	020	ALTERAÇÃO DE NOME EMPRESARIAL

- 10- **NOME EMPRESARIAL** - Indicar o nome completo ou abreviado do empresário, aditando, se quiser, designação mais precisa de sua pessoa (apelido ou nome como é mais conhecido) ou gênero de negócio, que deve constar do objeto. Não pode ser abreviado o último sobrenome, nem ser excluído qualquer dos componentes do nome. Não constituem sobrenome e não podem ser abreviados: FILHO, JUNIOR, NETO, SOBRINHO etc., que indicam uma ordem ou relação de parentesco.
- 11- **CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA** - Preencher com o código correspondente a cada atividade descrita no OBJETO, conforme a tabela de Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE Fiscal. Ordenar os códigos das atividades indicando a principal e as secundárias. A atividade principal corresponde aquela que proporciona maior receita esperada (quando da inscrição) ou realizada (quando da alteração).
- 12- **DESCRIÇÃO DO OBJETO** - Descrever o objeto (atividades a serem exercidas) de forma precisa e detalhada, indicando o gênero e a espécie do negócio. Não podem ser inseridos termos estrangeiros na descrição das atividades, exceto quando não houver termo correspondente em português. O objeto não poderá ser ilícito, contrário aos bons costumes ou à ordem pública. No caso de filial, vide orientação no Manual de Atos de Registro Mercantil - Empresário.
- 13- **DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES** - Preencher com a data prevista para o início das atividades a qual não poderá ser anterior à data da assinatura do Requerimento de Empresário. Se o Requerimento de Empresário for protocolado na Junta Comercial após 30 dias da data da sua assinatura pelo empresário, a data da inscrição será considerada a data do deferimento do Requerimento pela Junta Comercial e, nesse caso, a data de início de atividades não poderá ser anterior a essa. No caso dos eventos 029, 037 e 039, vide orientação no Manual de Atos de Registro Mercantil - Empresário.
- 14- **ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO** - Deverá ser aposta a assinatura da firma de acordo com o nome da empresa indicado no campo nome empresarial.
- 15- **DATA DA ASSINATURA** - Indicar o dia, mês e ano em que o Requerimento foi assinado.
- 16- **ASSINATURA DO EMPRESÁRIO** - A assinatura deve ser a que o empresário, seu representante legal ou procurador usa normalmente para o nome civil.



# REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

NIRE DA MATRIZ (NIRE DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE) 27101027755		NIRE DA FILIAL (preencher somente se não referente a (filial)) XXXXXXXXXXXXX	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviações) MARIA SALETE DA SILVA			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL CASADO	
SEXO M <input type="checkbox"/> F <input checked="" type="checkbox"/>		REGIME DE BENS (se casado) COMUNHÃO PARCIAL	
FILHO DE (pai) LUIZ GILO DA SILVA		(mãe) EUFRAUSINA VICENCIA DA SILVA	
NASCIMENTO EM (data de nascimento) 01/05/1956	IDENTIDADE (número) 1446571	Órgão emissor SSP	UF AL
EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor) XXXXXXXXXXXXX		CPF (número) 648.756.284-04	
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc) RUA SANTA MARIA		NÚMERO 549	
COMPLEMENTO A	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	CEP 57.420-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial) 40
MUNICÍPIO BATALHA			UF AL
Declaro, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresarial, que não possui outro registro de empresário e requer a JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS			
CÓDIGO DO ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERAÇÃO	CÓDIGO DO EVENTO 021	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
CÓDIGO DO EVENTO XXXXXXXXXXXXX	DESCRIÇÃO DO EVENTO XXXXXXXXXXXXX	CÓDIGO DO EVENTO XXXXXXXXXXXXX	DESCRIÇÃO DO EVENTO XXXXXXXXXXXXX
NOME EMPRESARIAL MARIA S. DA SILVA MERCADINHO ME			
LOGRADOURO (rua, av, etc) RUA SANTA MARIA		NÚMERO 534	
COMPLEMENTO XXXXXXXXXXXXX	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	CEP 57.420-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial) 40
MUNICÍPIO BATALHA	UF AL	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) XXXXXXXXXXXXX
VALOR DO CAPITAL - R\$ 80.000,00	VALOR DO CAPITAL - (por extenso) OITENTA MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (cnae) Atividade Principal 4711302 Atividade secundária XXXXXX XXXXXX XXXXXX XXXXXX XXXXXX	DESCRIÇÃO DO OBJETO COMERCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINANCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS (SUPERMERCADO)		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 28/11/2003			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 06024682000159		TRANSFERÊNCIA DE SEDE DO EMPRESÁRIO (NIRE ANTERIOR) XXXXXXXXXXXXX	
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante assistente/gestor) MARIA S. DA SILVA MERCADINHO		USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> 1-sim 3-não	
DATA DA ASSINATURA 29/06/2009		ASSINATURA DO EMPRESÁRIO MARIA SALETE DA SILVA	
FIRMA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO PREENCHER SE FOR OUVER SE 16/07/2009		AUTENTICAÇÃO JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS CERTIFICADO O REGISTRO EM: 17/07/2009 SOB Nº: 27600134148 Protocolo: 09/024569-5, DE 16/07/2009 Empresa: 27 1 0102775 5 MARIA S DA SILVA MERCADINHO ME MIRIAM FERREIRA TABOZA SECRETARIO-GERAL	

010147555



# REQUERIMENTO DE EMPRESARIO

Folhas 1/1

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 27101027756		NIRE DA FILIAL (preencher somente se não referenciado a NIRE) XXXXXXXXXXXXXX	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviações) MARIA SALETE DA SILVA			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL CASADO	
SEXO M <input type="checkbox"/> F <input checked="" type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado) COMUNHÃO PARCIAL		
FILHO DE (pai) LUIZ GILO DA SILVA		(mãe) EUFRAUSINA VICENCIA DA SILVA	
NASCIMENTO EM (data de nascimento) 01/05/1956	IDENTIDADE (número) 1446571	Órgão emissor SSP	UF AL
CPF (número) 648.756.284-04			
EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor) XXXXXXXXXXXXXX			
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc) RUA SANTA MARIA			NÚMERO 549
COMPLEMENTO A	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	CEP 57.420-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (uso da Junta Comercial) 40
MUNICÍPIO BATALHA			UF AL
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresarial, que não possui outro registro de empresário e requer a JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS			
CÓDIGO DO ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERAÇÃO	CÓDIGO DO EVENTO 021	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
CÓDIGO DO EVENTO XXXXXXXXXXXXXX	DESCRIÇÃO DO EVENTO XXXXXXXXXXXXXX	CÓDIGO DO EVENTO XXXXXXXXXXXXXX	DESCRIÇÃO DO EVENTO XXXXXXXXXXXXXX
NOME EMPRESARIAL MARIA S. DA SILVA MERCADINHO ME			
LOGRADOURO (rua, av, etc) RUA SANTA MARIA			NÚMERO 534
COMPLEMENTO XXXXXXXXXXXXXX	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	CEP 57.420-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (uso da Junta Comercial) 40
MUNICÍPIO BATALHA	UF AL	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) XXXXXXXXXXXXXX
VALOR DO CAPITAL - R\$ 120.000,00	VALOR DO CAPITAL - (por extenso) CENTO E VINTE MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (cnae) Atividade Principal 4711302 Atividade secundária 4751200 4761003 4772500 XXXXXXX XXXXXXX XXXXXXX	DESCRIÇÃO DO OBJETO COMERCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINANCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS (SUPERMERCADO) COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA COMERCIO VAREJISTA DE COSMETICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 28/11/2003	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 06024682000159	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR XXXXXXXXXXXXXX	UF XX
USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> 1-SEM 2-SEM			
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/estabelecimento) MARIA S. DA SILVA MERCADINHO ME			
DATA DA ASSINATURA 29/06/2009	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO MARIA SALETE DA SILVA		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE 23/12/09 José Guedes Filho Delegado	AUTENTICA 23/12/09 MIRIAM FERREIRA TABOZA SECRETARIO GERAL	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS CERTIFICO O REGISTRO EM: 23/12/2009 SOB Nº: 27600141908 Protocolo: 09/047988-2, DE 17/12/2009 Empresa: 27101027756 MARIA S DA SILVA MERCADINHO ME MIRIAM FERREIRA TABOZA SECRETARIO GERAL	



Secretaria da Micro e Pequena Empresa  
Secretaria da Racionalização e Simplificação  
Departamento de Registro Empresarial e Integração



# REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 1/3

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 27101027756		NIRE DA FILIAL (preencher somente se não referente a filial) XXX	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviações) MARIA SALETE DA SILVA			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL CASADO(A)	
SEXO Feminino	REGIME DE BENS (se casado) Comunhão Parcial		
FILHO DE (pai) LUIZ GILO DA SILVA		(mãe) EUFRAUSINA VICENCIA DA SILVA	
NASCIDO EM (data de nascimento) 01/05/1956	IDENTIDADE (número) 1446571	Órgão emissor SSP	UF AL
CPF (número) -648.756.284-04			
EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor) XXX			
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc) RUA SANTA MARIA		NÚMERO 549	
COMPLEMENTO A	BAIRRO-DISTRITO CENTRO	CEP 57420-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial) 000040 - Batalha
MUNICÍPIO Batalha		UF AL	
Declaro, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresarial, que não possui outro registro de empresário e requer:			
A JUNTA COMERCIAL DO Estado de Alagoas		A JUNTA COMERCIAL DO XXX	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 002 - ALTERAÇÃO		CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO XXX	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 021 (I) ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)		CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO XXX	
NOME EMPRESARIAL MARIA S DA SILVA MERCADINHO - EPP			
LOGRADOURO (rua, av, etc) RUA SANTA MARIA		NÚMERO 534	
COMPLEMENTO XXX	BAIRRO-DISTRITO CENTRO	CEP 57420-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial) 000040 - Batalha
MUNICÍPIO Batalha	UF AL	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) XXX
VALOR DO CAPITAL - R\$ 120.000,00	VALOR DO CAPITAL - (por extenso) cento e vinte mil reais		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) Atividade Principal 4711302 Atividade Secundária 4721102, 4721103, 4721104, 4722901, 4722902, 4723700, 4724500, 4729601, 4742300, 4744001, 4744003, 4751201, 4752100, 4753900, 4754701, 4761003, 4763601, 4772500	Descrição do Objeto COMERCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINANCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - SUPERMERCADOS, PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINANCIA DE REVENDA, COMERCIO VAREJISTA DE LATICÍNIOS E FRIOS, COMERCIO VAREJISTA DE DOCES, BALAS, BOMBONS E SEMELHANTES, COMERCIO VAREJISTA DE CARNES - ACOUGUES, PEIXARIA, COMERCIO VAREJISTA DE BEBIDAS, TABACARIA, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELETRICO, COMERCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRAULICOS,		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 28/11/2003	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 06.024.682/0001-59	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF AL
DATA ASSINATURA 25/01/2017	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO MARIA SALETE DA SILVA		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL		AUTENTICAÇÃO	
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE		AUTENTICAÇÃO	
		AL1170000644091	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

\* Este documento foi gerado no portal Facilita Alagoas



CERTIFICO O REGISTRO EM 10/02/2017 13:42 SOB N° 20160275954.  
PROTOCOLO: 160275954 DE 10/02/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11700550345. NIRE: 27101027756.  
MARIA S DA SILVA MERCADINHO - EPP

Edvaldo Maiorano de Lima  
SECRETÁRIO-GERAL  
MACEIÓ, 10/02/2017  
www.facilita.al.gov.br



Secretaria da Micro e Pequena Empresa  
Secretaria da Racionalização e Simplificação  
Departamento de Registro Empresarial e Integração

# REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 2/3

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 27101027756		NIRE DA FILIAL (preencher somente se não referente a filial) XXX	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviações) MARIA SALETE DA SILVA			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL CASADO(A)	
SEXO Feminino	REGIME DE BENS (se casado) Comunhão Parcial		
FILHO DE (pai) LUIZ GILO DA SILVA		(mãe) EUFRAUSINA VICENCIA DA SILVA	
NASCIDO EM (data de nascimento) 01/05/1956	IDENTIDADE (número) 1446571	Órgão emissor SSP	UF AL
EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor) XXX		CPF (número) 648.756.284-04	
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av. etc) RUA SANTA MARIA		NÚMERO 549	
COMPLEMENTO A	BAIRRO-DISTRITO CENTRO	CEP 57420-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial) 000040 - Batalha
MUNICÍPIO Batalha		UF AL	
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresarial, que não possui outro registro de empresário e requer:			
A JUNTA COMERCIAL DO Estado de Alagoas		A JUNTA COMERCIAL DO XXX	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 002 - ALTERAÇÃO		CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO XXX	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 021 (1) ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)		CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO XXX	
NOME EMPRESARIAL MARIA S DA SILVA MERCADINHO - EPP			
LOGRADOURO (rua, av. etc) RUA SANTA MARIA		NÚMERO 534	
COMPLEMENTO XXX	BAIRRO-DISTRITO CENTRO	CEP 57420-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial) 000040 - Batalha
MUNICÍPIO Batalha	UF AL	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) XXX
VALOR DO CAPITAL - R\$ 120.000,00	VALOR DO CAPITAL - (por extenso) cento e vinte mil reais		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) Atividade Principal 4711302 Atividade Secundária 4784900, 4789004, 4789005, 4789007	Descrição do Objeto COMERCIO VAREJISTA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS, COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA, COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICACAO, COMERCIO VAREJISTA DE MOVEIS, COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA, COMERCIO VAREJISTA DE COSMETICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL, COMERCIO VAREJISTA DE GAS LIQUEFEITO GLP, COMERCIO VAREJISTA DE ANIMAIS VIVOS E DE ARTIGOS E ALIMENTOS PARA ANIMAIS DE ESTIMACAO,		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 28/11/2003	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 06.024.682/0001-59	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO
DATA ASSINATURA 25/01/2017	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO MARIA SALETE DA SILVA		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL		AUTENTICAÇÃO	
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE		AL1170000644091	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

\* Este documento foi gerado no portal Facilita Alagoas



CERTIFICO O REGISTRO EM 10/02/2017 13:42 SOB Nº 20160275954.  
PROTOCOLO: 160275954 DE 10/02/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11700550345. NIRE: 27101027756.  
MARIA S DA SILVA MERCADINHO - EPP


Edvaldo Maiorano de Lima  
SECRETÁRIO-GERAL  
MACEIÓ, 10/02/2017  
www.facilita.al.gov.br



Secretaria da Micro e Pequena Empresa  
Secretaria da Racionalização e Simplificação  
Departamento de Registro Empresarial e Integração

# REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 1

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 27101027756		NIRE DA FILIAL (preencher somente se não referente a filial) XXX	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviações) MARIA SALETE DA SILVA			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL CASADO(A)	
SEXO Feminino	REGIME DE BENS (se casado) Comunhão Parcial		
FILHO DE (pai) LUIZ GILO DA SILVA		(mãe) EUFRAUSINA VICENCIA DA SILVA	
NASCIDO EM (data de nascimento) 01/05/1956	IDENTIDADE (número) 1446571	Órgão emissor SSP	UF AL
CPF (número) 648.756.284-04			
EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor) XXX			
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc) RUA SANTA MARIA		NÚMERO 549	
COMPLEMENTO A	BAIRRO-DISTRITO CENTRO	CEP 57420-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial) 000040 - Batalha
MUNICÍPIO Batalha		UF AL	
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresarial, que não possui outro registro de empresário e requer:			
A JUNTA COMERCIAL DO Estado de Alagoas		A JUNTA COMERCIAL DO XXX	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 002 - ALTERAÇÃO		CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO XXX	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 021 (1) ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)		CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO XXX	
NOME EMPRESARIAL MARIA S DA SILVA MERCADINHO - EPP			
LOGRADOURO (rua, av, etc) RUA SANTA MARIA		NÚMERO 534	
COMPLEMENTO XXX	BAIRRO-DISTRITO CENTRO	CEP 57420-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial) 000040 - Batalha
MUNICÍPIO Batalha	UF AL	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) XXX
VALOR DO CAPITAL - R\$ 120.000,00	VALOR DO CAPITAL - (por extenso) cento e vinte mil reais		
CODIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE FISCAL) Atividade Principal 4711302 Atividade Secundária 4721102, 4721103, 4721104, 4722901, 4722902, 4723700, 4724500, 4729601, 4742300, 4744001, 4744003, 4751201, 4752100, 4753900, 4754701, 4761003, 4763601, 4772500	Descrição do Objeto COMERCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINANCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - SUPERMERCADOS, PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINANCIA DE REVENDA, COMERCIO VAREJISTA DE LATICÍNIOS E FRIOS, COMERCIO VAREJISTA DE DOCES, BALAS, BOMBONS E SEMELHANTES, COMERCIO VAREJISTA DE CARNES - ACOUGUES, PEIXARIA, COMERCIO VAREJISTA DE BEBIDAS, TABACARIA, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELETRICO, COMERCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRAULICOS,		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 28/11/2003	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 06.024.682/0001-59	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF AL
DATA ASSINATURA 25/01/2017	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO MARIA SALETE DA SILVA		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE		AUTENTICAÇÃO	
		 AL117000644091	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

\* Este documento foi gerado no portal Facilita Alagoas



CERTIFICO O REGISTRO EM 10/02/2017 13:42 SOB Nº 20160275954.  
PROTOCOLO: 160275954 DE 10/02/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11700550345. NIRE: 27101027756.  
MARIA S DA SILVA MERCADINHO - EPP

Edvaldo Maiorano de Lima  
SECRETÁRIO-GERAL  
MACEIÓ, 10/02/2017  
www.facilita.al.gov.br



Secretaria da Micro e Pequena Empresa  
Secretaria da Racionalização e Simplificação  
Departamento de Registro Empresarial e Integração



# REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 2/3

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 27101027756		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial) XXX	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas) MARIA SALETE DA SILVA			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL CASADO(A)	
SEXO Feminino	REGIME DE BENS (se casado) Comunhão Parcial		
FILHO DE (pai) LUIZ GILO DA SILVA		(mãe) EUFRAUSINA VICENCIA DA SILVA	
NASCIDO EM (data de nascimento) 01/05/1956	IDENTIDADE (número) 1446571	Órgão emissor SSP	UF AL
CPF (número) 648.756.284-04			
EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor) XXX			
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc) RUA SANTA MARIA			
CUMPLEMENTO A	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	CEP 57420-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial) 000040 - Batalha
MUNICÍPIO Batalha		UF AL	
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresarial, que não possui outro registro de empresário e requer:			
A JUNTA COMERCIAL DO Estado de Alagoas		A JUNTA COMERCIAL DO XXX	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 002 - ALTERAÇÃO		CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO XXX	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 021 (I) ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)		CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO XXX	
NOME EMPRESARIAL MARIA S DA SILVA MERCADINHO - EPP			
(LOGRADOURO - rua, av, etc) RUA SANTA MARIA		NÚMERO 534	
CUMPLEMENTO XXX	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	CEP 57420-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial) 000040 - Batalha
MUNICÍPIO Batalha	UF AL	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) XXX
VALOR DO CAPITAL - R\$ 120.000,00	VALOR DO CAPITAL - (por extenso) cento e vinte mil reais		
CODIGO DE ATIVIDADE ECONOMICA (CNAE Fiscal) Atividade Principal 4711302 Atividade Secundária 4784900, 4789004, 4789005, 4789007	Descrição de Objeto COMERCIO VAREJISTA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS, COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA, COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICACAO, COMERCIO VAREJISTA DE MOVEIS, COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA, COMERCIO VAREJISTA DE COSMETICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL, COMERCIO VAREJISTA DE GAS LIQUEFEITO GLP, COMERCIO VAREJISTA DE ANIMAIS VIVOS E DE ARTIGOS E ALIMENTOS PARA ANIMAIS DE ESTIMACAO.		
DATA DE INICIO DAS ATIVIDADES 28/11/2003	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 06.024.682/0001-59	TRANSPERENCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF AL
DATA ASSINATURA 25/01/2017		ASSINATURA DO EMPRESÁRIO <i>Maria Salete da Silva</i>	
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE		AUTENTICAÇÃO	
		 AL117000644091	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

\* Este documento foi gerado no portal Facilita Alagoas



CERTIFICO O REGISTRO EM 10/02/2017 13:42 SOB Nº 20160275954.  
PROTOCOLO: 160275954 DE 10/02/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11700550345. NIRE: 27101027756.  
MARIA S DA SILVA MERCADINHO - EPP


Edvaldo Maiorano de Lima  
SECRETÁRIO-GERAL  
MACEIÓ, 10/02/2017  
www.facilita.al.gov.br



Secretaria da Micro e Pequena Empresa  
Secretaria da Racionalização e Simplificação  
Departamento de Registro Empresarial e Integração

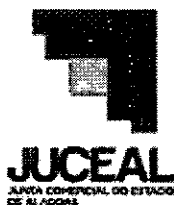
# REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO



NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 27101027756		NIRE DA FILIAL (preencher somente se não referir a filial) XXX	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviações) MARIA SALETE DA SILVA			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL CASADO(A)	
SEXO Feminino	REGIME DE BENS (se casado) Comunhão Parcial		
FILHO DE (pai) LUIZ GILO DA SILVA		(mãe) EUFRAUSINA VICENCIA DA SILVA	
NASCIDO EM (data de nascimento) 01/05/1956	IDENTIDADE (número) 1446571	Órgão emissor SSP	UF AL
CPF (número) 648.756.284-04			
FILIADO POR (forma de constituição - somente no caso de menor) XXX			
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc) RUA SANTA MARIA		NÚMERO 549	
COMPLEMENTO A	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	CEP 57420-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (uso da Junta Comercial) 000040 - Batalha
MUNICÍPIO Batalha	UF AL		
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresarial, que não possui outro registro de empresário e requer:			
A JUNTA COMERCIAL DO Estado de Alagoas		A JUNTA COMERCIAL DO XXX	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 002 - ALTERAÇÃO		CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO XXX	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 021 (1) ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)		CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO XXX	
NOME EMPRESARIAL MARIA S DA SILVA MERCADINHO - EPP			
LOGRADOURO (rua, av, etc) RUA SANTA MARIA		NÚMERO 534	
COMPLEMENTO XXX	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	CEP 57420-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (uso da Junta Comercial) 000040 - Batalha
MUNICÍPIO Batalha	UF AL	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) XXX
VALOR DO CAPITAL - R\$ 120.000,00	VALOR DO CAPITAL - (por extenso) cento e vinte mil reais		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) Atividade Principal 4711302 Atividade Secundária	Descrição do Objeto COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITARIOS, COMERCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO, Comercio varejista de brinquedos e artigos recreativos, Comercio varejista especializado de eletrodomesticos e equipamentos de audio e video.		
DATA DE INICIO DAS ATIVIDADES 28/11/2003	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 06.024.682/0001-59	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF
DATA ASSINATURA 25/01/2017	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO <i>Maria Salete da Silva</i>		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE		AUTENTICAÇÃO	
		 AL1170000644091	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

\* Este documento foi gerado no portal Facilita Alagoas



CERTIFICO O REGISTRO EM 10/02/2017 13:42 SOB Nº 20160275954.  
PROTOCOLO: 160275954 DE 10/02/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11700550345. NIRE: 27101027756.  
MARIA S DA SILVA MERCADINHO - EPP

Edvaldo Maiorano de Lima  
SECRETÁRIO-GERAL  
MACEIÓ, 10/02/2017  
www.facilita.al.gov.br

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>06.024.682/0001-59</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>28/11/2003</b>
NOME EMPRESARIAL <b>MARIA S. DA SILVA MERCADINHO - EPP</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>MERCADINHO KIBARATO</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>47.11-3-02 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>47.21-1-02 - Padaria e confeitaria com predominância de revenda</b> <b>47.21-1-03 - Comércio varejista de laticínios e frios</b> <b>47.21-1-04 - Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes</b> <b>47.22-9-01 - Comércio varejista de carnes - açougues</b> <b>47.22-9-02 - Peixaria</b> <b>47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas</b> <b>47.24-5-00 - Comércio varejista de hortifrutigranjeiros</b> <b>47.29-6-01 - Tabacaria</b> <b>47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico</b> <b>47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas</b> <b>47.44-0-03 - Comércio varejista de materiais hidráulicos</b> <b>47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática</b> <b>47.52-1-00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação</b> <b>47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo</b> <b>47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis</b> <b>47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria</b> <b>47.63-6-01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos</b> <b>47.72-5-00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal</b> <b>47.84-9-00 - Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)</b> <b>47.89-0-04 - Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>213-5 - Empresário (Individual)</b>			
LOGRADOURO <b>R SANTA MARIA</b>	NÚMERO <b>534</b>	COMPLEMENTO	
CEP <b>57.420-000</b>	BARRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>BATALHA</b>	UF <b>AL</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>03/11/2005</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **28/03/2017** às **07:44:32** (data e hora de Brasília).

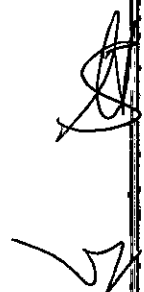
Página: 1/2

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>			
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>					
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>06.024.682/0001-59</b>		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA <b>28/11/2003</b>	
NOME EMPRESARIAL <b>MARIA S. DA SILVA MERCADINHO - EPP</b>					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>47.89-0-05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários</b> <b>47.89-0-07 - Comércio varejista de equipamentos para escritório</b>					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>213-5 - Empresário (Individual)</b>					
LOGRADOURO <b>R SANTA MARIA</b>		NÚMERO <b>534</b>		COMPLEMENTO	
CEP <b>57.420-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>BATALHA</b>		UF <b>AL</b>	
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE			
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****					
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>				DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>03/11/2005</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL *****				DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 28/03/2017 às 07:44:32 (data e hora de Brasília).

Página: 2/2







## Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas

Superintendência de Receita Estadual - SRE

Secretaria Adjunta da Receita Estadual

Diretoria de Cadastro

Sexta-feira, 31 de Março de 2017



## Sistema de Emissão da Ficha Cadastral do Contribuinte - FIC On-Line

## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

**Contribuinte,** Confira os dados de Identificação da Empresa e, se houver qualquer divergência, providencie junto à SEFAZ a sua atualização cadastral.

As informações contidas nesta ficha carecem de verificação junto a SEFAZ para comprovação da idoneidade dos dados contidos.

 <b>Secretaria Coordenadora de Planejamento, Gestão e Finanças - PGF</b> Secretaria Executiva de Fazenda do Estado de Alagoas - SEFAZ Secretaria Adjunta da Receita Estadual - SARE Diretoria de Cadastro - DICAD		
NÚMERO CACEAL <b>246.01953-0</b> CNPJ/CPF <b>06.024.682/0001-59</b>	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	INÍCIO DE ATIVIDADE <b>01/06/2006</b> OPTANTE PELO SIMPLES? <b>SIM</b>
RAZÃO SOCIAL <b>MARIA S. DA SILVA MERCADINHO - EPP</b>		
NOME DE FANTASIA <b>MERCADINHO KIBARATO</b>		
CÓDIGO - DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA <b>4711302 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados (PRINCIPAL)</b> <b>4721103 - Comércio varejista de laticínios e frios</b> <b>4721104 - Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes</b> <b>4722901 - Comércio varejista de carnes - açougues</b> <b>4722902 - Peixaria</b> <b>4723700 - Comércio varejista de bebidas</b> <b>4724500 - Comércio varejista de hortifrutigranjeiros</b> <b>4729601 - Tabacaria</b> <b>4742300 - Comércio varejista de material elétrico</b> <b>4744001 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas</b> <b>4744003 - Comércio varejista de materiais hidráulicos</b> <b>4752100 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação</b> <b>4753900 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo</b> <b>4754701 - Comércio varejista de móveis</b> <b>4761003 - Comércio varejista de artigos de papelaria</b> <b>4763601 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos</b> <b>4772500 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal</b> <b>4784900 - Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)</b> <b>4789004 - Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação</b> <b>4789005 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários</b> <b>4789007 - Comércio varejista de equipamentos para escritório</b> <b>4751201 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática</b> <b>4721102 - Padaria e confeitaria com predominância de revenda</b>		
CÓDIGO - DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>11 - EMPRESA INDIVIDUAL</b>		
LOGRADOURO <b>R SANTA MARIA</b>	NÚMERO <b>534</b>	COMPLEMENTO
CEP <b>57420-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>BATALHA</b>
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		UF <b>AL</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>31/3/2017</b>

Data de Emissão: **Sexta, 31 de Março de 2017, às 20:37:00** (data e hora de Brasília).

Para qualquer sugestão ligar para:



**CERTIDÃO SIMPLIFICADA**

**Certidão Simplificada para Empresárias ME ou EPP e suas Filiais**

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

**Nome Empresarial**

MARIA S DA SILVA MERCADINHO - EPP

Natureza Jurídica : 213-5 - EMPRESÁRIO

Numero de Identificação do Registro de Empresa (NIRE da Sede)  
**27101027756**

C.N.P.J  
**06024682000159**

Data de Arquivamento do Ato  
Constitutivo  
**28/11/2003**

Data de Início de Atividade  
**28/11/2003**

**Endereço Completo (Logradouro, N° e Complemento, Bairro, Cidade, CEP, UF)**

RUA SANTA MARIA, 534, , CENTRO, BATALHA - 57420000 - Alagoas

**Atividades Econômicas**

4711302 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - SUPERMERCADOS

4721102 - PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINÂNCIA DE REVENDA

4721103 - COMÉRCIO VAREJISTA DE LATICÍNIOS E FRIOS

4721104 - COMÉRCIO VAREJISTA DE DOCES, BALAS, BOMBONS E SEMELHANTES

4722901 - COMÉRCIO VAREJISTA DE CARNES - AÇUGUES

4722902 - PEIXARIA

4723700 - COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS

4724500 - COMÉRCIO VAREJISTA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS

4729601 - TABACARIA

4742300 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELÉTRICO

4744001 - COMÉRCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS

4744003 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS

4751201 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática

4752100 - COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICAÇÃO

4753900 - COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO

4754701 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS

4761003 - COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA

4763601 - COMÉRCIO VAREJISTA DE BRINQUEDOS E ARTIGOS RECREATIVOS

4772500 - COMÉRCIO VAREJISTA DE COSMÉTICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL

4784900 - COMÉRCIO VAREJISTA DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP)

4789004 - COMÉRCIO VAREJISTA DE ANIMAIS VIVOS E DE ARTIGOS E ALIMENTOS PARA ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO

4789005 - COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS

4789007 - COMÉRCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO

**Objeto Social**

COMERCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINANCIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS - SUPERMERCADOS, PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINANCIA DE REVENDA, COMERCIO VAREJISTA DE LATICINIOS E FRIOS, COMERCIO VAREJISTA DE DOCES, BALAS, BOMBONS E SEMELHANTES, COMERCIO VAREJISTA DE CARNES - ACOUGUES, PEIXARIA, COMERCIO VAREJISTA DE BEBIDAS, TABACARIA, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELETRICO, COMERCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIA HIDRAULICOS, COMERCIO VAREJISTA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS, COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA, COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICACAO, COMERCIO VAREJISTA DE MOVEIS, COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA, COMERCIO VAREJISTA DE COSMETICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL, COMERCIO VAREJISTA DE GAS LIQUEFEITO GLP, COMERCIO VAREJISTA DE ANIMAIS VIVOS E DE ARTIGOS E ALIMENTOS PARA ANIMAIS DE ESTIMACAO, COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITARIOS, COMERCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO, Comercio varejista de brinquedos e artigos recreativos, Comercio varejista especializado de eletrodomesticos e equipamentos de audio e video.

**Capital Social**

R\$ 120.000,00 ( Cento e Vinte Mil Reais )

Microempresa ou Empresa  
Pequeno Porte (Lei nº  
123/2006)  
Empresa de pequeno porte

**Último Arquivamento**

Data: 10/02/2017 00:00:00 Número: 20160275954

Ato: ALTERAÇÃO

Evento: ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

Situação  
REGISTRO ATIVO

Status  
XXXXXXXXXXXXXX

**Nome do Empresário(s)**

MARIA SALETE DA SILVA

Identidade : 1.446.571 - SSP C.P.F. : 64875628404

Estado Civil : CASADO(A) Regime de Bens : COMUNHÃO PARCIAL DE BENS

**Filiais**

Empresa não Possui Filiais registrada nesta Junta.

Numero Protocolo



170054276

Local, Data

Maceió, quinta-feira, 9 de março de 2017

EDVALDO MAIORANO DE LIMA

Secretário(a) Geral

Este documento foi assinado digitalmente, em conformidade com a MP 2200-2/2001, por meio do e-CNPJ nº 10.279.310/0001-10 - Fundo Estadual do Registro e Comércio em quinta-feira, 9 de março de 2017 as 18:34:18

Se impresso, para conferência acesse o site: [www.juceal.al.gov.br](http://www.juceal.al.gov.br) - Opção Acesso Rápido >> Autenticidade de Certidão, e informe o número do protocolo.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS  
TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: MARIA S. DA SILVA MERCADINHO - EPP**  
**CNPJ: 06.024.682/0001-59**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.

Emitida às 21:25:38 do dia 28/03/2017 <hora e data de Brasília>.

Válida até 24/09/2017.

Código de controle da certidão: **4169.E4B7.4FA2.9412**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



GOVERNO DE ALAGOAS  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
SUPERINTENDÊNCIA DA RECEITA ESTADUAL  
DIRETORIA DE ARRECAÇÃO E CRÉDITO TRIBUTÁRIO

**Certidão Negativa de Débitos**

**Razão Social:** MARIA S. DA SILVA MERCADINHO - EPP - REGULAR

**CNPJ :** 06024682000159

Ressalvado o direito de a Fazenda estadual cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, até a presente data, débitos inscritos em Dívida Ativa.

Certidão expedida com base na Portaria SARE nº 62, de 23 de julho de 2004.

Emitida às 13:11:52 do dia 24/02/17

Válida até 25/04/2017.

Código de controle da certidão: EFC0-6B82-1939-4520

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas, através do endereço <http://www.sefaz.al.gov.br/certidao>.

Certidão expedida gratuitamente.

*Handwritten signature and initials.*



## Secretaria Municipal de Finanças

Rua Padre Daniel Bezerra, 99 - Centro - Batalha/AL. Fone: 0XX82-3331-1320 CEP: 57.420-000  
CNPJ: 12.250.056/0001-83 Email: [prefeituramunicipaldebatalha.al@hotmail.com](mailto:prefeituramunicipaldebatalha.al@hotmail.com)

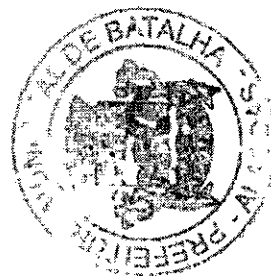
# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS

De acordo com a Lei Municipal nº 547/2008. CAPÍTULO 'V'. Certificado para os devidos fins que revendo nos arquivos de lançamentos desta Prefeitura, no setor de tributos e arrecadações com inscrição municipal no (Cadastro Técnico Econômico Social) TL Nº 0059 neles constatei que a empresa, MARIA S. DA SILVA - MERCADINHO - EPP cadastrada com CNPJ sob número 06.024.682/0001-59, localizado á Rua Santa Maria, 534 Batalha/AL, não possui debito com a Fazenda Municipal.

Validade: 03 meses.

E por ser verdade assino a presente Certidão;

Batalha/AL, 07 de Fevereiro de 2017.

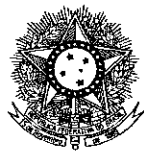


CONFERE CI ORIGINAL  
EM: 07/02/2017

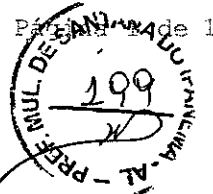
SERVIDOR RESPONSÁVEL

AGNELDO LIMA DE OLIVEIRA  
Chefe do Setor de Tributos e Arrecadação  
MATRÍCULA Nº 12.250.056/0001-83





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO



## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: MARIA S. DA SILVA MERCADINHO - EPP

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 06.024.682/0001-59

Certidão nº: 122404681/2016

Expedição: 29/12/2016, às 12:43:14

Validade: 26/06/2017 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MARIA S. DA SILVA MERCADINHO - EPP**  
(MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº  
**06.024.682/0001-59, NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores  
Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

IMPRIMIR

VOLTAR



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 06024682/0001-59  
**Razão Social:** MARIA S DA SILVA MERCADINHO  
**Nome Fantasia:** MERCADINHO KIBARATO  
**Endereço:** R SANTA MARIA 534 / CENTRO / BATALHA / AL / 57420-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

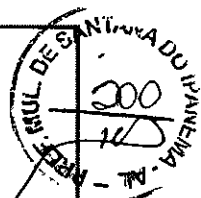
O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 28/03/2017 a 26/04/2017

**Certificação Número:** 2017032802474175423284

Informação obtida em 31/03/2017, às 17:34:36.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**www.caixa.gov.br**





PODER  
JUDICIÁRIO  
DE ALAGOAS

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE ESTADO DE ALAGOAS

Comarca de Maceió

**CERTIDÃO ESTADUAL****FALÊNCIA, INSOLVÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E  
CONCORDATA****CERTIDÃO Nº: 001972480****FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

Certifico que, pesquisando os registros de distribuição de feitos do Estado de Alagoas, no período de 10 anos, verifiquei NÃO CONSTAR distribuições em nome de:

**MARIA S. DA SILVA MERCADINHO - EPP, vinculado ao CNPJ: 06.024.682/0001-59 \*\*\*\*\***

Certifico ainda que a pesquisa acima refere-se a AÇÕES DE FALÊNCIA, INSOLVÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONCORDATA em andamento nas unidades judiciárias do Poder Judiciário do Estado de Alagoas, com as ressalvas abaixo:

**Observações:**

- 1 - A presente certidão foi emitida de acordo com a Resolução nº. 121/2010 do CNJ;
- 2 - A presente certidão não abrange eventuais ações de FALÊNCIA em que a pessoa a respeito da qual é expedida figure no pólo ativo;
- 3 - Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ;
- 4 - Esta certidão não contempla os processos em tramitação no 2º grau de jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, que deverão ser objeto de certidões específicas;
- 5 - A exatidão dos dados pessoais fornecidos para pesquisa é de inteira responsabilidade da parte interessada.
- 6 - A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas ([www.tjal.jus.br](http://www.tjal.jus.br)).

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias.

Maceió, terça-feira, 28 de março de 2017 às 18h39min.

**PEDIDO Nº:****001972480**



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE FEIRA GRANDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Rua Aureliano Luiz Pereira - Centro - Feira Grande - Estado de Alagoas.  
CNPJ nº 12.207.528/0001-15 - CEP 57.340-000 - fgalsmas@hotmail.com



## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que se fizerem necessários que a empresa **Maria S. da Silva Mercadinho - EPP**, inscrita no CNPJ: 06.024.682/0001-59, sediada a Rua Santa Maria- Bairro Centro em Batalha - Alagoas, tem fornecido Gêneros Alimentícios, Cestas Básicas e Peixes Congelados; Material de Limpeza; Material de Expediente e Didático; Material de Informática e Derivados; Eletrodomésticos e Eletroeletrônicos; Moveis Escolares e para Escritório.

Tendo desempenhado a prestação do seu serviço e fornecimento dos produtos a contento, no que se refere ao prazo de entrega, a quantidade e qualidade dos produtos e os demais requisitos exigidos pela Secretaria de Assistência Social, sem nada que o desabone.

Batalha - AL, 16 de Janeiro de 2016.



*Euliane Valéria Soares Sarmento*

Euliane Valeria Soares Sarmento  
Secretária Municipal Adj. de Assistência Social



Maria de Lourdes Melo  
Tabeliã Pública  
Cláudia Mª de Melo Lima  
Margarida de Macedo Fernandes  
Substitutas

3º SERVIÇO NOTARIAL  
Rua Estudante José de Oliveira Leite, nº 150  
Arapiraca/AL - Fone/Fax (82) 3521-3224  
Reconheço por Semelhança a(s) Firma(s) de:

*Euliane Valéria Soares Sarmento*

Em Testemunho *Cláudia Mª de Melo Lima* da Verdade.  
Arapiraca/AL, 16 de 01 de 2016

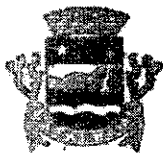
Tabeliã  
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

CONFERE C/ ORIGINAL

EM: 08/01/2016

SERVIDOR RESPONSÁVEL

*[Handwritten signatures and initials]*



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BATALHA

Secretaria Municipal de Saúde


RUA VALDOMIRO MADEIRO n.º 26 - CENTRO - BATALHA

FONE: 3531-1233

ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA

Atesto para os devidos fins que se fizerem necessários que a Empresa **Maria S. da Silva Mercadinho - EPP** - com o CNPJ 06.024.682/0001-59, com endereço na Rua Santa Maria nº 534, Centro, Município de Batalha, Estado de Alagoas vem participando de Certames de Licitações Ocorridos nesta Prefeitura, nas modalidades: tomada de preços, pregão presencial, etc., tendo como objeto o fornecimento de Merenda Escolar, Material de Expediente, Permanente, Móveis para Escritório, Material de Limpeza, bem como Material de Informática, tendo sido vencedora de alguns certames, nas modalidades acima referidas e teve seu fornecimento dos objetos atendidos a contento, tanto nas entregas como nos produtos fornecidos e nas conformidades dos contratos específicos, e o que o referido é verdade, dou fé no acima referenciado.

Batalha - AL, 09 de Fevereiro de 2015.

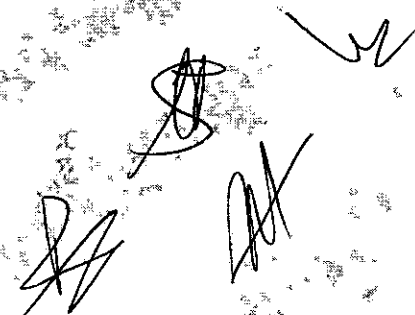
  
Mario Cesar Pereira da Silva  
Secretario Municipal de Saúde  
Batalha - AL

CONFERE C/ ORIGINAL  
EM: 08/04/2015

SERVIDOR RESPONSÁVEL

SERVIÇOS NOTARIAIS E REGISTRAL BATALHA AL Início: Balbino de Melo (Substituto)	RECONHEÇO <input type="checkbox"/> P. SEMELHANÇA <input type="checkbox"/> P. AUTENTICAÇÃO
	A(s) firmat(s) de <u>Mario Cesar Pereira da Silva</u>
	<u>Batalha AL</u>
	Em Teste ou Verd <u>09 FEV. 2015</u>
	Bel. Hildebrando Balbino de Melo - Not. Reg. Proposto Bela. Franciana Heilân Lopes Melo - Substituta







ESTADO DE ALAGOAS

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BATALHA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
Rua Valdomiro Medeiros, 28 - Centro - Batalha  
Fone: 3531-1233



**ALVARÁ SANITÁRIO**

LEI MUNICIPAL DO CÓDIGO SANITÁRIO DA LEI Nº 427/97 DE 25 DE AGOSTO DE 1997.

Nº DE ORDEM: 11/2017 - 12 VIA

A Secretaria Municipal de Saúde, através de seção de vigilância Sanitária, concede ALVARÁ SANITÁRIO para a empresa:

RAZÃO SOCIAL: MARIA SALETE DA SILVA.

NOME FANTASIA: SUPERMERCADO KIBARATO

ATIVIDADE(S) COMÉRCIO VAREJISTA DE LATICÍNIOS E FRIOS.

CNPJ: 06.024.682/0001-59

ENDEREÇO: RUA SANTA MARIA

CEP: 57420-000

RESPONSÁVEL: MARIA SALETE DA SILVA.

DATA DE EXPEDIÇÃO 07/FEVEREIRO/ 2017

VÁLIDO ATÉ: 31 DEZEMBRO 2017.

Vigilância Epidemiológica  
SMS - Batalha  
Renato Ladislau Silva  
Coordenador  
Enfermeiro COREN/AL 496.016  
CPF: 006.972.434-30

**RENATO LADISLAU SILVA**  
Coordenador da Vigilância Sanitária

CONFERE ORIGINAL  
EM: 15/04/2017

SERVIDOR RESPONSÁVEL

ESTE CERTIFICADO  
DEVERÁ SER  
RENOVADO A CADA  
ANO.



**BATALHA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS



# ALVARÁ DE LICENÇA

PARA

**LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO.**

NOME

**MARIA S. DA SILVA MERCADINHO-EPP.**

ENDEREÇO

**RUA SANTA MARIA, Nº 534 CENTRO - BATALHA/AL.**

ATIVIDADE

**COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL.**

INSCRIÇÃO

CÓDIGO

CAD. FÍSICO/JURIDICO

CAD. ECONÔMICO

**2.1.1.9**

**CNPJ 06.024.682.0001-59**

**TL 0059**

RESTRIÇÕES

**ENQUANTO SATISFAZ ÀS EXIGÊNCIAS LEGAIS DA LEI MUNICIPAL Nº 602/2013.**

DATA

VALIDADE

**14/FEVEREIRO/2017**

**31 DE DEZEMBRO DE 2017**

AGNALDO LIMA DE OLIVEIRA  
Chefe do Setor de Tributação  
MATRÍCULA Nº 6074



CONFERE C/ ORIGINAL  
EM: **05/04/2017**

SERVIDOR RESPONSÁVEL



Pregão Presencial nº 004/2017

Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema - AL

**CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO  
(INCISO VII DO ARTIGO 4º DA LEI Nº 10.520, DE 2002).**

A empresa Maria S. da Silva Mercadinho - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 06.024.682/0001-59, declara em atendimento ao previsto no Pregão em epígrafe, que cumpre plenamente com todos os requisitos de habilitação, em conformidade com o inciso VII, Art. 4º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ACEITAÇÃO DO TEOR DO EDITAL**

A empresa Maria S. da Silva Mercadinho - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 06.024.682/0001-59, declara em atendimento ao previsto no Pregão em epígrafe, que conhece e aceita o inteiro Teor Completo do Edital Deste Pregão Presencial, ressalvado o direito recursal, bem como de que recebeu todos os documentos e informações necessárias para o cumprimento integral das obrigações desta licitação.

**DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, OU COOPERATIVA  
ENQUADRADA NO ARTIGO 34 DA LEI Nº 11.488, DE 2007.**

A empresa MARIA S. DA SILVA MERCADINHO - EPP inscrita no CNPJ nº 06.024.682/0001-59, por intermédio de seu representante legal, DECLARA, sob as penas da lei, que é considerada microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não se incluindo nas hipóteses de exclusão previstas no §4º do artigo 3º do mesmo diploma; gozando, assim, do regime diferenciado e favorecido instituído pela referida Lei Complementar, para fins de participação na presente licitação.

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO.**

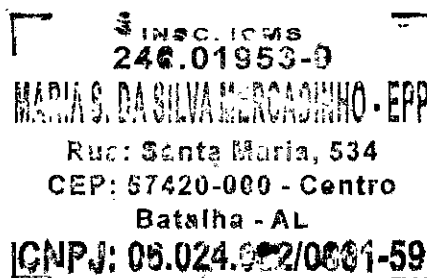
A empresa MARIA S. DA SILVA Mercadinho - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 06.024.682/0001-59, declara sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no Pregão em epígrafe, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

**DECLARAÇÃO RELATIVA À PROIBIÇÃO DO TRABALHO DO MENOR (LEI Nº 9.854/99).**

Declaramos, em atendimento ao previsto no Pregão em epígrafe que não possuímos em nosso quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da constituição federal de 1998 (lei nº 9.854/99).

Batalha - AL, 05 de abril de 2017.

  
Marlon Ferreira da Silva  
Representante Legal

  
INSC. ICMS  
246.01953-0  
MARIA S. DA SILVA MERCADINHO - EPP  
Rua: Santa Maria, 534  
CEP: 57420-000 - Centro  
Batalha - AL  
CNPJ: 06.024.682/0001-59

INSC. ESTADUAL  
246.01953-0  
MARIA S. DA SILVA MERCADINHO - EPP  
Rua Santa Maria, nº 534  
CEP: 57.420-000 - Centro  
Batalha - AL  
CNPJ: 06.024.682/0001-59

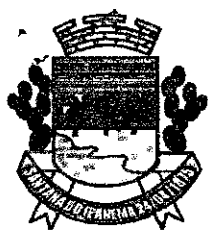


MARIA S. DA SILVA MERCADINHO - EPP  
Rua Santa Maria, nº 534 - Centro  
Batalha / AL - CEP: 57.420-000

CNPJ: 06.024.682/0001-59  
Insc. Estadual: 246.01953-0

ENVELOPE II - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO  
MUNICIPIO DE SANTANA DO IPANEMA - AL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017  
DATA DE ABERTURA: 05/04/2017  
HORÁRIO: 15h00min





MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA - 12.250.916/0001-89

R CEL LUCENA MARANHÃO, 141 - CENTRO

CEP: 57500-000

Fone / Fax: (82)3621-3280 /

SANTANA DO IPANEMA / AL



## ATA DE SESSÃO PÚBLICA

Nº do Pregão: 04/2017-SRP

Nº do Processo: 3430.03.20.010/2017

Nº da ATA: PP04/2017

Data do Pregão: 05/04/2017 15:00

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DE PEIXE E COMPONENTES PARA SEMANA SANTA

### PRÉAMBULO

No dia 05 de Abril de 2017, às 15:00 horas, reuniram-se neste MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA, situado na Rua CEL LUCENA MARANHÃO - nº 141, CENTRO, o Pregoeiro, Senhor CARLOS THOMAZ ACCIOLY FERNANDES, e a Equipe de Apoio, constituída pelos Senhores AMANDA COSTA MACIEL e KELYSON HENRIQUE DE OLIVEIRA DEFENSOR, bem como com o apoio técnico do DR. RAFAEL TENÓRIO MELO, para a Sessão Pública do Pregão Presencial em epígrafe, regido pela Lei Federal 10.520/02, pelo Decreto Federal nº 3.555/00 e subsidiariamente no que for cabível pela Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

Aberta a sessão, procedeu-se o exame da documentação oferecida pelo único interessado presente, visando à comprovação da existência de poderes para formulação de propostas e prática dos demais atos de atribuição do Licitante, na seguinte conformidade:

### CREDENCIAMENTO

NOME DO REPRESENTANTE

EMPRESA

ME / EPP

MARLON FERREIRA DA SILVA

MARIA S. DA SILVA MERCADINHO - EPP

SIM

O Pregoeiro comunicou o encerramento do credenciamento.

Em seguida recebeu as declarações solicitadas do único Licitante presente de que atende plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no Edital e os dois envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação, respectivamente.

### REGISTRO DO PREGÃO

Ato contínuo, foi aberto o envelope contendo a(s) Proposta(s) e, com a colaboração dos membros da Equipe de Apoio, o Pregoeiro examinou a compatibilidade do objeto, prazos e condições de fornecimento ou de execução, com aqueles definidos no Edital, tendo desclassificado a(s) proposta(s) desconforme(s), passando então a fase de Negociação com o único Licitante presente, nos termos dos incisos VIII e IX do artigo 4º da Lei Federal 10.520, de 17 de Julho de 2002.

Em seguida o Pregoeiro convidou o único licitante presente da(s) proposta(s) selecionada(s) a formular novos lances na fase de Negociação com a intenção de melhoria do preço da proposta ofertada. A sequência de ofertas ocorreu da seguinte forma:

Nº DO ITEM: 00001

STATUS DO ITEM: VENCEDOR

ETAPA	FORNECEDOR	ME/EPP	R\$ UNITÁRIO	QTD	R\$ TOTAL	%	STATUS
PROPOSTAS	MARIA S. DA SILVA MERCADINHO - EPP	SIM	62.500,00	1	62.500,00	0,00	SELECIONADA
NEGOCIAÇÃO	MARIA S. DA SILVA MERCADINHO - EPP	SIM	60.000,00	1	60.000,00	0,00	LANCE
NEGOCIAÇÃO	MARIA S. DA SILVA MERCADINHO - EPP	SIM	50.500,00	1	50.500,00	0,00	VENCEDOR

Nº DO ITEM: 00002

STATUS DO ITEM: VENCEDOR

ETAPA	FORNECEDOR	ME/EPP	R\$ UNITÁRIO	QTD	R\$ TOTAL	%	STATUS
PROPOSTAS	MARIA S. DA SILVA MERCADINHO - EPP	SIM	62.400,00	1	62.400,00	0,00	SELECIONADA
NEGOCIAÇÃO	MARIA S. DA SILVA MERCADINHO - EPP	SIM	61.500,00	1	61.500,00	0,00	VENCEDOR

### CLASSIFICAÇÃO

Declarada encerrada a etapa de negociação, as ofertas foram classificadas em ordem crescente de valor, na seguinte conformidade:

Nº DO ITEM: 00001

FORNECEDOR

ME/EPP

R\$ UNITÁRIO

QTD

R\$ TOTAL

%

POSICÃO

MARIA S. DA SILVA MERCADINHO - EPP

SIM

50.500,00

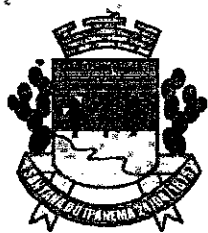
1

50.500,00

0,00

1º COLOCADO - VENCEDOR





MUNICIPIO DE SANTANA DO IPANEMA - 12.250.916/0001-89

R CEL LUCENA MARANHÃO, 141 - CENTRO

CEP: 57500-000

Fone / Fax: (82)3621-3280 /

SANTANA DO IPANEMA / AL



Nº DO ITEM: 00002

FORNECEDOR

FORNECEDOR	ME/EPP	R\$ UNITÁRIO	QTD	R\$ TOTAL	%	POSIÇÃO
MARIA S. DA SILVA MERCADINHO - EPP	SIM	61.500,00	1	61.500,00	0,00	1º COLOCADO - VENCEDOR

### NEGOCIAÇÃO

Negociada a redução do preço da menor oferta, o Pregoeiro considerou que o preço obtido, abaixo especificado, é aceitável e está dentro dos padrões de mercado.

ITEM	FORNECEDOR	ME/EPP	MELHOR PREÇO	R\$ UNITÁRIO NEGOCIADO	QTD	R\$ TOTAL NEGOCIADO	STATUS
00001	MARIA S. DA SILVA MERCADINHO - EPP	SIM	62.500,00	50.500,00	1	50.500,00	ACEITÁVEL
00002	MARIA S. DA SILVA MERCADINHO - EPP	SIM	62.400,00	61.500,00	1	61.500,00	ACEITÁVEL
VALOR GLOBAL			124.900,00	112.000,00	2	112.000,00	

### HABILITAÇÃO

Após o 2º envelope do único Licitante presente e analisados os documentos de habilitação, foi verificado o atendimento dos requisitos estabelecidos no Edital.

Os documentos de habilitação examinados e a(s) proposta(s) do credenciado foram rubricados pelo Pregoeiro e pelos membros da Equipe de Apoio e colocados à disposição do Licitante para exame e rubrica.

### RESULTADO

À vista da habilitação, foi declarado:

ITEM	FORNECEDOR	ME/EPP	R\$ UNITÁRIO	QTD	R\$ TOTAL	STATUS
00001	MARIA S. DA SILVA MERCADINHO - EPP	SIM	50.500,00	1,00	50.500,00	ACEITÁVEL
00002	MARIA S. DA SILVA MERCADINHO - EPP	SIM	61.500,00	1,00	61.500,00	ACEITÁVEL
VALOR GLOBAL			112.000,00	2	112.000,00	

### ENCERRAMENTO

Em vista do resultado, o Pregoeiro questionou o Licitante presente se desejava apresentar recursos sobre os atos realizados no certame, o mesmo declinou de seu direito à interposição de recursos.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, cuja ata vai assinada pelo Pregoeiro, pelos membros da Equipe de Apoio e pelo representante da licitante presente.

### ASSINATURAS

MARLON FERREIRA DA SILVA  
MARIA S. DA SILVA MERCADINHO - EPP

AMANDA COSTA MACIEL  
EQUIPE DE APOIO

CARLOS THOMAZ ACCIOLY FERNANDES  
PREGOEIRO

KELYSON HENRIQUE DE OLIVEIRA DEFENSOR  
EQUIPE DE APOIO

RAFAEL TENÓRIO MELO  
TÉCNICO



ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

# CONFERÊNCIA DAS CERTIDÕES



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS  
TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: MARIA S. DA SILVA MERCADINHO - EPP**  
**CNPJ: 06.024.682/0001-59**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

*Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.*

Emitida às 10:51:45 do dia 05/04/2017 <hora e data de Brasília>.

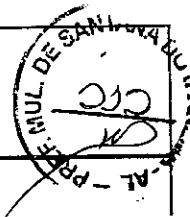
Válida até 02/10/2017.

Código de controle da certidão: **7C35.8234.F80D.2F25**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



GOVERNO DE ALAGOAS  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
SUPERINTENDÊNCIA DA RECEITA ESTADUAL  
DIRETORIA DE ARRECAÇÃO E CRÉDITO TRIBUTÁRIO

**Certidão Negativa de Débitos**

Razão Social: MARIA S. DA SILVA MERCADINHO - EPP - REGULAR  
CNPJ : 06024682000159

Ressalvado o direito de a Fazenda estadual cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, até a presente data, débitos inscritos em Dívida Ativa.

Certidão expedida com base na Portaria SARE n° 62, de 23 de julho de 2004.

Emitida às 16:05:28 do dia 05/04/17  
Válida até 04/06/2017.

Código de controle da certidão: 2661-9077-FDD6-74D2

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas, através do endereço <http://www.sefaz.al.gov.br/certidao>.

Certidão expedida gratuitamente.

**CAIXA**Para você  
para todos  
os brasileiros

ACESSE SUA CONTA

OK

A CAIXA

REDE DE ATENDIMENTO

OUIVORIA

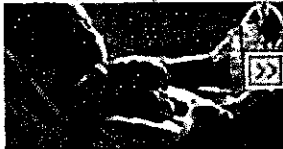
DOWNLOAD

MAPA DO SITE

SEGURANÇA

IMPrensa

Navegue pela CAIXA



Produtos e Serviços

Ajuda

[Home](#) | [SERVIÇOS AO CIDADÃO](#) | [FGTS Empresa](#) | [Consulta Regularidade do Empregador](#) | [Situação de Regularidade do Empregador](#) | [Histórico do Empregador](#)


## :: Histórico do Empregador

O Histórico do Empregador apresenta os registros dos CRF concedidos nos últimos 24 meses, bem como a situação de regularidade apurada na vigência da Circular CAIXA 204/2001 - de 08 de janeiro a 22 de abril de 2001.

**Inscrição:** 06024682/0001-59**Razão Social:** MARIA S DA SILVA MERCADINHO**Nome Fantasia:** MERCADINHO KIBARATO

Data de Emissão/ Leitura	Data de Validade	Número do CRF
28/03/2017	28/03/2017 a 26/04/2017	2017032802474175423284
09/03/2017	09/03/2017 a 07/04/2017	2017030901570288718251
18/02/2017	18/02/2017 a 19/03/2017	2017021803481709777000
30/01/2017	30/01/2017 a 28/02/2017	2017013016215075771033
11/01/2017	11/01/2017 a 09/02/2017	2017011102495451313698
23/12/2016	23/12/2016 a 21/01/2017	2016122303301745154957
04/12/2016	04/12/2016 a 02/01/2017	2016120402411156832000
15/11/2016	15/11/2016 a 14/12/2016	2016111502184791581975
27/10/2016	27/10/2016 a 25/11/2016	2016102702141900803978
08/10/2016	08/10/2016 a 06/11/2016	2016100803452142433838
19/09/2016	19/09/2016 a 18/10/2016	2016091901340882333644
31/08/2016	31/08/2016 a 29/09/2016	2016083110465229193650
12/08/2016	12/08/2016 a 10/09/2016	2016081202020990578924
24/07/2016	24/07/2016 a 22/08/2016	2016072403030647628880
05/07/2016	05/07/2016 a 03/08/2016	2016070501472313676028
16/06/2016	16/06/2016 a 15/07/2016	2016061602444581952009
28/05/2016	28/05/2016 a 26/06/2016	2016052802464195524867
09/05/2016	09/05/2016 a 07/06/2016	2016050901430106384841
20/04/2016	20/04/2016 a 19/05/2016	2016042002345247030700
01/04/2016	01/04/2016 a 30/04/2016	2016040102281070604487
13/03/2016	13/03/2016 a 11/04/2016	2016031323233875436610
15/02/2016	15/02/2016 a 15/03/2016	2016021502042302935355
27/01/2016	27/01/2016 a 25/02/2016	2016012704140444299024
08/01/2016	08/01/2016 a 06/02/2016	2016010803100072065373
20/12/2015	20/12/2015 a 18/01/2016	2015122006421920517145
01/12/2015	01/12/2015 a 30/12/2015	2015120105013305315150
11/11/2015	11/11/2015 a 10/12/2015	2015111108441241042369
23/10/2015	23/10/2015 a 21/11/2015	2015102308193697774887
04/10/2015	04/10/2015 a 02/11/2015	2015100406452895863885
15/09/2015	15/09/2015 a 14/10/2015	2015091505592788772325
27/08/2015	27/08/2015 a 25/09/2015	2015082706495763396615
08/08/2015	08/08/2015 a 06/09/2015	2015080807534712150005
18/07/2015	18/07/2015 a 16/08/2015	2015071805500406803000
29/06/2015	29/06/2015 a 28/07/2015	2015062903524609242101

10/06/2015	10/06/2015 a 09/07/2015	2015061005332394132939
22/05/2015	22/05/2015 a 20/06/2015	2015052205095332771960
03/05/2015	03/05/2015 a 01/06/2015	2015050306083222349481
14/04/2015	14/04/2015 a 13/05/2015	2015041405192100042289
26/03/2015	26/03/2015 a 24/04/2015	2015032611091937701376
07/03/2015	07/03/2015 a 05/04/2015	2015030707514401225529
16/02/2015	16/02/2015 a 17/03/2015	2015021607072543380357
26/01/2015	26/01/2015 a 24/02/2015	2015012609103263741177
05/01/2015	05/01/2015 a 03/02/2015	2015010509001797823653
15/12/2014	15/12/2014 a 13/01/2015	2014121507180819832065
24/11/2014	24/11/2014 a 23/12/2014	2014112408104768305400
03/11/2014	03/11/2014 a 02/12/2014	2014110309282207350738
13/10/2014	13/10/2014 a 11/11/2014	2014101309335621295148
22/09/2014	22/09/2014 a 21/10/2014	2014092205334349171500
01/09/2014	01/09/2014 a 30/09/2014	2014090105234173148696
11/08/2014	11/08/2014 a 09/09/2014	2014081106545690079079

Resultado da consulta em 05/04/2017 às 15:58:31

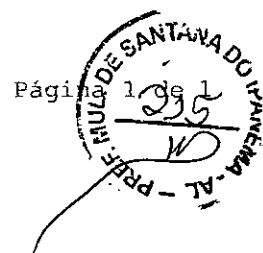
■ Dúvidas mais Frequentes

O uso destas informações para os fins previstos em lei deve ser precedido de verificação de autenticidade no site da Caixa:  
[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO



## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: MARIA S. DA SILVA MERCADINHO - EPP  
(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 06.024.682/0001-59  
Certidão nº: 122404681/2016  
Expedição: 29/12/2016, às 12:43:14  
Validade: 26/06/2017 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MARIA S. DA SILVA MERCADINHO - EPP**  
**(MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº  
**06.024.682/0001-59**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores  
Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE ESTADO DE ALAGOAS

Comarca de Maceió

**CERTIDÃO ESTADUAL****FALÊNCIA, INSOLVÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E  
CONCORDATA****CERTIDÃO Nº: 001972480****FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

Certifico que, pesquisando os registros de distribuição de feitos do Estado de Alagoas, no período de 10 anos, verifiquei **NÃO CONSTAR** distribuições em nome de:

**MARIAS DA SILVA MERCADINHO - EPP**, vinculada ao CNPJ: 06.024.682/0001-59\*\*\*\*\*

Certifico ainda que a pesquisa acima refere-se a **AÇÕES DE FALÊNCIA, INSOLVÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONCORDATA** em andamento nas unidades judiciárias do Poder Judiciário do Estado de Alagoas, com as ressalvas abaixo:

## Observações:

- 1 - A presente certidão foi emitida de acordo com a Resolução nº. 121/2010 do CNJ;
- 2 - A presente certidão não abrange eventuais ações de FALÊNCIA em que a pessoa a respeito da qual é expedida figure no pólo ativo;
- 3 - Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ;
- 4 - Esta certidão não contempla os processos em tramitação no 2º grau de jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, que deverão ser objeto de certidões específicas;
- 5 - A exatidão dos dados pessoais fornecidos para pesquisa é de inteira responsabilidade da parte interessada.
- 6 - A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas ([www.tjal.jus.br](http://www.tjal.jus.br)).

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias.

Maceió, terça-feira, 28 de março de 2017 às 18h39min

PEDIDO Nº: 001972480







ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



# PROPOSTA READEQUADA



**MARIA S. DA SILVA MERCADINHO - EPP**  
Rua Santa Maria, nº 534 - Centro  
Batalha / AL - CEP: 57.420-000

CNPJ: 06.024.682/0001-59  
Insc. Estadual: 246.01953-0



À Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema/AL  
Comissão Permanente de Licitação

Pregão Presencial nº 004/2017

Prezado Senhor,

A empresa Maria S. da Silva Mercadinho - EPP, com sede na Rua Santa Maria, nº 534 - Centro - Batalha/AL, inscrita no CNPJ sob o nº 06.024.682/0001-59, abaixo assinada por seu representante legal, interessada na participação do presente pregão, apresenta **PROPOSTA COMERCIAL**, nas seguintes condições:

**LOTE 01**

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND.	QTD.	MARCA	VALOR UNITARIO		VALOR TOTAL	
1	PEIXE FRESCO - peixe fresco de rio ou de cativeiro do tipo corvina, tamanho mínimo de acordo com a legislação vigente (IBAMA) e peso mínimo de 1kg.	Unid	5000	In Natura	R\$ 10,10	dez reais e dez centavos	R\$ 50.500,00	cinquenta mil e quinhentos reais
<b>Total do Lote I</b>							<b>R\$ 50.500,00</b>	
<b>cinquenta mil e quinhentos reais</b>								

INSC ICMS  
**246.01953-0**  
**MARIA S. DA SILVA MERCADINHO - EPP**  
Rua: Santa Maria, 534  
CEP: 57420-000 - Centro  
Batalha - AL  
**CNPJ: 06.024.682/0001-59**



**MARIA S. DA SILVA MERCADINHO - EPP**  
 Rua Santa Maria, nº 534 - Centro  
 Batalha / AL - CEP: 57.420-000

CNPJ: 06.024.682/0001-59  
 Insc. Estadual: 246.01953-0



À Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema/AL  
 Comissão Permanente de Licitação

Pregão Presencial nº 004/2017

Prezado Senhor,

A empresa Maria S. da Silva Mercadinho - EPP, com sede na Rua Santa Maria, nº 534 - Centro - Batalha/AL, inscrita no CNPJ sob o nº 06.024.682/0001-59, abaixo assinada por seu representante legal, interessada na participação do presente pregão, apresenta **PROPOSTA COMERCIAL**, nas seguintes condições:

**LOTE 02**

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND.	QTD.	MARCA	VALOR UNITARIO		VALOR TOTAL	
1	LEITE DE COCO – natural, obtido do fruto íntegro, pasteurizado e homogeneizado, obedecendo a legislação sanitária vigente, contendo procedência e validade. Embalagem em vidro com 500ml.	Unid	5000	Dicoco	R\$	4,35 quatro reais e trinta e cinco centavos	R\$	21.750,00 vinte e um mil setecentos e cinquenta reais
2	ARROZ POLIDO BRANCO – tipo 1, longo constituído de grãos inteiros, isento de sujidades e materiais estranhos, acondicionado em embalagem plástica apropriada, contendo validade e procedência. Embalagem com 01kg.	kg	5000	Kiarroz	R\$	2,70 dois reais e setenta centavos	R\$	13.500,00 treze mil e quinhentos reais
3	FARINHA DE MANDIOCA: Apresentação industrial, aspecto físico pó, com identificação do fabricante, prazo de validade e peso líquido na embalagem, validade mínima de 06 meses. Embalagem com 1kg.	kg	5000	Sorriso	R\$	5,25 cinco reais e vinte e cinco centavos	R\$	26.250,00 vinte e seis mil duzentos e cinquenta reais
<b>Total do Lote II</b>							<b>R\$</b>	<b>61.500,00</b> sessenta e um mil e quinhentos reais

INSC. ICMS  
**246.01953-0**  
**MARIA S. DA SILVA MERCADINHO - EPP**  
 Rua: Santa Maria, 534  
 CEP: 57420-000 - Centro  
 Batalha - AL  
**CNPJ: 06.024.682/0001-59**



À Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema/AL  
Comissão Permanente de Licitação

Pregão Presencial nº 004/2017

Prezado Senhor,

A empresa Maria S. da Silva Mercadinho - EPP, com sede na Rua Santa Maria, nº 534 - Centro - Batalha/AL, inscrita no CNPJ sob o nº 06.024.682/0001-59, abaixo assinada por seu representante legal, interessada na participação do presente pregão, apresenta **PROPOSTA COMERCIAL**, nas seguintes condições:

<b>Total Geral dos Lotes</b>	<b>R\$</b>	<b>112.000,00</b>
<b>cento e doze mil reais</b>		

**DADOS BANCARIOS:**

Banco do Brasil

Agência: 0534-7

Conta Corrente: 948

e-mail: [maria.s.kibarat@gmail.com](mailto:maria.s.kibarat@gmail.com)

A Empresa Maria S. da Silva Mercadinho - EPP, declara que:

Em seus preços estão contidos todos os custos e despesas, tais como, e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucros, frete, carga e descarga dos materiais e outros necessários ao cumprimento integral deste edital e seus anexos;

Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços;

Está de acordo com todas as condições, prazos, garantia e outros do edital e seus anexos;

A entrega dos itens será feita tão somente após emissão de "nota de empenho", em conformidade com o artigo 60 da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que conforme seu artigo 1º estatui normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da união, dos estados, dos municípios e do distrito federal, de acordo com o disposto no art. 5º, Inciso xv, letra b, da constituição federal;

O fornecimento será feito conforme especificado neste edital e seus anexos;

A validade da proposta é de sessenta dias, a partir da data de entrega da referida proposta.

Batalha - AL, 05 de abril 2017.

  
Marlon Ferreira da Silva  
Representante Legal

INSC. ICMS  
246.01953-0  
MARIA S. DA SILVA MERCADINHO - EPP  
Rua: Santa Maria, 534  
CEP: 57420-000 - Centro  
Batalha - AL  
CNPJ: 06.024.682/0001-59



COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO



PROCESSO Nº: 3430.03.20.010/2017

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: Pregão Presencial nº 04/2017-SRP

OBJETO: Aquisição de Peixe e Componentes para Semana Santa

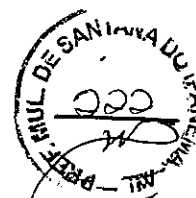
### TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Por este Termo, tendo em vista o que consta do procedimento licitatório em epígrafe e considerando as disposições da Lei nº 10.520/2002 (art. 4º, inciso XX), ADJUDICA-SE o objeto da licitação ao licitante vencedor, a empresa **MARIA S. DA SILVA MERCADINHO - EPP (CNPJ nº 06.024.682/0001-59)**, pelo valor global de **R\$ 112.000,00 (cento e doze mil reais)**.

CPL, em 06 de Abril de 2017.

*Carlos Thomaz Accioly Fernandes*  
**Carlos Thomaz Accioly Fernandes**  
Pregoeiro

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



PROCESSO Nº: 3430.03.20.010/2017

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: Pregão Presencial nº 04/2017-SRP

OBJETO: Aquisição de Peixe e Componentes para Semana Santa

**RELATÓRIO FINAL DE LICITAÇÃO**

Atendendo solicitação constante na inicial, por meio de memorando expedido pela **Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência Social e Defesa Civil**, após autorização do Exmo. Sr. Prefeito através de Despacho constante nos autos, abriu-se o procedimento licitatório **Pregão Presencial nº 04/2017**, objetivando a **Aquisição de Peixe e Componentes para Semana Santa**, na forma do Termo de Referência e da Estimativa de Preços apresentados pelo interessado solicitante, acostados à inicial.

A Minuta do Edital da licitação foi submetida à apreciação da Procuradoria Jurídica e devidamente aprovada, através de Parecer presente nos autos; o Aviso da Licitação foi publicado nos **Diários Oficiais da União e do Estado de Alagoas** e no **Jornal Tribuna Independente**, bem como afixado no **Quadro de Avisos desta Prefeitura**, conforme comprovantes anexos aos autos; e o Edital de convocação foi disponibilizado aos interessados através do e-mail: **santanadoipanemiacplal@outlook.com**.

Decorrido o prazo para impugnações ao Edital, não se registrou a entrada de nenhum instrumento da espécie nesta Comissão, inexistindo assim qualquer pendência que obstasse o regular prosseguimento do certame.

A sessão pública para recebimento, abertura e julgamento das Propostas de Preços e Documentos de Habilitação ocorreu em **05/04/2015**, havendo a participação da licitante relacionada na ata circunstanciada lavrada na oportunidade, constante dos autos.

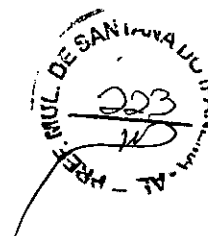
As propostas ofertadas e a documentação aberta, apresentadas pelas empresas participantes, encontram-se presentes nos autos.

Após os procedimentos relatados na Ata da sessão, declarou-se vencedora do certame a empresa **MARIA S. DA SILVA MERCADINHO - EPP** (CNPJ nº **06.024.682/0001-59**) com o valor global de **R\$ 112.000,00 (cento e doze mil reais)**, e, não havendo interposição de recurso por parte dos licitantes, adjudicou-se o objeto da licitação, conforme Termo de Adjudicação lavrado pelo Pregoeiro constante nos autos.

Isto posto, encaminhamos os presentes autos à consideração do Chefe do Executivo Municipal para fins de HOMOLOGAÇÃO, nos termos do artigo 4º, inciso XXII, da Lei nº 10.520/2002.

CPL, em 06 de Abril de 2017.  
*Carlos Thomaz Accioly Fernandes*  
**Carlos Thomaz Accioly Fernandes**  
Pregoeiro

GABINETE DO PREFEITO



PROCESSO Nº 3430.03.20.010/2017

Procedimento Licitatório: PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017-SRP

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEIXE E COMPONENTES PARA SEMANA SANTA.

### DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

Face ao constante nos autos do procedimento licitatório Pregão Presencial nº 04/2017, do Tipo Menor Preço, referente ao Processo nº 3430.03.20.010/2017, HOMOLOGO, com fundamento no Artigo 4º, Inciso XXII, da Lei Federal nº 10.520/2002, a presente licitação para que a Adjudicação nele contida produza seus efeitos jurídicos e legais.

Retorne à Comissão Permanente de Licitações, para a adoção das medidas necessárias à efetivação do registro de preços, cuja ata deverá ter vigência de 12 (doze) meses.

Santana do Ipanema/AL, 07 de Abril de 2017.

**ISNALDO BULHÕES BARROS**  
Prefeito

Cópia publicada no Quadro de Avisos desta Prefeitura em 07/04/2017, nos termos do art. 40, XVII, da Lei Orgânica do Município.

Servidor responsável

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PP04/2017**

**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2017**

PROCESSO Nº 3430.03.20.010/17

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 07 dias do mês de abril do ano de 2017, o **MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA/AL** com sede administrativa na Rua Coronel Lucena Maranhão, nº 141, Bairro Centro, Santana do Ipanema, Alagoas, CEP 57.500-000, inscrito no CNPJ sob o nº **12.250.916/0001-89**, neste ato representado por seu Prefeito Sr. **ISNALDO BULHÕES BARROS** CPF Nº 026.236.684-34 e RG Nº 103.403 SSP/AL, no uso de suas atribuições legais;

Nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto Municipal nº **28/2017**, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 1993, e as demais normas legais correlatas;

Em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial para Registro de Preços nº 04/2017-SRP**, conforme resultado homologado em **07/04/2017**;

Resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a contratação dos itens constantes na proposta vencedora transcrita em Anexo desta Ata, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa **MARIA S. DA SILVA MERCADINHO - EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº **06.024.682./0001-59**, com sede na Rua Santa Maria, nº 534, Centro, CEP 57.420-000, no Município de Batalha, neste ato representada pelo Sr. **MARLON FERREIRA DA SILVA**, portador da Cédula de Identidade nº 1.757.290 e CPF nº 041.175.114-08, cuja proposta foi classificada em 1º lugar no certame.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1.** O objeto desta Ata é o registro de preços para aquisição de **Peixe e Componentes para Semana Santa**, visando atender às necessidades do **Município de Santana do Ipanema/AL**, conforme descrição, quantidades e preços descritos em Anexo(s).

**1.2.** A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.



**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR**

2.1. O valor global desta Ata é de R\$ 112.000,00 (cento e doze mil reais), distribuídos da seguinte forma:

Nº LOTE	DESCRIÇÃO DO LOTE	VALOR TOTAL
01	PEIXE FRESCO	R\$ 50.500,00
02	COMPONENTES	R\$ 61.500,00

**3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

3.1. O órgão gerenciador será a **Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos**.

3.2. São participantes os seguintes órgãos:

**3.2.7. Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência Social e Defesa Civil.**

3.3. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto Municipal nº 28/2017, e na Lei nº 8.666, de 1993.

3.3.1. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

3.3.2. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3.3.3. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

3.3.4. Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**4. CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**4.1.** A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura.

**4.1.1.** É admitida a prorrogação excepcional da vigência da Ata nos termos do Decreto Municipal nº **28/2017**, desde que o prazo total de vigência, computada a prorrogação, não ultrapasse 01 (um) ano.

**5. CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**5.1.** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

**5.2.** O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

**5.3.** Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

**5.3.1.** Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

**5.3.2.** Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

**5.3.3.** Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

**5.4.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

**5.4.1.** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

**5.4.2.** Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

**5.5.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



5.6. Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

**6. CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO**

6.1. O fornecedor terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

6.1.1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

6.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.1.3. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.1.4. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

6.1.5. Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

6.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.3. Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES**

7.1. A contratação com fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666, de 1993, e obedecidos os requisitos pertinentes do Decreto Municipal nº 28/2017.

7.1.1. As condições de fornecimento constam do Termo de Referência anexo ao Edital e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

7.2. O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**7.2.1.** Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

**7.3.** A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**7.3.1.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

**7.4.** É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

**7.4.1.** É vedada a subcontratação parcial, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

**7.5.** A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**7.6.** Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, de tudo dando ciência à Administração.

**8. CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO**

**8.1.** Cada contrato firmado com a fornecedora terá vigência de acordo com as disposições definidas na minuta de contrato ou instrumento equivalente, ou, na omissão deste, pelo prazo de até 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura ou retirada do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

**8.1.1.** A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar.

**9. CLÁUSULA NONA - DO PREÇO**

**9.1.** Durante a vigência de cada contratação, os preços são fixos e irrevogáveis.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

**10.1.** A Contratada obriga-se a:

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**10.1.1.** Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

**10.1.1.1.** Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

**10.1.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**10.1.2.1.** O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;

**10.1.3.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

**10.1.4.** Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**10.1.5.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**10.1.6.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

**10.1.7.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**10.1.8.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

**10.2.** A Contratante obriga-se a:

**10.2.1.** Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**10.2.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

**10.2.3.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

**10.2.4.** Efetuar o pagamento no prazo previsto.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**11.1.** Os bens serão recebidos:

**a.** Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

**b.** Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua conseqüente aceitação, que se dará no prazo máximo fixado no Termo de Referência,

**11.1.1.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**11.2.** A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO**

**12.1.** O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada.

**12.2.** O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.

**12.2.1.** O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

**12.3.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**12.4.** Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

**12.5.** O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

**12.6.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**12.7.** A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

**12.8.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**13.1.** A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

**13.1.1.** O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**13.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

**13.3.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**14.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

**14.1.1.** Não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta ou da Ata de Registro de Preços;

**14.1.2.** Apresentar documentação falsa;

**14.1.3.** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

**14.1.4.** Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;

**14.1.5.** Comportar-se de modo inidôneo;

**14.1.6.** Cometer fraude fiscal;

**14.1.7.** Fizer declaração falsa;

**14.1.8.** Ensejar o retardamento da execução do certame.

**14.2.** A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**a.** Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

**b.** Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos;



**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**14.2.1.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**14.3.** Comete infração administrativa, ainda, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que, no decorrer da contratação:

**14.3.1.** Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

**14.3.2.** Apresentar documentação falsa;

**14.3.3.** Comportar-se de modo inidôneo;

**14.3.4.** Cometer fraude fiscal;

**14.3.5.** Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no instrumento de contrato.

**14.4.** A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**a.** Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

**b.** Multa:

**b.1.** Moratória de até 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

**b.2.** Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

**c.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o **Município de Santana do Ipanema/AL**, pelo prazo de até dois anos;

**d.** Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos;

**e.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**14.4.1.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**14.5.** Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

**14.5.1.** tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

**14.5.2.** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**14.5.3.** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**14.6.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

**14.7.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**14.8.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Órgão, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

**14.8.1.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**14.9.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**15.1.** Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital e Anexos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 04/2017-SRP e a proposta da empresa.

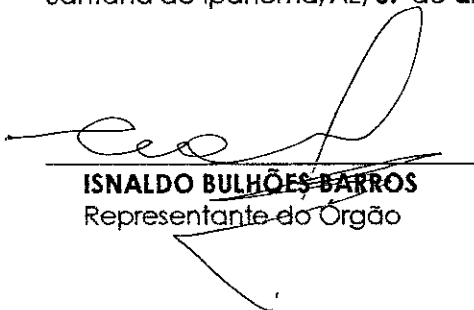
**15.2.** Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto Municipal nº 28/2017, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.

**COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO**



**15.3.** O foro para dirimir questões relativas à presente Ata será o da Comarca de **Santana do Ipanema**, Estado de Alagoas, com exclusão de qualquer outro.

Santana do Ipanema/AL, **07** de **abril** de **2017**.

  
**ISNALDO BULHÕES BARROS**  
Representante do Órgão

  
**MARLON FERREIRA DA SILVA**  
Representante da Empresa

  
**TANILLA PEREIRA DE ALMEIDA**  
CPF nº 095.882.064-30  
Gestor da ata

COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO



ANEXO I DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PP04/2017

Este documento é parte da Ata de Registro de Preços acima referenciada, celebrada entre o **MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA/AL** e a empresa **MARIA S. DA SILVA MERCADINHO - EPP**, cujos itens e respectivos preços estão a seguir descritos na proposta de preços anexada, em face da realização do Pregão Presencial nº **04/2017-SRP**.



MARIA S. DA SILVA MERCADINHO - EPP  
Rua Santa Maria, nº 534 - Centro  
Batalha / AL - CEP: 57.420-000

CNPJ: 06.024.682/0001-59  
Insc. Estadual: 248.01853-0



À Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema/AL  
Comissão Permanente de Licitação

Pregão Presencial nº 004/2017


Prazado Senhor,

A empresa Maria S. da Silva Mercadinho - EPP, com sede na Rua Santa Maria, nº 534 - Centro - Batalha/AL, inscrita no CNPJ sob o nº 06.024.682/0001-59, abaixo assinada por seu representante legal, interessada na participação do presente pregão, apresenta **PROPOSTA COMERCIAL**, nas seguintes condições:

**LOTE 01**

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND.	QTD.	MARCA	VALOR UNITARIO		VALOR TOTAL	
1	PEIXE FRESCO - peixe fresco de rio ou de cativeiro do tipo corvina, tamanho mínimo de acordo com a legislação vigente (IBAMA) e peso mínimo de 1kg.	Unid	5000	In Natura	R\$ 10,10	dez reais e dez centavos	R\$ 50.500,00	cinquenta mil e quinhentos reais
Total do Lote I							R\$ 50.500,00	cinquenta mil e quinhentos reais

248.01853-0  
MARCIA DA SILVA MERCADINHO - EPP  
Rua: Santa Maria, 534  
CEP: 57420-000 - Centro  
Batalha - AL  
CNPJ: 06.024.682/0001-59



**Supermercado Kibarat**  
(82) 3531-1428

MARIA S. DA SILVA MERCADINHO - EPP  
Rua Santa Maria, nº 534 - Centro  
Batalha / AL - CEP: 57.420-000  
CNPJ: 06.024.682/0001-59  
Insc. Estadual: 248.01953-0



À Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema/AL  
Comissão Permanente de Licitação

Pregão Presencial nº 004/2017

Prezado Senhor,

A empresa Maria S. da Silva Mercadinho - EPP, com sede na Rua Santa Maria, nº 534 - Centro - Batalha/AL, inscrita no CNPJ sob o nº 06.024.682/0001-59, abaixo assinada por seu representante legal, interessada na participação do presente pregão, apresenta **PROPOSTA COMERCIAL**, nas seguintes condições:

LOTE 02								
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND.	QTD.	MARCA	VALOR UNITARIO		VALOR TOTAL	
1	LEITE DE COCO - natural, obtido do fruto íntegro, pasteurizado e homogeneizado, obedecendo a legislação sanitária vigente, contendo procedência e validade. Embalagem em vidro com 500ml.	Unid	5000	Dicoco	R\$ 4,35	quatro reais e trinta e cinco centavos	R\$ 21.750,00	vinte e um mil setecentos e cinquenta reais
2	ARROZ POLIDO BRANCO - tipo 1, longo constituído de grãos inteiros, isento de sujidades e materiais estranhos, acondicionado em embalagem plástica apropriada, contendo validade e procedência. Embalagem com 01kg.	kg	5000	Kiarroz	R\$ 2,70	dois reais e setenta centavos	R\$ 13.500,00	treze mil e quinhentos reais
3	FARINHA DE MANDIOCA: Apresentação industrial, aspecto físico pó, com identificação do fabricante, prazo de validade e peso líquido na embalagem, validade mínima de 06 meses. Embalagem com 1kg.	kg	5000	Sorriso	R\$ 5,25	cinco reais e vinte e cinco centavos	R\$ 26.250,00	vinte e seis mil duzentos e cinquenta reais
Total do Lote II							R\$	61.500,00
sessenta e um mil e quinhentos reais								

248.01953-0  
MARIA S. DA SILVA MERCADINHO - EPP  
Rua: Santa Maria, 534  
CE: 57420-000 - Centro  
Batalha - AL  
CNPJ: 06.024.682/0001-59



MARIA'S DA SILVA MERCADINHO - EPP  
Rua Santa Maria, nº 534 - Centro  
Batalha / AL - CEP: 57.420-000

CNPJ: 06.024.682/0001-59  
Insc. Estadual: 246.07953-9



A Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema/AL  
Comissão Permanente de Licitação

Pregão Presencial nº 004/2017

Prezado Senhor,

A empresa Maria S. da Silva Mercadinho - EPP, com sede na Rua Santa Maria, nº 534 Centro Batalha/AL, inscrita no CNPJ sob o nº 06.024.682/0001-59, abaixo assinada por seu representante legal, interessada na participação do presente pregão, apresenta **PROPOSTA COMERCIAL**, nas seguintes condições:

<b>Total Geral dos Lotes</b>	<b>R\$</b>	<b>112.000,00</b>
cento e doze mil reais		

**DADOS BANCARIOS:**

Banco do Brasil Agência: 0534-7 Conta Corrente: 948 e-mail: marias.kibarato@gmail.com

A Empresa Maria S. da Silva Mercadinho - EPP, declara que:

Em seus preços estão contidos todos os custos e despesas, tais como, e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucros, frete, carga e descarga dos materiais e outros necessários ao cumprimento integral deste edital e seus anexos;

Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços;

Está de acordo com todas as condições, prazos, garantia e outros do edital e seus anexos;

A entrega dos itens será feita tão somente após emissão de "nota de empenho", em conformidade com o artigo 60 da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que conforme seu artigo 1º estatui normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da união, dos estados, dos municípios e do distrito federal, de acordo com o disposto no art. 5º, inciso xv, letra b, da constituição federal;

O fornecimento será feito conforme especificado neste edital e seus anexos;

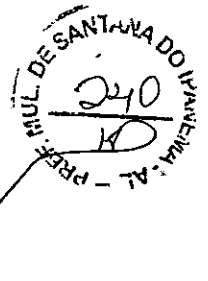
A validade da proposta é de sessenta dias, a partir da data de entrega da referida proposta.

Batalha - AL, 05 de abril 2017.

Marlon Ferreira da Silva  
Representante Legal

2017.04.05  
MARIAS DA SILVA  
Rua Santa Maria, 534  
57.420-000 - Centro  
Batalha - AL  
CNPJ: 06.024.682/0001-59

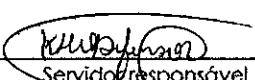
COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO



EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº PP04/2017 - Processo nº 3430.03.20.010/2017 - Pregão Presencial nº 04/2017-SRP - Fundamentação Legal: Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 28/2017 - Fornecedor Registrado: MARIA S. DA SILVA MERCADINHO EPP (CNPJ nº 06.024.682/0001-59) - Objeto: Aquisição de Peixe e Componentes para Semana Santa - Valor global: R\$ 112.000,00 (cento e doze mil reais) - Vigência: 12 (doze) meses.

Cópia publicada no Quadro de Avisos  
desta Prefeitura em 07/04/2017,  
nos termos do art. 40, XVII da Lei  
Orgânica do Município.

  
Servidor responsável

de empresa para execução dos serviços de pavimentação e drenagem da rua Mexilhão. Valor: R\$ R\$ 1.113.846,24 (um milhão cento e treze mil oitocentos e quarenta e seis reais e vinte e quatro centavos). Vigência: 10 (dez) meses consecutivos contados da data de publicação do extrato contratual no Diário Oficial do Estado. Data de Assinatura: 09 de julho de 2017. Signatários: Cláudio Roberto Ayres da Costa  
Prefeitura Municipal de Marechal Deodoro. A - CONTRATANTE. Luiz Pereira da Silva. L. PEREIRA E CIA. LTDA. A - CONTRATADA.  
Fornecedor Beneficiário  
Carlos Ayrton Mendonça de Oliveira Filho - GESTOR CONTRATUAL.

(cota reservada do lote 05); LOTE Nº 05 - MATERIAL DE COFA E COZINHA - (lote exclusivo Lei 123/2006); LOTE Nº 06 - MATERIAL DE USO PESSOAL - (cota principal); LOTE Nº 07 - MATERIAL DE USO PESSOAL - (cota reservada lote 06)), - Valor global: R\$ 283.394,10 (duzentos e oitenta e três mil trezentos e noventa e quatro reais e dez centavos) - Vigência: 12 (doze) meses..

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
Ata de Registro de Preços nº PP005/2017-2 - Processo nº 3430.03.23.044/2017 - Pregão Presencial nº 005/2017 - SRP - Fundamentação Legal: Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº